



EUROGRADUATE 2022

Segunda fase do piloto europeu do inquérito aos diplomados do ensino superior

Relatório Final

Março de 2024

Versão 2.0*

* A versão 2.0 introduz alterações na secção 5.1 do relatório, uma vez que foi detetado um erro na construção das variáveis relativas ao emprego e desemprego presentes nessa secção.

Equipa Portuguesa

Nuno Rodrigues (DGEEC, coordenador)

Filomena Oliveira (DGEEC)

Ricardo Biscaia (CIPES, coordenador)

Pedro Luís Silva (CIPES)

Victor Rudakov (CIPES)

Adriana Inácio (CIPES)



Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência



Centro de Investigação em Políticas do Ensino Superior

Consórcio EUROGRADUATE



German Centre for Higher Education Research and Science Studies (DZHW), Hanover



Institute for Advanced Studies (IHS), Vienna



Research Centre for Education and the Labour Market, Maastricht University



cApStAn linguistic quality control, Brussels/ Philadelphia



Web: www.eurograduate.eu
E-Mail: eurograduate@dzhw.eu



Financiado pela Comissão Europeia

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1. VISÃO GERAL DO ACOMPANHAMENTO DOS DIPLOMADOS	7
1.1. Panorâmica europeia	7
1.1.1. Capacitação para uma Iniciativa Europeia de Acompanhamento dos Diplomados (EGTI) (2019-2022)	8
1.1.2. Rede Europeia de Acompanhamento dos Diplomados (desde 2022)	10
1.2. Exercícios de acompanhamento dos diplomados em Portugal	11
1.2.1. Inquérito <i>Eurograduate 2022</i>	12
1.3. Uma visão geral do Projeto <i>Eurograduate 2022</i>	14
2. IMPLEMENTAÇÃO PORTUGUESA DO INQUÉRITO <i>EUROGRADUATE</i>	16
2.1. População	16
2.2. O questionário	17
2.3. Recolha de dados	19
2.4. Limpeza de dados	20
2.5. Generalização e ponderação	21
2.6. Nota prévia à análise	23
3. SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR E PERFIL DEMOGRÁFICO DOS DIPLOMADOS	25
3.1. Estatísticas sociodemográficas da amostra <i>Eurograduate</i>	25
3.2. Principais características dos diplomados do ensino superior	28
4. EXPERIÊNCIA ACADÉMICA	31
4.1. Ambientes de ensino e aprendizagem	31
4.2. Experiência internacional, no âmbito da formação no ensino superior	32
4.3. Experiência no mercado de trabalho durante a formação superior	35
4.4. Nível de satisfação com a formação superior	37

5. PARTICIPAÇÃO E RESULTADOS NO MERCADO DE TRABALHO	40
5.1. Situação atual de emprego.....	40
5.2. Estabilidade no emprego.....	43
5.3. Salários e horários de trabalho dos diplomados	46
5.4. Profissões e setores de atividade	51
5.5. Alinhamento entre educação e emprego	53
5.6. Satisfação profissional.....	58
6. MOBILIDADE INTERNACIONAL DOS DIPLOMADOS APÓS A OBTENÇÃO DO GRAU	61
7. IMPORTÂNCIA DA DEMOCRACIA	63
8. RESULTADOS PRINCIPAIS	65
9. RECOMENDAÇÕES PARA O ACOMPANHAMENTO DOS DIPLOMADOS EM PORTUGAL	67
10. CONCLUSÃO	76

Sumário executivo

Este relatório descreve o percurso de Portugal no sentido do acompanhamento dos diplomados no mercado de trabalho, iniciado através do envolvimento na iniciativa *Eurograduate*, que culminou na implementação do inquérito aos diplomados portugueses. O objetivo do inquérito era o de recolher dados relativamente às trajetórias dos diplomados no mercado de trabalho, bem como as suas perceções sobre a experiência no curso, avaliação de competências, satisfação profissional e envolvimento social. A operacionalização do inquérito tinha também como objetivo permitir a comparabilidade dos dados com outros sistemas de ensino superior europeus e garantir a representatividade através de uma amostragem estratificada.

Este trabalho foi realizado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) em colaboração com o Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES). O projeto visou não só a obtenção de resultados imediatos, mas também a criação de uma estrutura para a recolha de dados longitudinais de quatro em quatro anos, estabelecendo cooperação com as Instituições de Ensino Superior (IES) neste sentido, e com vista a ultrapassar limitações relacionadas com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

O projeto *Eurograduate* constituiu a primeira iniciativa nacional de acompanhamento dos diplomados em Portugal e envolveu múltiplos atores do sistema de ensino superior, como as IES, organismos governamentais, autoridades estatísticas, investigadores, famílias e diplomados. O envolvimento das IES foi crucial para a recolha de dados, o que permite obter dados comparáveis dentro do sistema e evitar a duplicação de esforços de recolha de informação.

O relatório sublinha o alinhamento deste projeto com as recomendações do Conselho Europeu, as recomendações nacionais (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e Agência Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)) e as lacunas identificadas pelo Tribunal de Contas português. A implementação do projeto *Eurograduate* em Portugal demonstrou ser um sucesso em termos de taxas de resposta e de metodologia, posicionando Portugal entre os países com maior sucesso neste piloto.

A análise dos dados das coortes de 2016 e 2020 revelou informação importante sobre a demografia dos diplomados, os padrões educativos, os resultados no mercado de trabalho, as experiências internacionais e as perceções sobre a democracia. As disparidades de género, as influências da área de estudo no emprego, as diferenças salariais e a incidência de incompatibilidades entre o emprego e a educação foram algumas das conclusões mais importantes. Contudo, os dados foram apenas abordados numa vertente exploratória e descritiva, sendo que análises e conclusões mais completas poderão ser obtidas aquando do acesso à base de dados pela comunidade científica.

Um nível de educação mais elevado proporciona melhores resultados no mercado de trabalho em termos de salários e emprego. Os diplomados da coorte de 2016 demonstram melhores resultados no mercado de trabalho em termos de emprego e estabilidade no emprego, em comparação com os diplomados da coorte mais recente. Os ciclos de estudos das áreas de Ciências Empresariais, Administração e Direito; TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção; e Saúde estão associados a níveis mais elevados de empregabilidade, salários e

satisfação profissional, contratos mais estáveis e maior probabilidade de alinhamento entre o emprego e educação.

Em geral, os diplomados do género masculino têm melhores resultados no mercado de trabalho do que os seus pares do género feminino, nomeadamente ao reportar um nível de empregabilidade mais elevado, contratos mais estáveis, níveis mais elevados de satisfação profissional e um nível mais elevado de alinhamento entre o emprego e a educação.

A formação ao nível do mestrado está correlacionada com maior experiência internacional, ao passo que a experiência internacional dos diplomados do ensino superior de licenciatura e, sobretudo, de ciclo curto é significativamente inferior. A mais recente coorte de diplomados de 2020 tem menos experiência internacional em comparação com a coorte de 2016. Verifica-se, também, que existe uma associação positiva entre a experiência internacional adquirida no âmbito da sua formação no ensino superior e os salários.

A democracia é um valor importante para os diplomados em Portugal. O valor mais elevado é atribuído à democracia pelos diplomados dos níveis ISCED 6 e 7, enquanto os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto atribuem um valor consideravelmente menor à democracia. A importância da democracia também aumenta significativamente com a idade dos diplomados.

Para além dos resultados, o relatório conclui com recomendações feitas pelo CIPES à DGEEC para iniciativas futuras, sublinhando a importância de um acompanhamento contínuo e sólido dos diplomados, alinhado com os quadros legais e com uma monitorização abrangente do fenómeno da empregabilidade.

1. Visão geral do acompanhamento dos diplomados

1.1. Panorâmica europeia

A Recomendação do Conselho Europeu de 2017 é o desenvolvimento histórico mais relevante para o acompanhamento dos percursos dos diplomados na Europa e é, por conseguinte, o ponto de partida para as iniciativas mais recentes nesta matéria. No documento, o Conselho Europeu recomenda que os Estados-Membros recolham dados longitudinais sobre os diplomados, nomeadamente:

- informações biográficas e socioeconómicas;
- informações sobre educação e formação;
- informações sobre emprego ou educação e formação complementares;
- relevância da educação e da formação para o emprego ou a aprendizagem ao longo da vida;
- progressão na carreira.

Além disso, a recomendação colocou uma ênfase importante na comparabilidade dos dados entre os diferentes Estados-Membros. Tal implica que um exercício único de recolha de dados seria a forma de obter informações significativas e comparáveis entre os Estados-Membros. Para apoiar o acompanhamento dos diplomados, a Comissão Europeia criou um grupo de peritos (2018-2020) para “facilitar a aplicação da Recomendação do Conselho, acompanhando o progresso no desenvolvimento de sistemas de acompanhamento dos diplomados nos Estados-Membros, explorando opções para a recolha de dados nacionais que sejam mutuamente compatíveis e comparáveis a nível da União Europeia (UE), discutindo formas eficazes de acompanhar os diplomados, incluindo a frequência ideal de inquéritos longitudinais e acompanhando o trabalho sobre o inquérito europeu aos diplomados, e comunicando os ensinamentos retirados no país de origem”.¹

Este grupo de peritos, composto por 66 especialistas em políticas públicas, incluindo decisores políticos, analistas de dados, investigadores e representantes de organizações de atores relevantes, estabeleceu uma série de recomendações para "continuar a desenvolver e apoiar a estratégia de acompanhamento dos percursos dos diplomados e o desenvolvimento de ferramentas a nível europeu e nacional"². O grupo de peritos recomendou igualmente a adoção de uma abordagem em duas fases para o acompanhamento dos percursos dos diplomados. A primeira etapa consistia na criação de um Inquérito Europeu aos Diplomados como condição prévia que poderia gerar dados comparáveis sobre o acompanhamento dos diplomados, especialmente para os países que não dispõem de sistemas de acompanhamento dos diplomados. Numa segunda fase, o grupo de peritos recomendou que se melhorasse a recolha e a ligação

¹ Comissão Europeia, Direção-Geral da Educação, Juventude, Desporto e Cultura, Recomendações do grupo de peritos, outubro de 2018-outubro de 2020, <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/c5669b4b-6adb-11eb-aeb5-01aa75ed71a1>

² idem

dos dados administrativos, em especial no que se refere à educação, à participação no mercado de trabalho e aos rendimentos.³

Portugal esteve envolvido nas três fases diferentes que se seguiram à recomendação do Conselho Europeu de 2017:

- **Inquérito Eurograduate** (1º piloto 2018 com 8 países - onde Portugal não participou, 2º piloto 2022 com 17 países, 3ª fase 2026 com 25 países)
- Capacitação para uma **Iniciativa Europeia de Acompanhamento dos Diplomados (EGTI)** (2019-2022)
- **Rede Europeia de Acompanhamento dos Diplomados** (ENGT, criada em 2022 para apoiar a Comissão Europeia)

1.1.1. Capacitação para uma Iniciativa Europeia de Acompanhamento dos Diplomados (EGTI) (2019-2022)

O projeto EGTI foi o seguimento da recomendação do Conselho Europeu e tinha como objetivo a capacitação dos países para participarem em futuros exercícios de acompanhamento dos diplomados. O projeto EGTI foi implementado numa perspetiva de consultoria, juntamente com as suas organizações parceiras e uma série de peritos temáticos e nacionais, entre outubro de 2019 e junho de 2022. Este programa de capacitação, sob contrato com a Comissão Europeia e abrangendo os países da UE e do Espaço Económico Europeu (EEE), centrou-se em seis prioridades principais:

1. construir uma visão comum do projeto EGTI entre “os “grupos de utilizadores”;
2. capacitação das instituições de ensino superior para participarem em inquéritos aos diplomados;
3. esboçar soluções específicas por país para a coordenação das medidas nacionais de acompanhamento dos diplomados existentes com um futuro inquérito europeu aos diplomados;
4. estabelecer a recolha de informações de contacto e consentimento dos diplomados numa base de dados central;
5. desenvolvimento da capacidade metodológica, informática e estatística (preparação da base de amostragem, estabelecimento de acordos de partilha de dados, ligação de dados administrativos de diferentes registos/bases de dados e a inquéritos); e
6. desenvolver um quadro estratégico (as mudanças necessárias no ambiente jurídico e na afetação de recursos) para os países que aderirem a um mecanismo europeu de acompanhamento dos diplomados.

³ idem

O projeto de capacitação visou preparar o terreno para a implantação de um mecanismo europeu de acompanhamento dos diplomados, através da sensibilização e do desenvolvimento da capacidade dos países para acompanhar os diplomados. O projeto incluiu quatro tarefas:

- **Tarefa 1: Análise da capacidade existente em cada país.** Esta tarefa consistiu numa análise documental da literatura e dos dados existentes, complementada por entrevistas com representantes de ministérios e peritos. O objetivo da tarefa 1 era analisar o desempenho de cada país em relação aos critérios necessários para a realização de um inquérito europeu completo de acompanhamento dos diplomados e identificar os desafios a enfrentar através da capacitação.
- **Tarefa 2: Desenvolvimento de roteiros estratégicos para cada país, a fim de satisfazer os requisitos de capacidade.** Esta tarefa consistiu na elaboração de um roteiro estratégico para cada país, a fim de cumprir os seis objetivos de reforço das capacidades identificados para o projeto, incluindo uma avaliação das necessidades, uma escolha do tipo de reforço das capacidades e um plano de recursos.

Os roteiros foram desenvolvidos com o envolvimento e a participação ativa dos atores relevantes nos países em causa e incluíam um calendário de atividades bem definido. Os roteiros estratégicos constituíram um modelo para a execução das ações de capacitação e definiram também objetivos e indicadores de desempenho que permitiram acompanhar a evolução e os resultados do projeto.

- **Tarefa 3: Realização de ações de capacitação.** Esta tarefa consistiu na execução concertada do programa de capacitação adaptado às necessidades de cada país, tal como especificado nos roteiros. A equipa principal desenvolveu centralmente um conjunto de materiais de capacitação que foram adaptados e utilizados pelos peritos nacionais. A equipa central também organizou e realizou *webinars* temáticos e atividades de aprendizagem entre pares.

O programa de capacitação foi executado a nível nacional por uma equipa de peritos nacionais experientes que trabalharam em estreita colaboração com os atores relevantes a nível nacional e com a equipa de coordenação do projeto. As atividades de capacitação realizadas foram adaptadas e flexíveis, ajustando-se às atitudes dos atores relevantes e à evolução das políticas, tanto a nível europeu como nacional.

- **Tarefa 4: Avaliação final do estado de preparação para uma EGTI.** A tarefa final consistia em apresentar uma avaliação do progresso global de cada país e formular recomendações à Comissão Europeia e às autoridades competentes sobre as novas medidas necessárias para o lançamento da EGTI. A avaliação baseou-se nas informações recolhidas pelos peritos nacionais ao longo do ciclo de vida do projeto e refletiu a avaliação que os peritos nacionais e os atores relevantes nacionais fizeram do grau de preparação dos seus países para participarem na EGTI.

1.1.2. Rede Europeia de Acompanhamento dos Diplomados (desde 2022)

A Rede Europeia de Acompanhamento de Diplomados foi criada em 2022 para apoiar os países na implementação da Recomendação do Conselho Europeu sobre o acompanhamento de diplomados. A rede promove a cooperação, co-criação e a aprendizagem mútua dos países que participam na EGTI através:

- da criação de oportunidades de colaboração para a aprendizagem entre pares, tanto na conceção como na implementação de sistemas de acompanhamento dos diplomados;
- da formação de um fórum de discussão e análise das soluções europeias e das abordagens comuns em matéria de recolha, comparação e análise dos dados relativos ao acompanhamento dos diplomados;
- da recolha de conhecimentos especializados de um vasto leque de atores relevantes para apoiar os Estados-Membros da UE que estão a desenvolver e a utilizar dados administrativos e sistemas de inquérito para o acompanhamento dos diplomados.

A Rede baseia-se numa série de atividades realizadas ao longo dos últimos anos, incluindo, nomeadamente, o trabalho e as recomendações do Grupo de Peritos da Comissão Europeia sobre o acompanhamento dos percursos dos diplomados (2018-2020).⁴ A Rede Europeia de Acompanhamento dos Diplomados foi formalmente lançada na reunião anual da Rede em maio de 2022. A Rede é composta por:

- pontos focais nacionais para o acompanhamento dos percursos dos diplomados designados pelos Estados-Membros da UE e pelos países do EEE;
- representantes da Comissão Europeia - a Direção-Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura (DG EAC), a Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão (DG EMPL), o Eurostat, o Centro Comum de Investigação (CCI) e o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP); e
- atores relevantes a nível europeu e parceiros sociais que representam estudantes, estabelecimentos de ensino superior e de ensino e formação profissionais, professores e trabalhadores.

As tarefas de cada ponto de referência nacional são as de:

- participar nas atividades e reuniões organizadas no âmbito da Rede e assegurar a representação do país;
- apoiar a cooperação, o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre os Estados-Membros no que respeita aos sistemas de acompanhamento dos percursos dos diplomados e ao seu desenvolvimento futuro a nível nacional e europeu;
- apoiar a execução dos programas de trabalho anuais da Rede;

⁴ Relatório do grupo de peritos finalizado em novembro de 2020, publicado em fevereiro de 2021 - <https://op.europa.eu/s/oNEG>

- utilizar e divulgar informações provenientes e relacionadas com o acompanhamento dos percursos dos diplomados no seu sistema e manter um vasto leque de atores relevantes e instituições informadas sobre as atividades da rede;
- avançar e acompanhar os progressos do seu país na aplicação da recomendação do Conselho sobre o acompanhamento dos diplomados;
- analisar, publicar e promover os resultados do inquérito europeu aos diplomados para o setor do ensino superior;
- continuar a alargar a cobertura e a melhorar a qualidade das bases de dados administrativas que apoiam as medidas de acompanhamento dos diplomados e os dados europeus comparáveis;
- fornecer orientações ou conhecimento especializado sobre questões políticas ou técnicas (por exemplo, conceção e aplicação de inquéritos, integração de dados administrativos, proteção da privacidade e RGPD);
- participar no trabalho de partilha de dados sobre os diplomados que migram entre os Estados-Membros.

Todos os anos, será organizada uma série de atividades para e com a Rede Europeia de Acompanhamento dos Diplomados, incluindo:

- uma reunião anual;
- uma atividade de aprendizagem entre pares;
- um *webinar*;
- reuniões dos grupos de trabalho temáticos.

A rede funciona numa base voluntária e incentiva os seus membros a usarem as atividades e decisões da rede. O trabalho da rede é apoiado pelo serviço de apoio e por peritos colaboradores.

1.2. Exercícios de acompanhamento dos diplomados em Portugal

Em consonância com os desenvolvimentos das iniciativas europeias de desenvolvimento de capacidades fornecidas pela EGTI, o ponto de referência nacional realizou um diagnóstico do *status quo* português em setembro de 2020. Nesse relatório, em resposta aos potenciais obstáculos à implementação de um mecanismo europeu de acompanhamento dos percursos dos diplomados no país, os peritos afirmaram que a maioria dos esforços de acompanhamento dos diplomados tem sido liderado pelas instituições, nomeadamente devido à necessidade de recolher dados detalhados ao nível dos ciclos de estudos e de ter em conta as especificidades institucionais. De facto, o RJIES em Portugal impõe que as IES devem recolher dados dos diplomados. Por outro lado, para efeitos de acreditação, a A3ES exige que a informação sobre a empregabilidade seja recolhida ao nível do grau académico em cada exercício de acreditação do grau que ocorre de 6 em 6 anos.

Por conseguinte, os esforços de acompanhamento dos diplomados no país estavam dispersos pelas instituições e foram discutidos esforços anteriores de recolha de dados centralizados a nível dos ciclos de estudos, mas que nunca foram implementados. Foi também identificado que o facto de as IES terem os seus próprios exercícios de acompanhamento dos diplomados pode criar algumas dificuldades na obtenção da sua colaboração para uma iniciativa a nível nacional.

A partir de 2020, e em termos de acesso aos dados, foi identificada uma fragmentação entre diferentes entidades com responsabilidades estatísticas (Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), DGEEC e Instituto Nacional de Estatística (INE)), que tem vindo a dificultar a integração de dados administrativos entre estas entidades para efeitos de acompanhamento dos diplomados.

A caracterização do grau de preparação de Portugal em termos de capacidades técnicas e infra-estruturais para participar numa iniciativa europeia de acompanhamento dos percursos dos diplomados, resultou numa classificação de "preparação limitada". Embora tenha sido identificado que a integração de dados administrativos seria uma possibilidade, foi identificada como "muito mais complexa" a implementação de um inquérito a nível nacional, que exigiria recursos adicionais e colaboração com as IES. Essa colaboração com as instituições foi identificada como fundamental para se obter uma boa taxa de resposta a esse inquérito.

Em termos da capacidade do país para dispor de informações atualizadas sobre os contactos dos diplomados, o relatório refere a existência de contactos ao nível de cada instituição. No entanto, isso cria outros obstáculos de coordenação e a necessidade de garantir o apoio de alto nível (ministério, agência de acreditação, sistema nacional de estatística) à iniciativa de acesso a esses contactos. Por essa razão, as questões de privacidade dos dados foram identificadas como um grande obstáculo, visto não existir esse apoio de alto nível e um quadro jurídico que o apoie. Havia também a incerteza se as IES seriam capazes de manter os dados atualizados após a graduação dos estudantes. O relatório classificou a cobertura das informações de contacto como limitada.

Em termos de necessidades de capacitação, o relatório identificou como tarefas de elevada prioridade o envolvimento do Governo, tanto para implementar a abordagem centralizada como para clarificar o papel de cada interveniente no processo. Em termos de prioridades médias, foram levantadas questões como a implementação do inquérito, o financiamento e a necessidade de evitar a duplicação de esforços de acompanhamento dos diplomados entre as instituições e o governo.

1.2.1. Inquérito Eurograduate 2022

Através do envolvimento crescente de Portugal na EGTI, a DGEEC formalizou a participação portuguesa no segundo projeto-piloto do *Eurograduate*. O principal objetivo deste projeto, descrito neste relatório, é a recolha de um conjunto de dados sobre os diplomados do Sistema de Ensino Superior Português relativamente às suas trajetórias no mercado de trabalho, perceções sobre o seu grau académico, autoavaliação de competências, satisfação no trabalho, bem como sobre o seu envolvimento cívico e outros aspetos sociais. Este conjunto de dados permitirá 1) a

comparabilidade com outros sistemas europeus de ensino superior, e 2) a representatividade do sistema de ensino superior português através de uma abordagem censitária.

Sendo esta a primeira tentativa nacional e centralizada para Portugal, o objetivo era também o de construir uma estrutura que permitisse a repetição desta recolha de dados de quatro em quatro anos, de modo que os mesmos indivíduos pudessem ser inquiridos um e quatro anos após a entrada do mercado de trabalho. Isto envolveu a capacitação das instituições de ensino superior e a superação de algumas limitações relativas ao RGPD necessárias para obter informações de dados administrativos para futuras recolhas de dados. Por conseguinte, esperava-se que este projeto tivesse um impacto a longo prazo na recolha de dados sobre os diplomados em Portugal.

O projeto também tentou demonstrar a todos os intervenientes relevantes (instituições de ensino superior, governo, autoridades estatísticas, investigadores, famílias e diplomados) a importância do acompanhamento dos diplomados através dos resultados que serão apresentados nas atividades de divulgação e na produção de relatórios na fase posterior do projeto. Isto foi especialmente importante no caso do governo, cujo apoio é necessário para que o acompanhamento dos diplomados seja interpretado como um exercício a longo prazo; e IES, cujo envolvimento é altamente necessário para a recolha de dados e contactos com os diplomados.

A participação de Portugal neste projeto foi formalizada pela DGEEC e desenvolvida em parceria com o CIPES. Esta decisão fundamentou-se no facto de o CIPES ter sido o representante português em anteriores iniciativas europeias de acompanhamento de diplomados, nomeadamente as acima descritas, e de ter, por isso, as competências adequadas para apoiar a DGEEC na implementação deste projeto.

Um objetivo específico desta ronda do projeto *Eurograduate* era fazer com que as IES participassem e unissem esforços diretamente na recolha de dados sobre os diplomados. Esta recolha dependia das IES, uma vez que estas são as únicas entidades que têm os contactos e a autorização para contactar os seus diplomados para efeitos de recolha de dados. O CIPES trabalhou em estreita colaboração com os representantes das IES com o objetivo de 1) Sensibilizar para a importância dos exercícios de acompanhamento dos diplomados e para a comparabilidade dos resultados no sistema; 2) Fornecer um mapeamento dos exercícios de acompanhamento dos diplomados existentes no país, de modo a que o Inquérito Europeu aos Diplomados substitua as tentativas individuais das IES e evite a duplicação de esforços entre o exercício institucional e o exercício coordenado a nível nacional; 3) Prestar apoio metodológico às IES durante o processo de recolha de dados.

O RJIES e a A3ES constituíram já importantes motivações legais para as instituições procurarem mecanismos eficazes de recolha de dados sobre os diplomados. Além disso, já estando o projeto em desenvolvimento, o Tribunal de Contas português publicou um relatório em julho de 2022⁵ relativo a uma auditoria à empregabilidade dos diplomados do ensino superior em Portugal. Nesse relatório, é afirmado que, embora os indicadores de empregabilidade tenham sido disponibilizados aos estudantes e às famílias para informar as suas decisões sobre o ensino

⁵ Disponível em <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/Relatorios/RelatoriosAuditoria/Documents/2022/rel024-2022-2s.pdf>

superior, estes indicadores constituem uma medida deficiente do nível de desemprego, levando assim a decisões mal informadas, nomeadamente promovendo a expansão de graus que poderiam potencialmente ter níveis de desemprego mais elevados. Além disso, o mesmo relatório indica que nenhuma medida de desemprego existente engloba todos os aspetos do emprego, tais como os salários e a adequação da área de formação e das competências dos diplomados ao seu posto de trabalho. Em termos gerais, o Tribunal de Contas conclui pela falta de informação sobre o desemprego dos diplomados portugueses e solicita recomendações para melhorar essa informação, nomeadamente através da formulação, pelo Ministério, de "um quadro legal para a monitorização da empregabilidade" no país. No entanto, o relatório menciona o projeto *Eurograduate* como uma possível solução para mitigar este problema.

Deste modo, o projeto *Eurograduate* pode constituir um passo importante para um procedimento mais abrangente de recolha de dados sobre os diplomados em Portugal, em linha com a recomendação do Conselho Europeu, mas também com o que já está previsto no RJIES, nos procedimentos de acreditação e avaliação da A3Es e com as preocupações e recomendações expressas pelo Tribunal de Contas. No penúltimo capítulo deste relatório, a equipa de implementação apresentará recomendações metodológicas para o ministério, a fim de obter um procedimento mais consistente de recolha de dados sobre os diplomados e formar o quadro legal para a monitorização da empregabilidade.

1.3. Uma visão geral do Projeto *Eurograduate* 2022

A implementação portuguesa do *Eurograduate Survey* é descrita na secção 2. No entanto, a Tabela 1.1 dá uma visão geral de como Portugal se compara com os outros países que também implementaram o inquérito. Devido à opção de realizar um censo em Portugal, o país acabou por ser o que teve mais respondentes, o que - juntamente com a discussão sobre a representatividade na secção seguinte - prova o sucesso da iniciativa portuguesa. A tabela revela ainda que o país tem uma taxa de resposta semelhante à de outros países. Em termos de métodos de recolha de dados, enquanto outros países complementaram os seus contactos por correio eletrónico, por contactos telefónicos e por correio, Portugal encontra-se entre a maioria dos países que apenas utilizaram o correio eletrónico. A maioria dos países utilizou dados administrativos, para os quais Portugal contribuiu com a identificação do grau do inquirido que foi inserido no inquérito, mas apenas para algumas Instituições de Ensino Superior. Finalmente, a abordagem de contacto portuguesa foi descentralizada - com os contactos a serem efetuados pelas Instituições de Ensino Superior. A abordagem descentralizada foi a única possível para Portugal, uma vez que a DGEEC não tem acesso aos contactos dos inquiridos disponíveis nas IES.

O consórcio do projeto *Eurograduate* produzirá um ficheiro de utilização científica para uso dos investigadores que trabalham sobre o tema. A abordagem metodológica para esse ficheiro será detalhada num outro relatório preparado pelo consórcio, e os dados estarão disponíveis durante o ano de 2024. Para o subconjunto português dos dados, a DGEEC deterá um conjunto de dados semelhante, que só poderá ser utilizado mediante pedido e acedido apenas a partir do *safe center* da DGEEC.

Tabela 1.1. Panorama europeu da participação dos países

País	Taxa de res- posta válida	Inquéritos válidos	Canal de convite	Incentivos	Modo de recolha De dados	Contacto
Alemanha	15%	6 665	Email	Sim	Inquérito <i>online</i>	Centralizado
Áustria	57%	12 433	Carta			
Bulgária	5%	3 604	Email	Não	Inquérito <i>online</i> + dados administrativos	Descentralizado
Chipre	6%	1 360		Sim	Inquérito <i>online</i>	
Croácia	14%	3 119	----	----	Inquérito <i>online</i>	----
Eslováquia	9%	3 867	Email e carta	Não		Centralizado
Eslovénia	21%	5 217	Carta			
Estónia	19%	3 651	Email	Sim		Descentralizado
Grécia	21%	17 663	Email e telefone	Não		
Hungria	7%	6 795	Email	Não		Centralizado
Itália	70%	3 340	Email e telefone	----	Entrevistas telefónicas + inquérito <i>online</i> + dados administrativos	
Letónia	8%	1 454	Email	Sim	inquérito <i>online</i> + dados administrativos	
Malta	5%	982	----	----	Inquérito <i>online</i>	----
Noruega	20%	4 874	Email	Não	inquérito <i>online</i> + dados administrativos	Centralizado
Portugal	13%	18 327			Inquérito <i>online</i>	Descentralizado
República Checa	12%	7 317		Sim		
Roménia	1%	1 545			Não	Inquérito <i>online</i> + dados administrativos

2. Implementação Portuguesa do inquérito *Eurograduate*

2.1. População

A população a considerar para o inquérito *Eurograduate* incluiu todos os diplomados de Portugal dos anos letivos de 2016-2017 e 2020-2021, com algumas exceções. Em primeiro lugar, ao nível institucional, foram excluídas as instituições de ensino superior militares devido à diferente natureza do perfil destes diplomados no mercado de trabalho, já que estes diplomados estão normalmente já contratados pelas Forças Armadas. Todas as outras instituições foram incluídas. Os doutorados (Nível 8 da Classificação Internacional Tipo de Educação (ISCED)) também não foram considerados nesta inquirição, uma vez que estes diplomados correspondem a um subconjunto muito específico de diplomados, para os quais já existem outros inquéritos, como o *Careers on Doctorate Holders* (CDH) e o *Mobility Survey of the Higher Education Sector* (MORE). Por conseguinte, o inquérito Eurograduate centrou-se apenas nos níveis ISCED 5, 6 e 7. A inclusão do ISCED 5 era facultativa, e como tal nem todos os países participantes consideraram este subconjunto.

Ao comparar o número de diplomados das estatísticas oficiais com o que se considera ser o âmbito do inquérito *Eurograduate*, nem todos os diplomados oficiais foram incluídos. Alguns diplomados que foram incluídos como diplomados no registo oficial português eram de graus ISCED 6, que já estavam integrados com estudos de um nível ISCED 7, ou seja, diplomados ISCED 6 provenientes de mestrados integrados. Por conseguinte, não se espera que estes diplomados entrem imediatamente no mercado de trabalho, uma vez que já escolheram os seus estudos posteriores. Estes diplomados seriam também corretamente inquiridos após a conclusão do seu nível ISCED 7, pelo que é eliminada uma possível duplicação. Uma análise da DGEEC⁶ mostra que mais de 90% destes diplomados (do nível ISCED 6) acabam por prosseguir os seus estudos no mestrado integrado correspondente. Por isso, foram excluídos esses diplomados que estão no meio do percurso de um mestrado integrado.⁷

Para a obtenção de informação desta população, utilizaram-se os números oficiais de Portugal, produzidos pela DGEEC, de acordo com critérios estatísticos definidos. Os mesmos referem que, todos os diplomados que concluem o seu curso antes de 31 de dezembro são considerados diplomados do respetivo ano letivo, assim acontecendo naturalmente para os diplomados de 2016-2017. No entanto, devido à pandemia e às regras de avaliação específicas que foram realizadas nesse período, o prazo de conclusão dos cursos foi estendido até final de fevereiro de 2022, o que significa que a população dos diplomados do ano letivo 2020/2021 contempla também os que terminaram nos dois primeiros meses do ano de 2022.

A população considerada para o inquérito *Eurograduate* em Portugal tinha 67 250 diplomados em 2016-2017 e 80 928 diplomados em 2020-2021. A Tabela 2.1 apresenta estes diplomados divididos por nível ISCED e tipo de IES. Como Portugal tem um sistema de ensino superior

⁶ Prosseguimento de estudos entre os diplomados de licenciatura em 2020/21, DGEEC, disponível em <https://www.dgeec.medu.pt/api/ficheiros/6579991c7276e99ba53fc1df>

⁷ Naturalmente, estão incluídos os diplomados do ISCED 7 de um mestrado integrado.

em expansão, o número de diplomados em 2020-2021 foi significativamente maior do que em 2016-2017, como esperado.

Tabela 2.1 - População relevante de diplomados portugueses por coorte, tipo de instituição e nível ISCED

Tipo de instituição		ISCED 5 (CTeSP)	ISCED 6 (Licenciaturas)	ISCED 7 (Mestrados)	ISCED 7 (Mestrados Integrados)	Total
2016/2017	Universidade pública		15 730	9 890	7 055	32 675
	Politécnico público	2 569	15 935	3 479		21 983
	Universidade privada		5 567	2 157	1 152	8 876
	Politécnico privado	644	2585	487		3 716
	Total	3 213	39817	16 013	8 207	67 250
2020/2021	Universidade pública		18 185	11 980	6 998	37 163
	Politécnico público	3 702	18 496	4 130		26 328
	Universidade privada		7 371	2 924	1 167	11 462
	Politécnico privado	1 460	3 802	713		5 975
	Total	5 162	4 7854	19 747	8 165	80 928

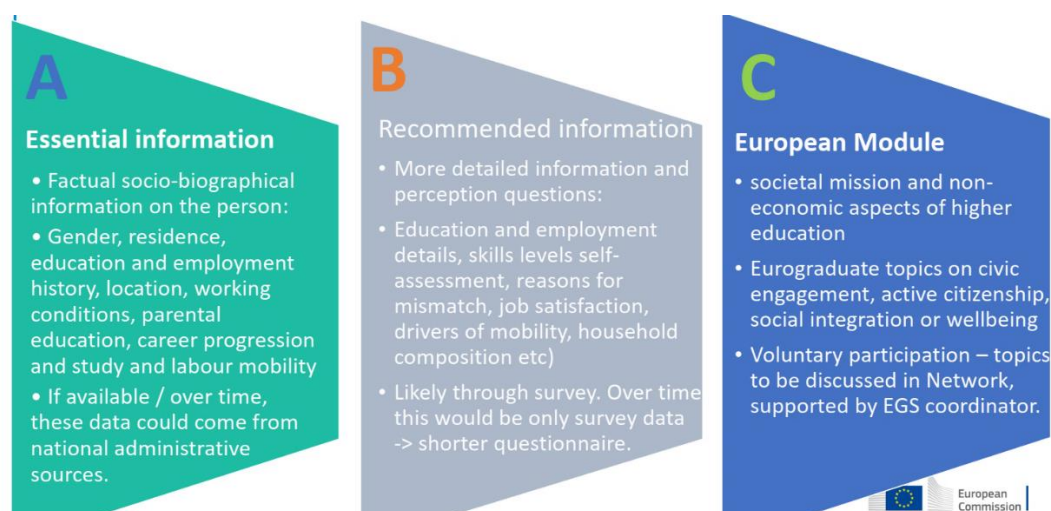
Para que os diplomados do ISCED 6 e do ISCED 7 participassem no inquérito *Eurograduate*, foi dada aos países a opção de contactar apenas uma parte dos diplomados, utilizando uma amostra estratificada. Para efeitos de generalização, esta amostra teria de ser efetuada utilizando como critérios a coorte, o nível ISCED e as 20 áreas científicas definidas pelo consórcio do projeto *Eurograduate*. Os países foram também incentivados a incluir outras variáveis para estratificação, caso se previsse que fossem relevantes para o país, tais como o sexo, o tipo de instituição ou a região dos diplomados.

Em Portugal optou-se por se efetuar uma recolha censitária. Não apenas porque o esforço necessário para distribuir o inquérito a uma amostra de diplomados seria semelhante ao de um censo, como também o número de IES a contactar era o mesmo número. Adicionalmente, o trabalho de identificação duma amostra estratificada de diplomados seria bastante mais complexo para as IES. A realização de um censo foi também uma oportunidade para Portugal capacitar e acrescentar experiência às suas IES no contacto com os seus diplomados.

2.2. O questionário

O inquérito-piloto *Eurograduate* 2022 consiste num questionário organizado em três módulos (A, B e C) e dividido em seis secções – Percurso Académico, Percurso Profissional, Competências, Mobilidade regional, Módulo União Europeia e Contexto pessoal e socioeconómico. O módulo A inclui informações cruciais sobre os diplomados e é obrigatório para todos os países; os módulos B e C incluem informações recomendadas e sobre valores sociais, respetivamente, pelo que são opcionais. A figura 1 resume a informação contida em cada módulo.

Figura 1 – Informação por módulo do questionário



Portugal optou por incluir todos os módulos, fornecendo uma quantidade mais rica de informações sobre os diplomados. No entanto, este facto aumentou consideravelmente a extensão do questionário, o que ameaçou a taxa de resposta em comparação com a aplicação de um inquérito com menos módulos. Como explicado mais adiante, isto levou a equipa a implementar uma série de iniciativas e procedimentos para minimizar esse risco. Este foi considerado um risco importante a correr para obter o máximo de informação de qualidade possível de cada inquirido.

Relativamente às seis secções do questionário, a primeira secção, percurso académico, inclui perguntas sobre os graus académicos relativos à coorte do estudante, experiências no estrangeiro durante a sua formação no ensino superior, qualificações recebidas antes de entrar no ensino superior e graus académicos obtidos antes ou depois de entrar no ensino superior. A segunda secção, percurso profissional, inclui perguntas sobre o emprego atual (se estiver empregado), o primeiro emprego após a licenciatura e o desemprego (se estiver desempregado). A secção das competências é relativa às competências que o diplomado possui ou que são exigidas no emprego atual. A secção mobilidade regional inclui perguntas sobre o local de residência. O módulo União Europeia questiona os diplomados sobre os seus valores democráticos, sociais e sustentáveis. Finalmente, a última secção, contexto pessoal e socioeconómico, diz respeito a questões sociodemográficas do inquirido.

O questionário foi implementado no *LimeSurvey*.⁸ O *LimeSurvey* é uma plataforma de código aberto para a conceção de questionários que permite, em comparação com outras plataformas, escolher diretamente o servidor em que os dados são armazenados, estando assim em conformidade com o RGPD e com o que foi exigido pelo consórcio do projeto *Eurograduate*. Além disso, o *LimeSurvey* permite o envio de links individuais a cada diplomado para garantir que nenhum diplomado possa duplicar a sua própria resposta e que o risco de existirem inquiridos fora do universo pretendido seja reduzido ao mínimo.

⁸O questionário pode ser explorado através da seguinte hiperligação: <http://eurograduate.inqueritos.min-educ.pt/index.php/496168?lang=pt>.

2.3. Recolha de dados

Como explicado anteriormente, a recolha de dados foi descentralizada, gerida pelas instituições, enquanto o questionário propriamente dito foi centralizado na DGEEC. Como a DGEEC não possui os contactos dos diplomados, optou-se por distribuir os inquéritos através das IES. Embora esta fosse a única opção, as IES são também o veículo adequado para realizar o inquérito, uma vez que os diplomados estão mais motivados para responder a um inquérito que vem diretamente da sua antiga IES em vez de um gabinete nacional de estatística. Além disso, algumas IES do sistema têm já alguma experiência na realização destes inquéritos, e essa experiência seria útil para este exercício. De certa forma, e dada a natureza piloto do projeto *Eurograduate*, esta opção também permitiu avaliar a capacidade das instituições de ensino superior para contactar os seus próprios diplomados e avaliar o grau de eficácia das suas redes de antigos estudantes.

Esta forma descentralizada de contacto com os diplomados implicou alguma coordenação entre a DGEEC e as instituições. Este desafio foi particularmente exigente devido à existência de um link individualizado para cada diplomado da população. Este requisito exigia que as instituições teriam de ser capazes de enviar e-mails personalizados aos seus diplomados e que a informação sobre a identidade do diplomado associado a cada link não poderia ser fornecida à equipa de implementação para que a identidade do diplomado não fosse revelada.

Para tal, a equipa de implementação concebeu um ficheiro Excel a partir do qual ambas as equipas comunicaram, e as ligações individuais foram transmitidas sem qualquer outra troca de informações. Isto significava que a equipa de implementação teria acesso às respostas ao inquérito, mas não à informação de dados pessoais associada à ligação, e a instituição de ensino superior saberia a quem enviar a ligação, mas não teria acesso à informação do inquérito.

Para a implementação deste procedimento, a equipa de implementação realizou várias reuniões com cada IES, com o objetivo principal de as convidar e motivar a participar no *Eurograduate*, informando sobre os benefícios da sua participação, nomeadamente: a realização de um inquérito aos seus diplomados, sem custos próprios de implementação associados; a obtenção dos dados anonimizados do seu subconjunto de diplomados; e ainda a obtenção de um relatório institucional feito pela equipa de implementação comparativo dos resultados dos seus diplomados com os do resto do sistema.

As reuniões decorreram entre outubro de 2022 e dezembro de 2022. Cada reunião teve uma duração entre 30 e 45 minutos. Todas as reuniões foram realizadas com o vice-reitor, vice-presidente ou com técnicos com responsabilidades na área da empregabilidade/*alumni*. Durante as reuniões, os procedimentos para o lançamento do questionário foram cuidadosamente abordados, e as perguntas das IES foram respondidas durante ou após a apresentação.

Após as reuniões, cada IES ficou de enviar um ficheiro Excel dos diplomados de cada coorte. Algumas forneceram informação adicional, nomeadamente, o curso e a unidade orgânica do diplomado, para que esta fosse pré-preenchida no questionário, de forma a reduzir o tempo de resposta dos inquiridos e, ao mesmo tempo, aumentar a precisão da informação. A equipa de execução envidou outros esforços para melhorar a taxa de resposta. Foi fornecido um modelo para as instituições enviarem mensagens de correio eletrónico aos seus diplomados, bem

como elementos visuais para as instituições publicarem conteúdos nas suas redes sociais ou sítios Web, a fim de aumentar a sensibilização dos seus diplomados para o inquérito *Eurograduate*.

Este procedimento individual exigido por esta opção descentralizada significou que nem todas as instituições puderam ser abrangidas pela nossa abordagem. Isto aconteceu quer porque algumas instituições tinham diplomados de 2016-2017 e já tinham encerrado, mas principalmente porque algumas instituições não participaram no inquérito. Participaram 78 instituições de ensino superior portuguesas, o que incluiu todas as IES públicas (embora uma tenha sido excluída devido a uma falha no procedimento de envio dos inquéritos), e 43 instituições privadas, o que correspondeu a aproximadamente 50% das instituições em 2016/2017, mas a uma cobertura de uma proporção significativamente maior (96,66%) de diplomados nesse ano. A Tabela 2.2 mostra a cobertura real da população devido à não inclusão de todas as instituições do sector privado. Verifica-se que enquanto todo o setor público e quase todos os diplomados das universidades privadas foram abrangidos, houve uma falta de cobertura nos politécnicos privados. No total dos dois coortes, cerca de 96,6% dos diplomados em Portugal foram abrangidos pelo estudo.

Tabela 2.2 – Percentagem de cobertura dos diplomados por coorte e tipo de instituição

	Tipo de instituição	Universo	Diplomados abrangidos	% de cobertura
2016/2017	Universidades públicas	32 675	32 675	100,00%
	Politécnicos públicos	21 983	21 983	100,00%
	Universidades privadas	8 876	8 195	92,33%
	Politécnicos privados	3 716	2 148	57,80%
	Total	67 250	65 001	96,66%
2020/2021	Universidades públicas	37 163	37 163	100,00%
	Politécnicos públicos	26 328	26 319	99,97%
	Universidades privadas	11 462	10 662	93,02%
	Politécnicos privados	5 975	3 922	65,64%
	Total	80 928	78 066	96,46%

2.4. Limpeza de dados

O procedimento de limpeza de dados teve como objetivo considerar apenas na análise: 1) os casos que responderam a uma parte substancial do questionário, uma vez que o seu preenchimento é um indicador de empenho; e 2) as respostas que são plausíveis, uma vez que a equipa efetuou verificações de plausibilidade para avaliar se algumas respostas ao nível das variáveis faziam sentido. Este procedimento foi replicado e uniformizado noutros países participantes no inquérito *Eurograduate*, de modo que os casos válidos considerados fossem semelhantes em todos os países.⁹

⁹ As orientações para a validade dos casos no Eurograduate podem ser consultadas num futuro documento do consórcio *Eurograduate* intitulado "Technical Report".

A fim de avaliar se algumas das respostas incompletas eram consideradas casos válidos, o inquirido tinha de responder a uma proporção mínima de perguntas cruciais. Só foram consideradas válidas as respostas dos inquiridos que responderam a pelo menos 50% de todas as perguntas cruciais a que se esperava que respondessem.

Para os restantes inquiridos, ao nível das variáveis, foram efetuadas verificações de plausibilidade para garantir que apenas os valores pertinentes em cada variável eram considerados no conjunto final de dados. Para dar um exemplo notável, os valores das competências foram considerados implausíveis sempre que um diplomado respondia a todas as competências com o mesmo número na escala de 1 a 7. Isto excluiu cerca de 1300 valores de competências. Depois de avaliar todas estas implausibilidades nas variáveis, os inquiridos com demasiados valores implausíveis foram também considerados inválidos.

Tabela 2.3 – Taxas de resposta e de resposta válida

Critérios	Universo	Respostas	Taxa de resposta	Respostas válidas	Taxa de resposta válida
Coorte					
2016-2017	67 250	15 112	22,4%	7 453	11,1%
2020-2021	80 928	19 612	24,2%	10 827	13,4%
Total	148 178	34 724	23,4%	18 280	12,3%

Tal como apresentado na Tabela 2.3, do conjunto de dados compilados a partir do *Lime-Survey*, apenas 18 280 respostas de um total de 34 724 foram consideradas válidas. 7 453 em 15 112 da coorte de 2016/2017 e 10 827 em 19 612 de 2020/2021. Estes valores correspondem a uma cobertura de 12,3% da população do conjunto das coortes.

2.5. Generalização e ponderação

Em primeiro lugar, no que concerne a representatividade dos resultados da amostra respondente, será apresentada uma comparação entre a amostra válida e a população para algumas variáveis-chave. De seguida, descrever-se-á o procedimento de ponderação utilizado na análise destes relatórios.

Para cada país, o consórcio do projeto *Eurograduate* exigiu que os inquiridos fossem ponderados de acordo com algumas variáveis-chave. As variáveis obrigatórias eram a coorte, dividida em 2016-2017 e 2020-2021; a área científica do curso, de acordo com as 20 áreas utilizadas pelo consórcio do projeto; e o nível ISCED, dividido em ISCED 6 e ISCED 7. De seguida, cada país foi convidado a introduzir as variáveis-chave necessárias para uma ponderação de casos mais adequada para estabelecer a generalização. Para Portugal, foram consideradas como variáveis-chave o género, dividido entre masculino e feminino (as pessoas não-binárias representavam 0,6% da amostra e não foram utilizadas como critério de ponderação); e o tipo de instituição, dividido entre as quatro combinações possíveis de subsector público-privado e subsistema universitário-politécnico. A Tabela 2.4 apresenta a proporção de diplomados no total da amostra e no total do universo para cada critério. A tabela mostra uma ligeira sobre representação dos

diplomados de sexo feminino e dos diplomados de 2020-2021 na amostra em relação ao universo, mas, de um modo geral, as proporções da amostra ajustam-se bem ao universo.

Tabela 2.4 – Comparação entre o universo e a amostra válida segundo diferentes critérios

Critérios	Universo	Amostra	% Universo	% de amostra
Coorte				
2016-2017	67 250	7 453	45,39%	40,77%
2020-2021	80 928	10 827	54,61%	59,23%
Nível ISCED				
5 (CTeSP)	8 375	688	5,65%	3,76%
6 (Licenciatura)	87 671	11 069	59,17%	60,55%
7 (Mestrado)	52 132	6 523	35,18%	35,69%
Sexo				
Masculino	60 753	6 830	41,00%	37,36%
Feminino	87 425	11 450	59,00%	62,64%
Tipo de instituição				
Universidades públicas	69 838	9 088	47,13%	49,72%
Politécnicos públicos	48 311	5 659	32,60%	30,96%
Universidades privadas	20 338	2 741	13,73%	14,99%
Politécnicos privados	9 691	792	6,54%	4,33%

Nota: Não existem diferenças significativas entre coortes para as três dimensões analisadas (nível ISCED, sexo, tipo de instituição), quer em percentagem do Universo, quer em percentagem da Amostra.

A Tabela 2.5 apresenta a distribuição da amostra de acordo com as 20 áreas científicas propostas pelo consórcio do projeto *Eurograduate*. Não existe um desequilíbrio significativo entre as áreas educação e formação e mais de 10% dos diplomados de cada área foram abrangidos, com exceção dos diplomados em Formação de Professores, Medicina e Medicina Dentária e Serviços.

Tabela 2.5 – Comparação entre o universo e a amostra válida por área científica

Critérios: área de estudo	Universo	Amostra	% Universo	% amostra
Área desconhecida	76	12	0,05%	0,07%
Ciências da educação	1 905	305	1,28%	1,67%
Formação de professores	4 895	428	3,30%	2,34%
Artes	11 027	1 271	7,44%	6,95%
Humanidades (exceto línguas)	2 069	349	1,37%	1,91%
Línguas	3 260	520	2,20%	2,84%
Ciências sociais, jornalismo e informação	12 207	1 776	8,24%	9,72%
Psicologia	4 821	783	3,25%	4,28%
Ciências empresariais e administração	27 448	2 906	18,53%	15,90%
Direito	7 131	1 016	4,81%	5,56%
Ciências naturais, matemática e estatística	9 180	1 639	6,20%	8,97%
Tecnologias da informação e comunicação	3 377	388	2,28%	2,12%
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	22 747	2 792	15,36%	15,27%

Arquitetura e urbanismo	1 972	262	1,33%	1,43%
Agricultura, silvicultura, pesca e ciências veterinárias	2 986	377	2,02%	2,06%
Medicina e medicina dentária	5 119	388	3,46%	2,12%
Saúde	12 004	1 409	8,10%	7,71%
Ciências farmacêuticas	2 030	251	1,37%	1,37%
Proteção Social	3 846	505	2,59%	2,76%
Serviços	10 078	903	6,80%	4,94%

Em seguida, a fim de atribuir um peso a cada caso para obter uma generalização, foi utilizado um procedimento de *raking*. O *raking* altera iterativamente o peso de cada caso na amostra até que a distribuição da amostra corresponda à distribuição da população. Quando é fornecida apenas uma variável de generalização, o procedimento de *raking* é equivalente a atribuir pesos iguais ao rácio das proporções entre a amostra e a população, ponderando dessa forma mais os casos que estão sub-representados e vice-versa. No entanto, quando são utilizadas várias variáveis de generalização, o rácio de proporções entre a amostra e a população torna-se inviável, uma vez que é provável que uma única combinação tenha muito poucos casos ou mesmo zero. Por exemplo, seria difícil encontrar muitos casos de diplomados do sexo masculino do ISCED 7 em Serviços, em 2016/2017, provenientes de politécnicos públicos. O *raking* é então utilizado para alterar os pesos de cada combinação possível na amostra, de modo a que esta corresponda à população para todas as variáveis-chave a nível agregado, mesmo que cada combinação individual não satisfaça esta propriedade. Por conseguinte, é uma opção adequada para uma abordagem multivariável. O *raking* foi um dos procedimentos de ponderação sugeridos pelo consórcio do projeto *Eurograduate*, embora tenham sido também propostos outros métodos. Todos os países participantes no projeto *Eurograduate* utilizaram um dos procedimentos de ponderação validados pelo consórcio do projeto.

2.6. Nota prévia à análise

As seguintes secções do documento apresentam os principais resultados do inquérito *Eurograduate*, nomeadamente em relação ao seu perfil demográfico, à sua experiência educativa, ao seu percurso no mercado de trabalho, à sua experiência internacional após o curso, e à perceção da importância da democracia. Foi selecionado um subconjunto de variáveis dentro de cada secção, e a perspetiva metodológica adotada é a da estatística descritiva, não havendo por isso qualquer pretensão de explicação dos resultados obtidos ou de apuramento de relações de causa-efeito entre os indicadores e as suas partições.

Todos os indicadores são apresentados por um conjunto de partições. A comparação central é feita entre as coortes de diplomados de 2016/2017 e de 2020/2021. De seguida, os resultados são desagregados por género – entre diplomados do género masculino, feminino e não-binário; entre grupos etários, com 4 classes para menores de 25 anos, entre 25 e 29 anos, entre 30 e 34 anos, e mais de 35 anos; entre ciclos de estudos, para CTeSP, Licenciatura e Mestrado; e para tipos de IES; com a partição entre Universitário Público, Universitário Privado, Politécnico Público e Politécnico Privado.

Os resultados também são desagregados por área científica. Contudo, em vez de se utilizarem as 20 áreas consideradas no inquérito *Eurograduate*, estas foram subsequentemente agregadas em 8 grandes áreas, para facilitar a análise. Assim, a Tabela 2.6 apresenta os campos científicos que estão contidos em cada uma das oito áreas em análise ao longo do documento.

Tabela 2.6 – Definição das áreas de estudo em análise

Área de Análise	Áreas EUROGRADUATE	Código ISCED-F/2013
1 - Educação	1 - Ciências da educação	0111, 0110
	2 - Formação de professores	0112, 0113, 0114
2 - Artes e Humanidades	3 - Artes	021*
	4 - Humanidades (exceto línguas)	022*, 0288
	5 - Línguas	023*
3 - Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	6 - Ciências sociais, jornalismo e informação	03** exceto 0313
	7 - Psicologia	0313
4 - Ciências Empresariais, Administração e Direito	8 - Ciências empresariais e administração	041*
	9 - Direito	042*
5 - Saúde	15 - Medicina e medicina dentária	0911, 0912
	16 - Saúde	0910, 0913, 0914, 0915, 0917, 0919
	17 - Ciências farmacêuticas	0916.
	18 - Proteção Social	092*
6 - Ciências Naturais, Matemática e Estatística	10 - Ciências naturais, matemática e estatística	05**
7 - TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	11 - Tecnologias da informação e comunicação	06**
	12 - Engenharia, indústrias transformadoras e construção	071*, 072*, 0730, 0732, 078*
	13 - Arquitetura e urbanismo	0731
8 - Outros	0 - Área desconhecida	00**, 99**
	14 - Agricultura, silvicultura, pesca e ciências veterinárias	08**
	19 - Serviços	10**

3. Sistema de ensino superior e perfil demográfico dos diplomados

3.1. Estatísticas sociodemográficas da amostra Eurograduate

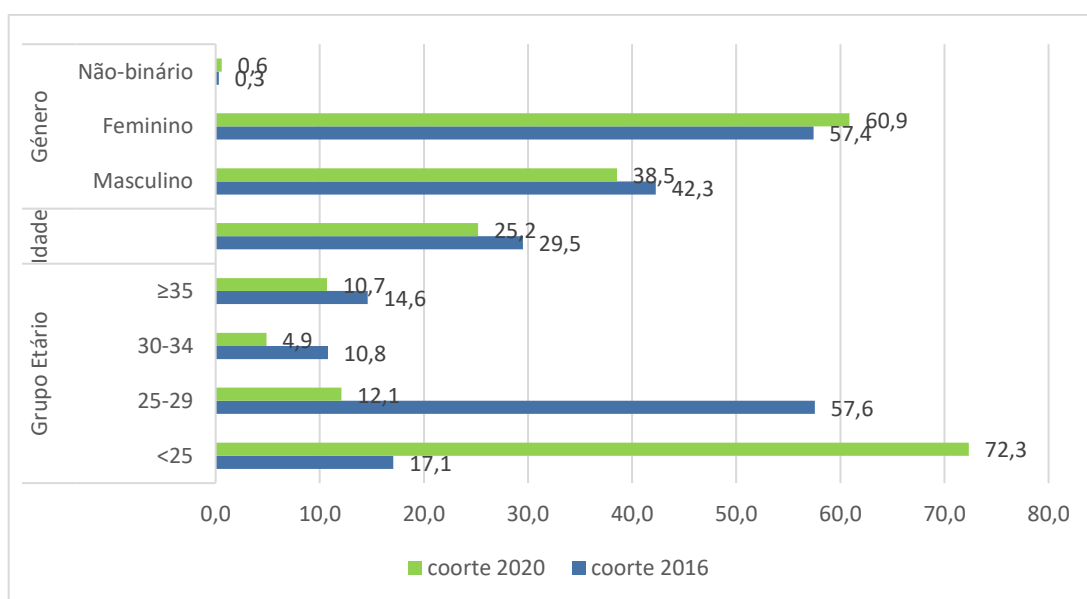
O inquérito *Eurograduate* abordou duas coortes de inquiridos: os diplomados que concluíram os seus estudos em 2020/2021 e os diplomados que concluíram os seus estudos 5 anos antes do período do inquérito – “coorte de 2020” e “coorte de 2016” na análise posterior, respetivamente. A proporção das coortes listadas na amostra ponderada final é a seguinte: 45,5% são da coorte de 2016 e 54,5% - da coorte de 2020 (Tabela 3.1)

Tabela 3.1: Distribuição dos inquiridos Eurograduate por coorte, %

Coorte	Frequência	%	Acumulado %
2016/2017	8 323	45,5	45,5
2020/2021	9 957	54,5	100
Total	18 280	100	

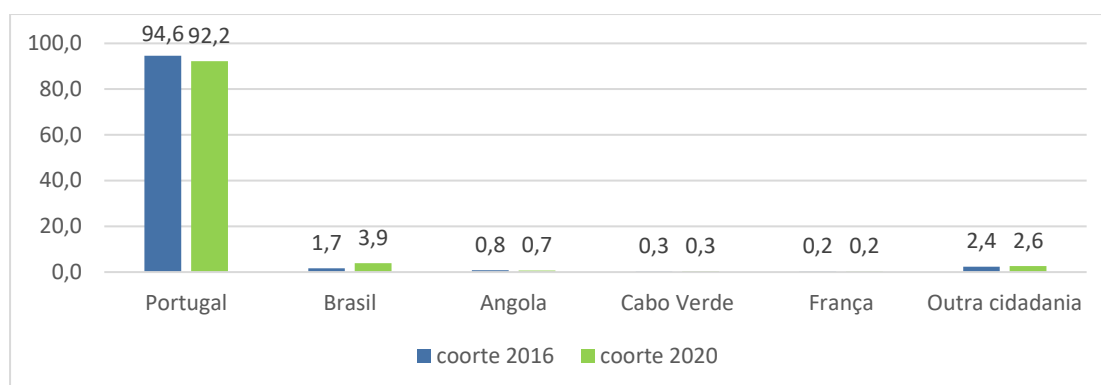
A idade média dos diplomados da coorte de 2020 é de 25,2 anos e a idade média dos diplomados da coorte de 2016 é de 29,5 anos. Em ambas as coortes prevalecem os inquiridos do género feminino. A percentagem de diplomados do género feminino na coorte de 2020 é de 60,9% e de 57,4% na coorte de 2016. A percentagem de diplomados do género masculino é de 38,5% e 42,3%, respetivamente. A percentagem de inquiridos não binários é de 0,6% na coorte recente e de 0,3% na coorte de 2016. Na coorte recente, 72,3% dos diplomados têm menos de 25 anos, enquanto 10,7% pertencem ao grupo dos diplomados com 35 anos ou mais (Figura 3.1).

Figura 3.1: Distribuição dos diplomados da amostra por características sociodemográficas (género, idade, grupo etário) e coorte, %



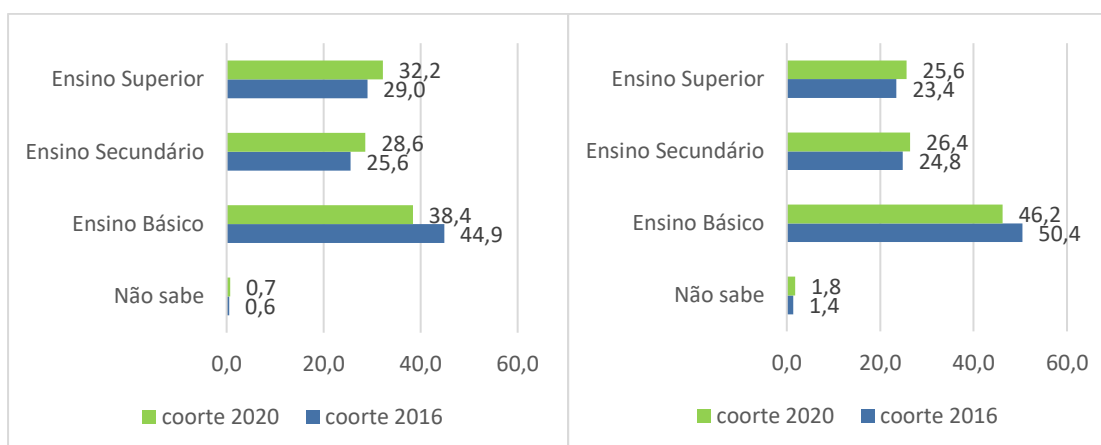
A maioria dos diplomados em ambas as coortes tem nacionalidade portuguesa (94,6% em 2016 e 92,2% em 2020), sendo que a percentagem de diplomados com nacionalidade não portuguesa aumentou durante este período de 5,4% para 7,8%. A maior percentagem de diplomados internacionais na amostra provém de países de língua portuguesa: Brasil, Angola e Cabo Verde. A percentagem de diplomados com outras nacionalidades é de 2,4% na coorte de 2016 e de 2,6% na coorte de 2020. (Figura 3.2).

Figura 3.2: Cidadania dos diplomados por país e coorte, %



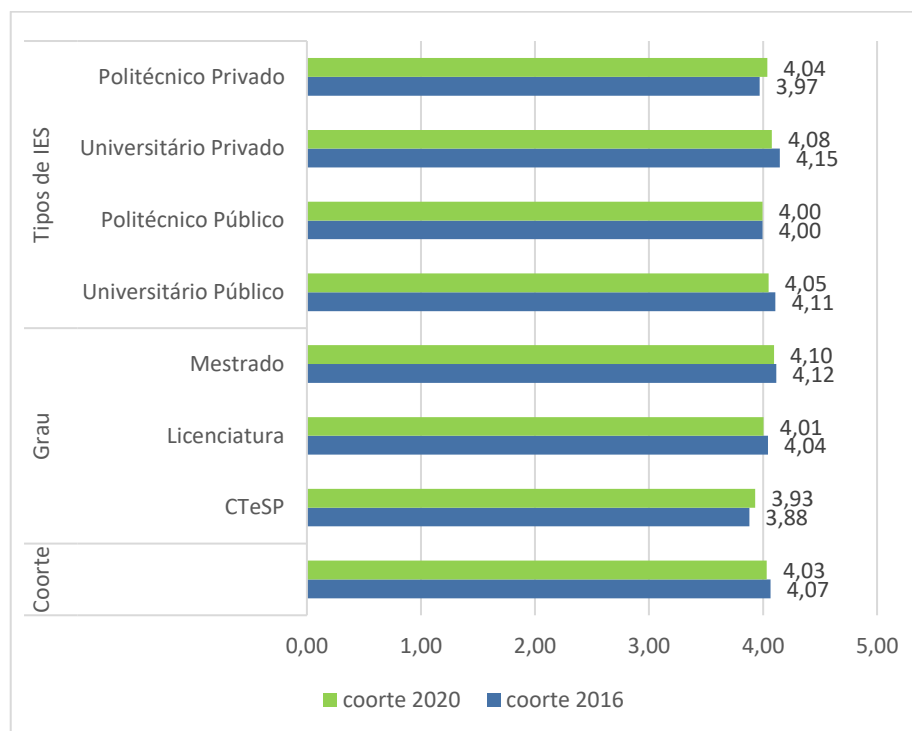
A distribuição dos diplomados por escolaridade dos pais é apresentada na Figura 3.3. Na coorte de 2020, 32,2% das mães ou encarregadas de educação dos diplomados têm ensino superior e 25,6% dos pais ou encarregados de educação dos diplomados têm ensino superior. Uma percentagem muito elevada de pais (sobretudo pais ou encarregados de educação) dos diplomados em Portugal possui apenas o ensino básico (Figura 3.3). De um modo geral, o nível de escolaridade dos pais da coorte de 2020 é superior ao nível de escolaridade dos pais da coorte de 2016.

Figura 3.3: Nível de habilitações dos pais dos diplomados por coorte, % (nível de habilitações da mãe ou encarregada de educação à esquerda e do pai ou encarregado de educação à direita)



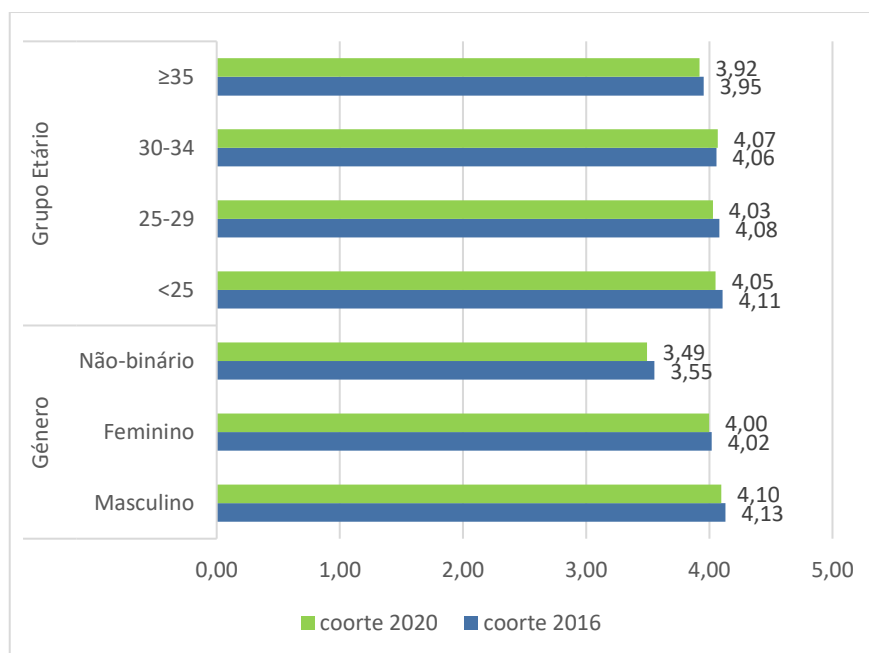
Outra medida importante das características sociodemográficas dos diplomados é a sua autoavaliação da saúde. Em média, os diplomados da coorte de 2016 avaliam a sua saúde em 4,07 numa escala de 5, enquanto os diplomados da coorte de 2020 avaliam a sua saúde em 4,03, o que corresponde a um nível de saúde “bom”. (Figura 3.4).

Figura 3.4: Autoavaliação da saúde dos diplomados por características educativas (tipo de IES, grau) e coorte, (1 – muito mau, 5 – muito bom), média



A autoavaliação da saúde aumenta com o nível de educação e diminui com a idade dos diplomados. Os diplomados do género masculino declaram ter melhor saúde do que as diplomadas do género feminino. O nível de saúde mais baixo de todos os subgrupos da amostra é registado pelas pessoas não-binárias (Figura 3.5).

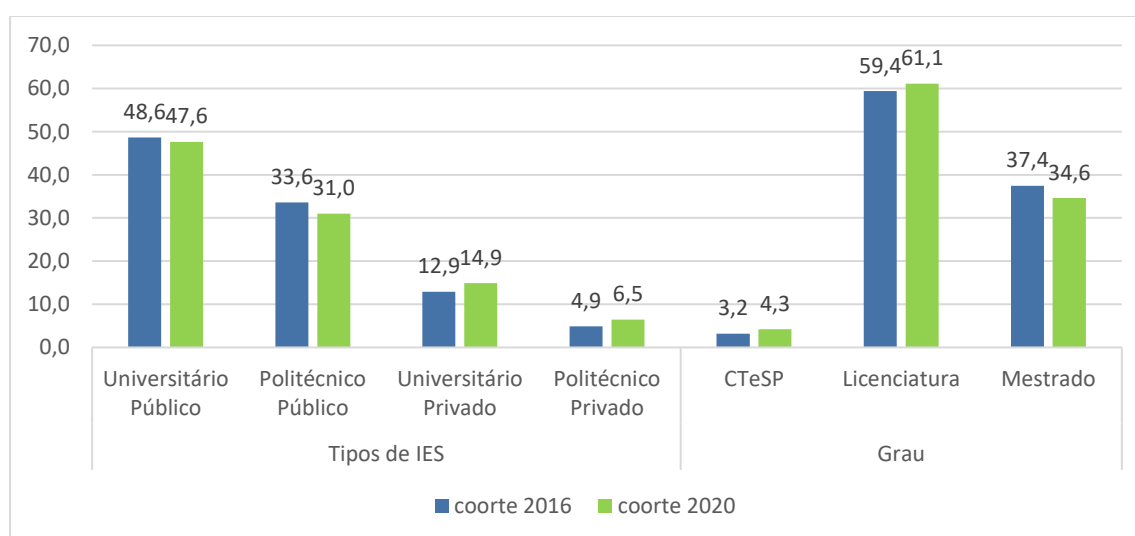
Figura 3.5: Autoavaliação da saúde dos diplomados por características sociodemográficas (idade, género) e coortes, (1 – muito má, 5 – muito boa), média



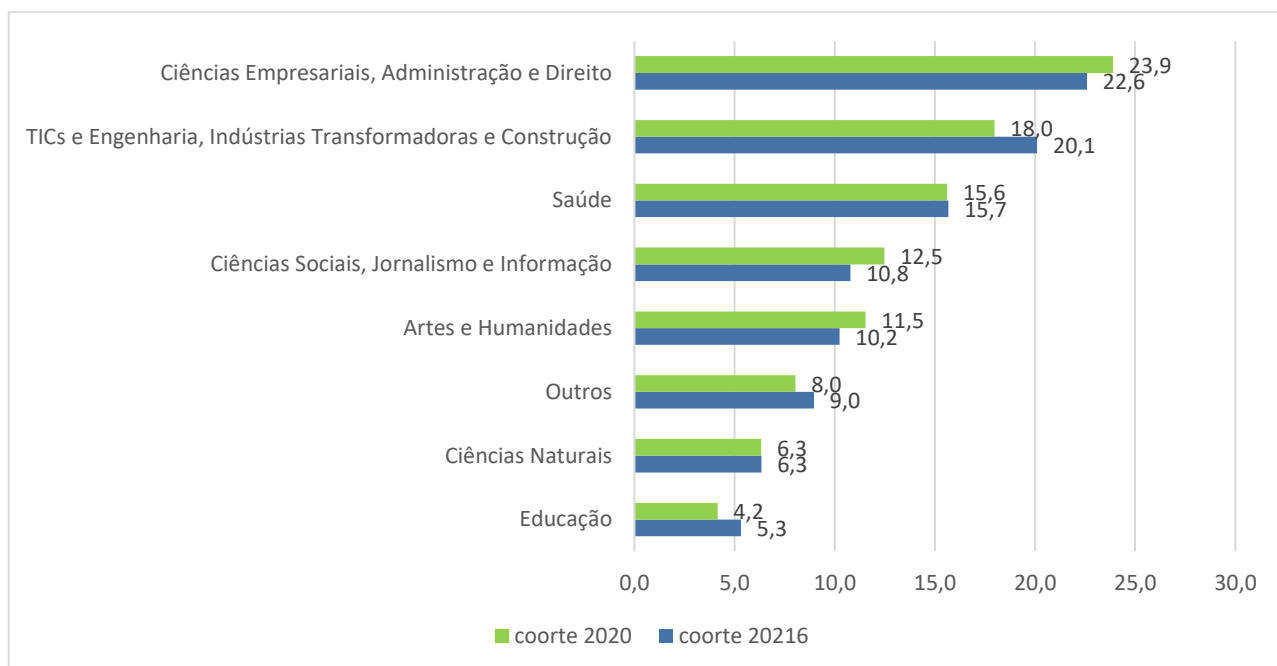
3.2. Principais características dos diplomados do ensino superior

As principais características educativas dos inquiridos são apresentadas na Figura 3.6. A maioria dos diplomados são detentores de um diploma de licenciatura (59,4% na coorte de 2016 e 61,1% na coorte de 2020). A percentagem de diplomados com um mestrado é de 37,4% na coorte de 2016 e de 34,6% na coorte de 2020. Um pouco menos de metade dos diplomados concluíram a sua formação em universidades públicas (48,6% e 47,6% para as coortes de 2016 e 2020, respetivamente) e 33,6% e 31,0%, respetivamente, em institutos politécnicos públicos. A quota relativa do ensino do setor privado em Portugal é relativamente baixa. Cerca de 12,9% dos diplomados de 2016 e 14,9% dos diplomados de 2020 concluíram os seus estudos em universidades privadas, enquanto apenas 4,9% dos diplomados de 2016 e 6,5% dos diplomados de 2020 o fizeram em institutos politécnicos privados.

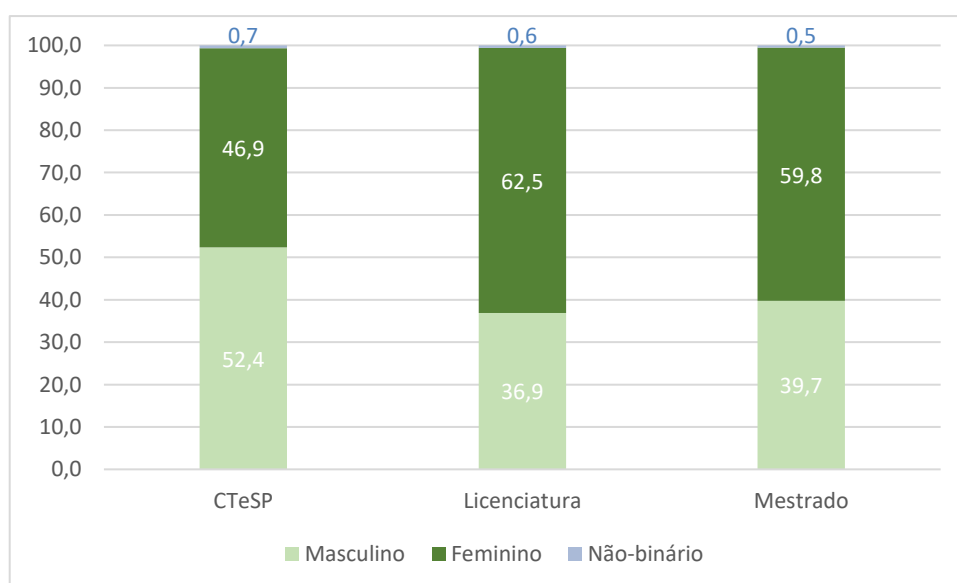
Figura 3.6: Características educativas dos diplomados, por coorte, %



As áreas de educação e formação mais frequentes entre os diplomados são Ciências Empresariais, Administração e Direito (22,6% na coorte de 2016, 23,9% na coorte de 2020) e TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (20,1% na coorte de 2016, 18% na coorte de 2020). A Saúde (15,7% na coorte de 2016, 15,6% na coorte de 2020), as ciências sociais, jornalismo e informação (10,8% na coorte de 2016, 12,5% na coorte de 2020) e as artes e humanidades (10,2% na coorte de 2016, 11,5% na coorte de 2020) estão também bem representadas na amostra. A percentagem mais baixa de diplomados obteve o grau em ciências naturais e educação. Quando comparamos as coortes, observamos que diminuiu o peso relativo de diplomados em TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção e em educação, o que foi compensado por um aumento da percentagem de diplomados em Ciências Empresariais, Administração e Direito; Ciências sociais, jornalismo e informação e artes e humanidades (Figura 3.7).

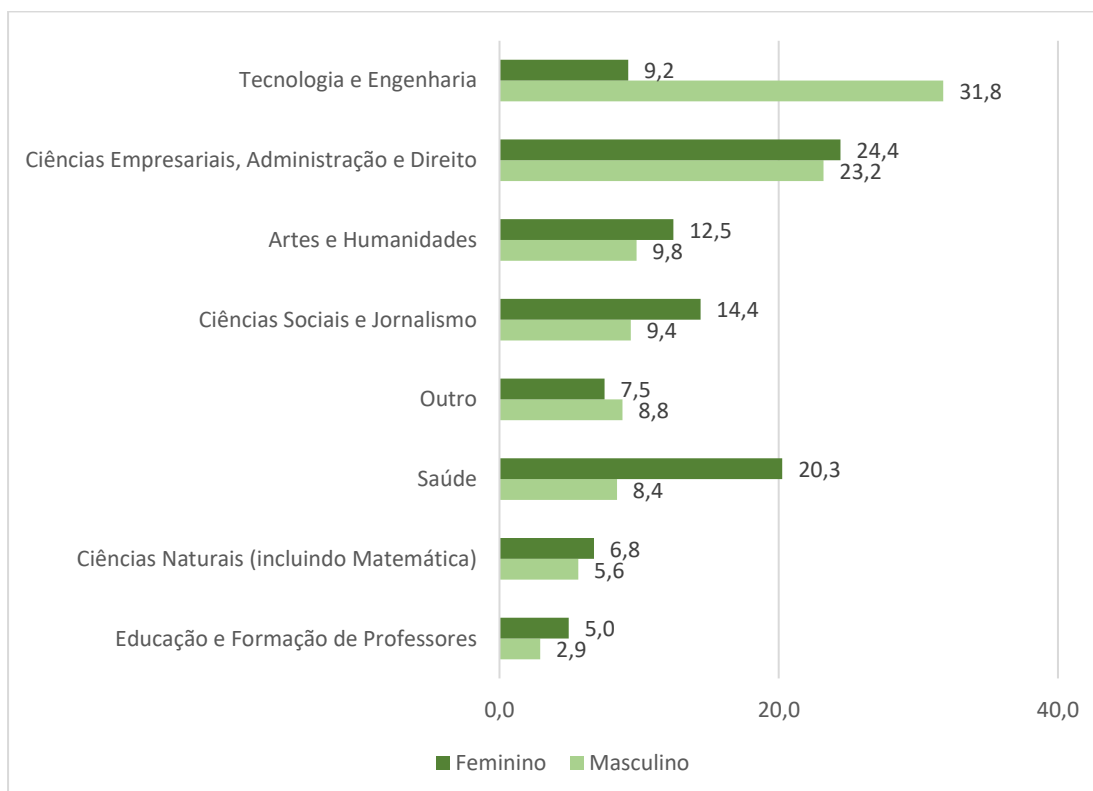
Figura 3.7: Distribuição dos diplomados por áreas de educação e formação e coorte, % do total de diplomados por coorte

Existem diferenças significativas entre os géneros em função do grau e das áreas de educação e formação. No grupo de diplomados mais recente, os diplomados do género masculino são a maioria nos programas de ensino superior de ciclo curto e os diplomados do género feminino mulheres nos programas de nível ISCED 6 e 7. As diferenças na distribuição dos géneros entre os ciclos de estudo de licenciatura e de mestrado não são muito significativas (Figura 3.8).

Figura 3.8: Diplomados por género e grau, coorte 2020, %

As diferenças de género na frequência das diferentes áreas de educação e formação são mais significativas. A maior diferença é observada na área de TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção, que são dominadas pelos diplomados de género masculino (31,8% contra apenas 9,2% de diplomadas do género feminino). Pelo contrário, as Ciências Sociais, Jornalismo e Informação e Saúde são consideradas áreas de educação e formação com mais presença de diplomados do género feminino. As outras áreas de estudo, incluindo a mais representada, Ciências Empresariais, Administração e Direito, são mais equitativas em termos de distribuição por género (Figura 3.9).

Figura 3.9: Diplomados por género e área de estudo, coorte 2020, % do total de diplomados por grau



4. Experiência académica

4.1. Ambientes de ensino e aprendizagem

Utilizando a metodologia de Meng et al.^{10,11}, foram considerados 4 ambientes principais de ensino e aprendizagem: o ambiente de aulas expositivas, com um domínio das aulas teóricas no processo de ensino/aprendizagem; o ambiente de ensino/aprendizagem baseado em problemas ou casos de estudo (PBL – problem-based learning); um ambiente que combine as duas possibilidades anteriores (aulas e PBL) e uma categoria que inclua modalidades de ensino/aprendizagem que não se enquadram em nenhuma das opções anteriores. A análise mostra que, em 2020, apesar de algum crescimento na utilização de PBL em comparação com 2016, o ambiente de ensino/aprendizagem baseado em aulas expositivas continua a dominar. Na coorte mais recente, 56,0% dos inquiridos estava principalmente envolvido em ensino/aprendizagem baseado em ambiente de aulas expositivas, 33,6% em ambiente de aulas conjugado com a utilização de PBL e apenas 3,1% dos diplomados estava envolvido principalmente em atividades de ensino/aprendizagem assentes na metodologia PBL. Os ciclos de estudos ao nível de mestrado recorrem menos frequentemente ao modo de aulas expositivas, em comparação com os ciclos de estudos ao nível de licenciatura (Tabela 4.1).

Tabela 4.1: Ambiente de aprendizagem por nível ISCED, tipo de IES, género, grupos etários e coorte, %

Categorias	Coorte 2016				Coorte 2020			
	aulas	PBL	aulas e PBL	outros	aulas	PBL	aulas e PBL	outros
Coorte	57,9	2,8	33,3	6,0	56,0	3,1	33,6	7,3
Nível ISCED								
ISCED 5 (ensino superior de ciclo curto)	48,9	1,8	44,1	5,2	43,1	3,3	44,9	8,7
ISCED 6 (Licenciatura ou equivalente)	59,4	2,4	31,9	6,3	57,9	3,1	31,6	7,4
ISCED 7 (Mestrado ou equivalente)	56,3	3,5	34,6	5,7	54,3	3,1	35,8	6,9
Tipo de IES								
Universidade pública	60,7	3,2	29,1	7,0	59,7	3,4	28,8	8,0
Politécnico público	55,6	2,1	37,3	5,1	52,3	3,2	38,2	6,3
Universidade privada	55,7	3,3	34,7	6,3	55,4	2,5	35,4	6,8
Politécnico privado	51,5	2,1	43,3	3,1	48,3	1,5	42,2	8,0
Género								
Masculino	53,7	3,7	35,6	7,0	50,4	3,9	38,1	7,6
Feminino	61,0	2,1	31,5	5,4	59,7	2,5	30,8	7,0
Não binário	54,3	4,9	40,8	0,0	47,0	8,2	27,6	17,2
Faixa etária								

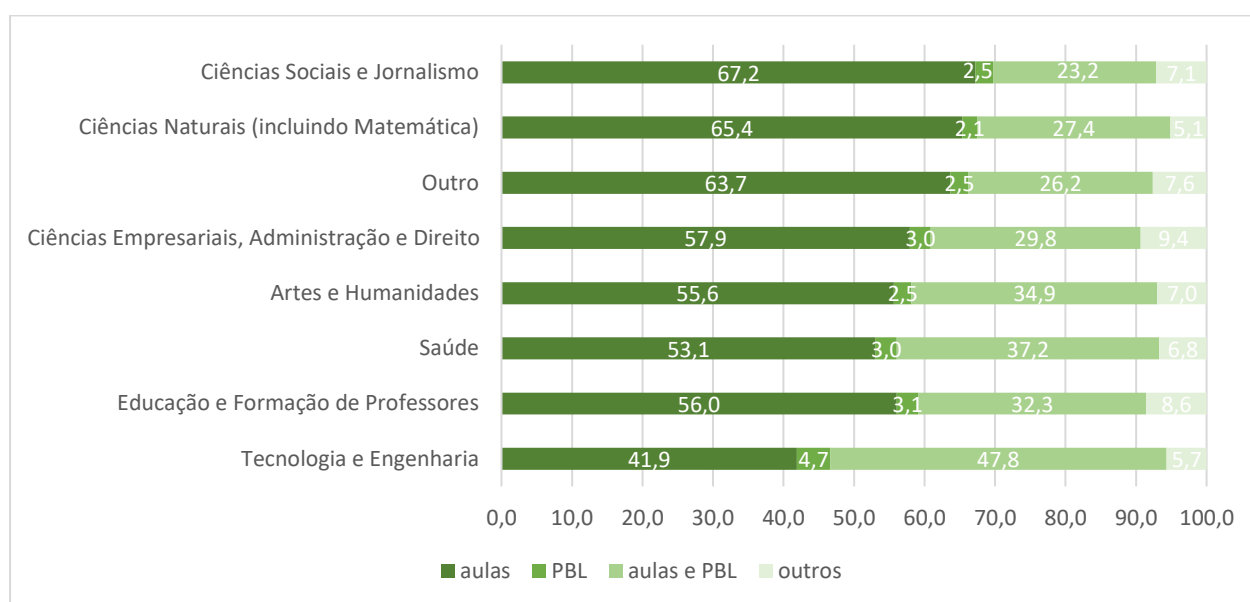
¹⁰ Meng, C. M. (2006). Discipline-Specific or Academic? Acquisition, Role and Value of Higher Education Competencies. [Doctoral Thesis, Maastricht University]. ROA. <https://doi.org/10.26481/dis.20060126cm>

¹¹ Meng, C., Wessling, K., Mühleck, K., & Unger, M. (2020). Eurograduate pilot survey: Design and implementation of a pilot European graduate survey.

Menos de 25 anos	61,5	2,4	31,9	4,2	57,7	3,1	33,7	5,6
25 a 29	59,5	2,4	32,9	5,2	54,8	2,3	33,8	9,0
30 a 34	54,3	2,3	37,0	6,5	51,4	1,9	37,3	9,5
35+	51,4	5,2	32,6	10,8	48,5	4,6	31,4	15,5

Existem diferenças nos modos de ensino e aprendizagem por áreas de educação e formação. Diplomados em áreas de Ciências Sociais, Jornalismo e Informação, bem como em Ciências Naturais, desenvolveram a sua formação mais frequentemente em ambientes de ensino/aprendizagem baseados em aulas expositivas, enquanto a abordagem recorrendo a PBL esteve mais presente na formação dos diplomados em TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (Figura 4.1).

Figura 4.1: Ambiente de aprendizagem por áreas de educação e formação na coorte de 2020, %



4.2. Experiência internacional, no âmbito da formação no ensino superior

Existem diferenças entre coortes no que respeita à percentagem de diplomados com experiência internacional: 16,2% dos diplomados da coorte de 2016 adquiriram experiência internacional no âmbito da sua formação no ensino superior, ao passo que, entre os diplomados da coorte de 2020, apenas 9,3% tiveram essa experiência. Os diplomados de mestrado reportam maior participação em mobilidade internacional do que os diplomados de licenciatura em ambas as coortes e os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto foram menos suscetíveis de participar na mobilidade internacional (Figura 4.2). Os diplomados do género masculino participaram em programas de mobilidade internacional com mais frequência do que os diplomados de género feminino (Figura 4.3)

Figura 4.2: Proporção de diplomados com experiência internacional como parte da sua formação no ensino superior, por características educativas (tipo de IES, grau) e coorte, %

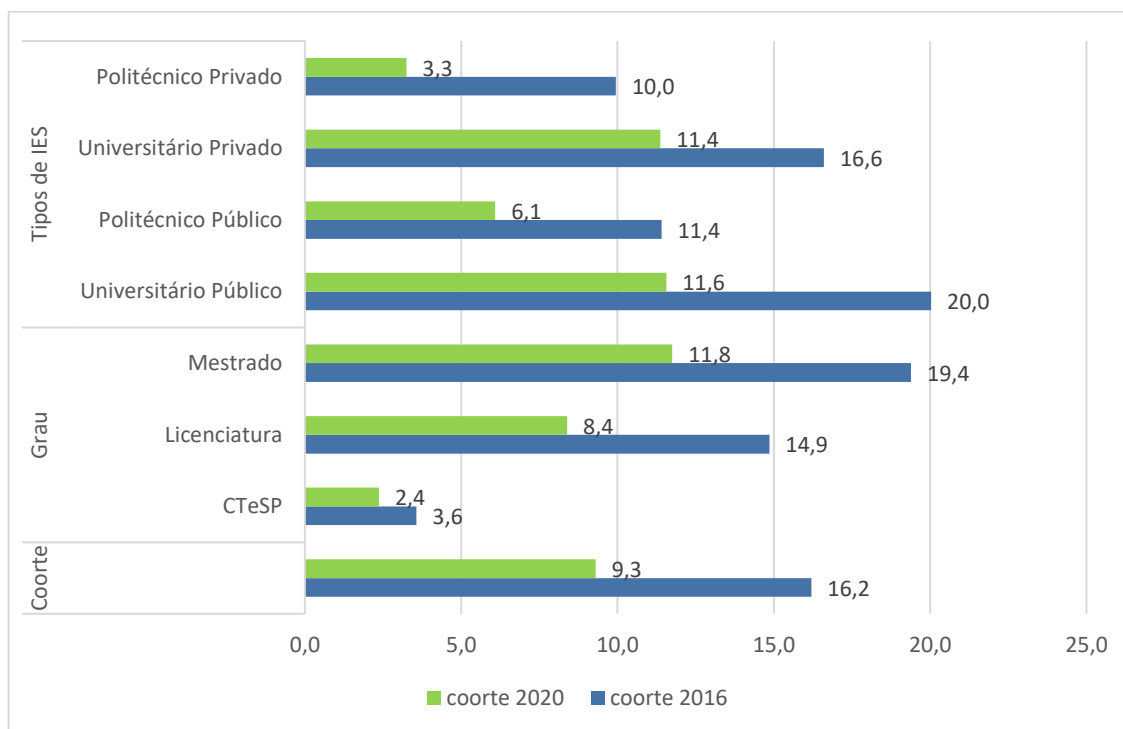
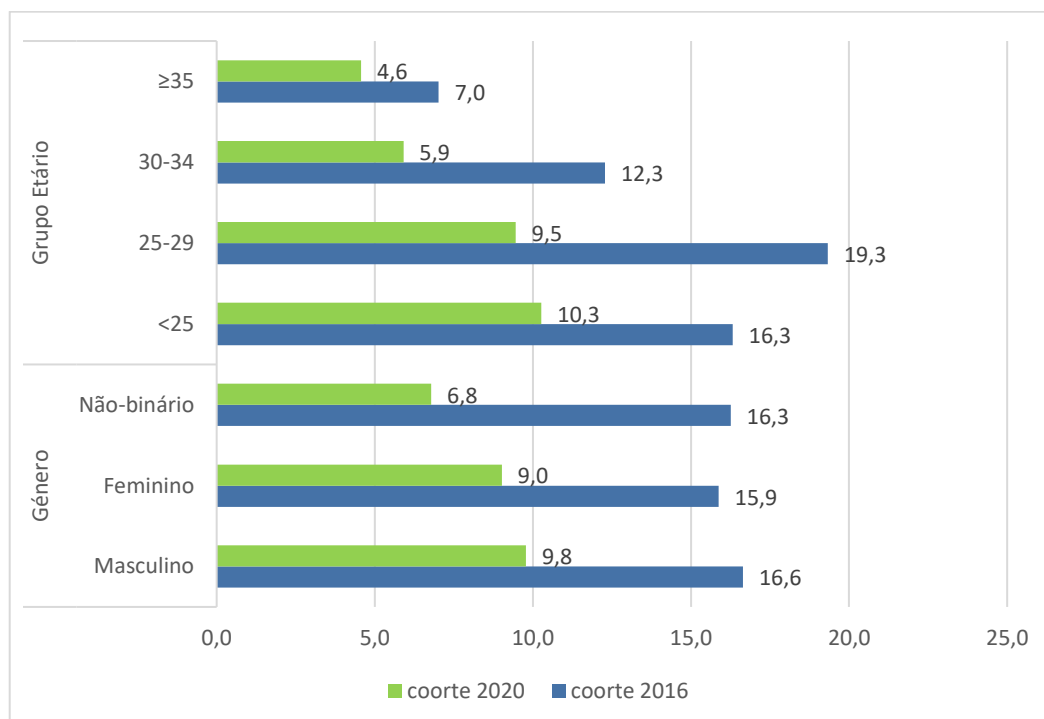
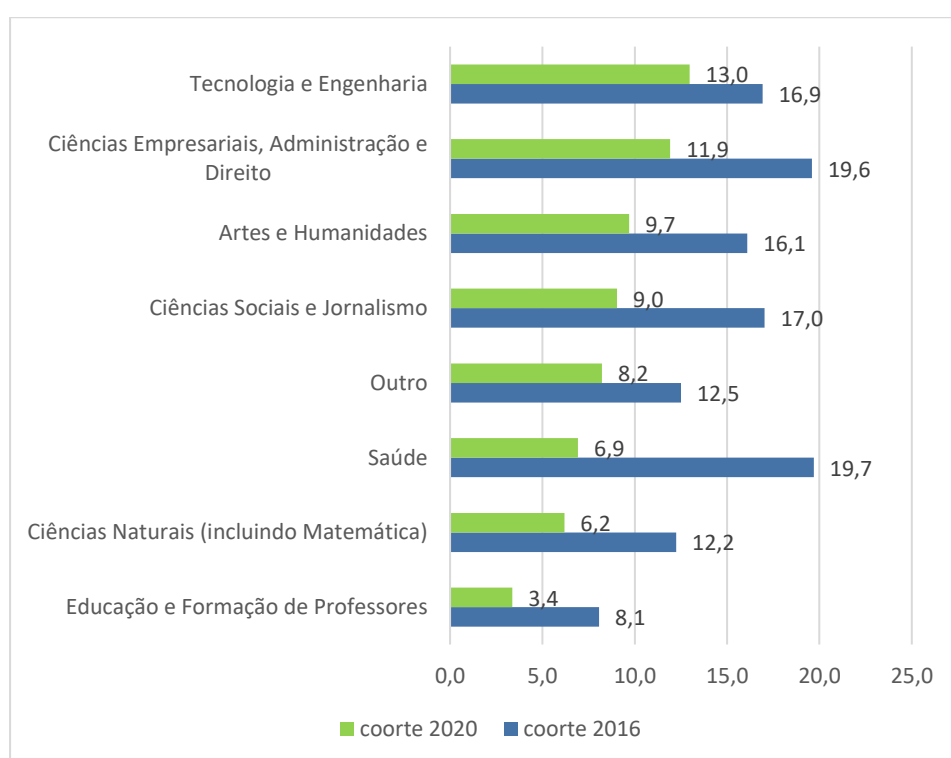


Figura 4.3: Proporção de diplomados com experiência internacional como parte da sua formação no ensino superior, por características sociodemográficas (idade, género) e coorte, %



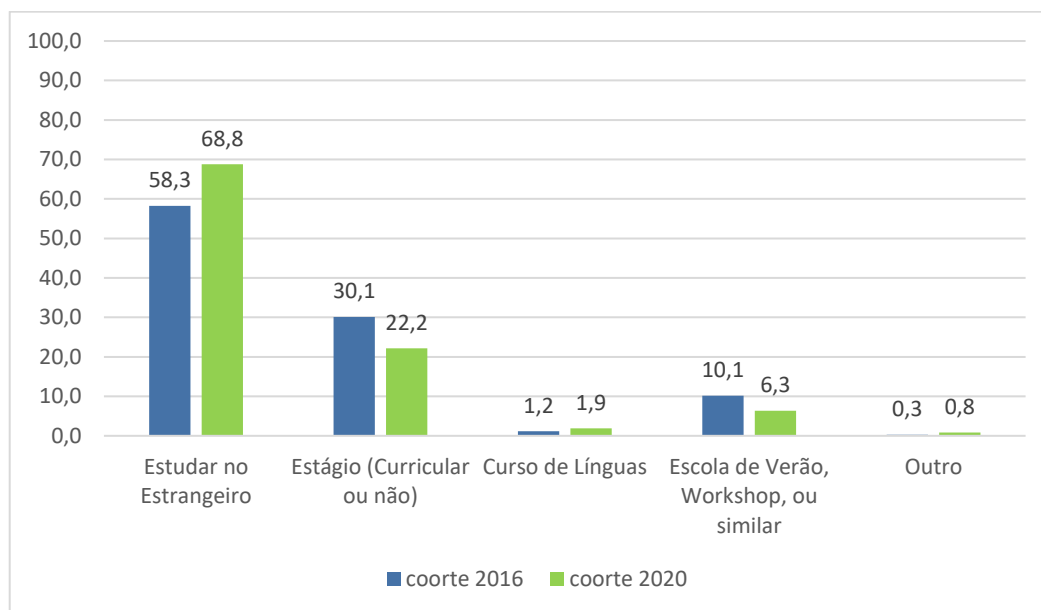
Por áreas de educação e formação, na coorte mais recente, as percentagens mais elevadas de diplomados com experiência internacional como parte da sua formação no ensino superior é observada para os diplomados em TICs e Engenharia, Ciências Empresariais, Administração e Direito e Artes e Humanidades. No entanto, para a coorte de 2016, as áreas com maior mobilidade eram as de Saúde, Ciências Empresariais, Administração e Direito; e Ciências Sociais e Jornalismo. Tal sugere que a redução da proporção de diplomados que obtiveram experiência internacional como parte da sua formação ocorrida durante este período terá tido efeitos assimétricos entre as diferentes áreas de estudo consideradas. Os ciclos de estudos das áreas de Educação e de Ciências Naturais registam a percentagem mais baixa de diplomados com experiência internacional (Figura 4.4).

Figura 4.4: Diplomados com experiência internacional como parte da sua formação no ensino superior, por áreas de educação e formação e coorte, %



O tipo mais frequente de experiência internacional foi a realização de períodos de mobilidade de estudos no estrangeiro (68,8% em 2020 e 58,3% na coorte de 2016, entre os diplomados que declararam ter tido alguma experiência internacional). O estágio ou colocação profissional foi o segundo tipo de experiência internacional mais comum e o terceiro foram as escolas de verão, workshops ou atividades semelhantes. Os cursos de línguas constituem o tipo de experiência internacional menos frequente (Figura 4.5).

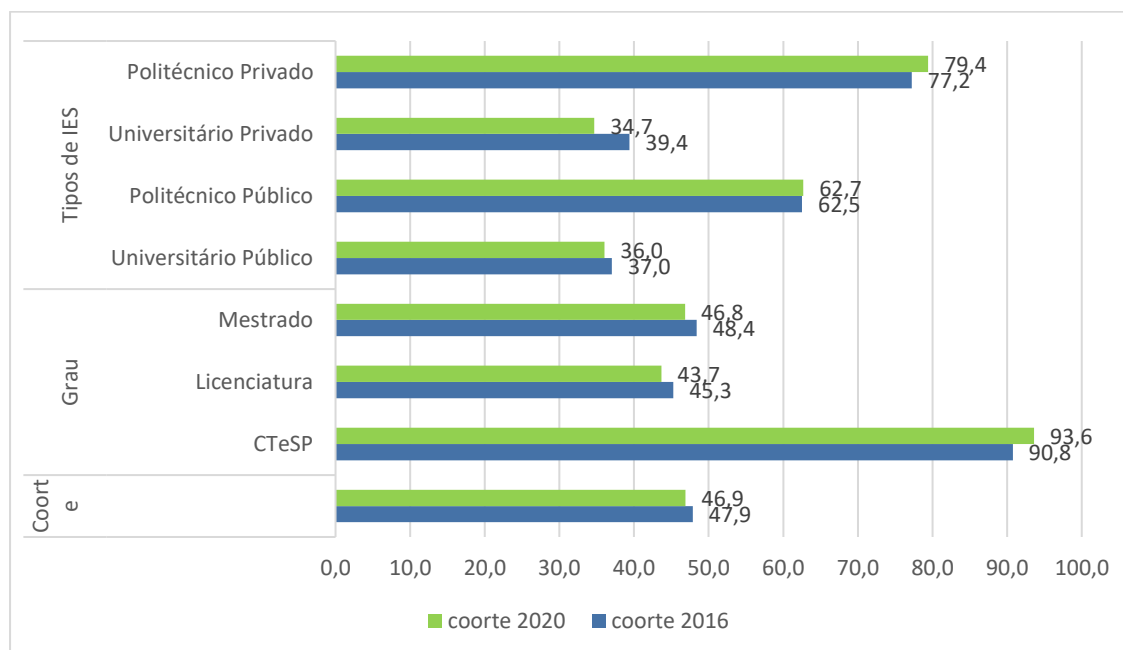
Figura 4.5: Diplomados com experiência internacional como parte da sua formação no ensino superior, por tipo de experiência e coorte, %



4.3. Experiência no mercado de trabalho durante a formação superior

A percentagem de diplomados com experiência no mercado de trabalho relacionada com a formação superior durante os mesmos é de 47,9% para a coorte de 2016 e de 46,9% para a coorte de 2020. A combinação de estudos e trabalho parece ser um padrão comum para os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto, nos quais 9 em cada 10 diplomados adquiriram experiência de trabalho durante os seus estudos. No caso das licenciaturas, em média, 43,7% a 45,3% dos diplomados adquiriram experiência de trabalho durante a formação superior. A percentagem de diplomados de mestrado que adquiriram experiência de trabalho durante a sua formação no ensino superior é de 48,4 % na coorte de 2016 e de 46,8 % na coorte de 2020 (Figura 4.6). Os diplomados do género feminino apresentam uma maior participação em atividades profissionais durante a formação superior do que os do género masculino (51,3% e 43,3% na coorte de 2016, 49,9% e 42,3% na coorte de 2020, respetivamente) (Figura 4.7).

Figura 4.6: Proporção de diplomados com alguma experiência no mercado de trabalho relacionada com a formação superior, por características educativas (tipo de IES, grau) e coorte, %



Por áreas de educação e formação, os diplomados em Saúde e Educação são os que mencionam com mais frequência a conciliação de períodos de trabalho durante a realização dos seus estudos superiores, enquanto os diplomados em Ciências Empresariais, Administração e Direito; Artes e Humanidades; e Ciências Sociais, Jornalismo e Informação mencionam com menos frequência a conciliação de períodos de estudos e trabalho (Figura 4.8).

Figura 4.7: Proporção de diplomados com alguma experiência no mercado de trabalho relacionada com a formação superior, por características sociodemográficas (tipo de IES, grau) e coorte, %

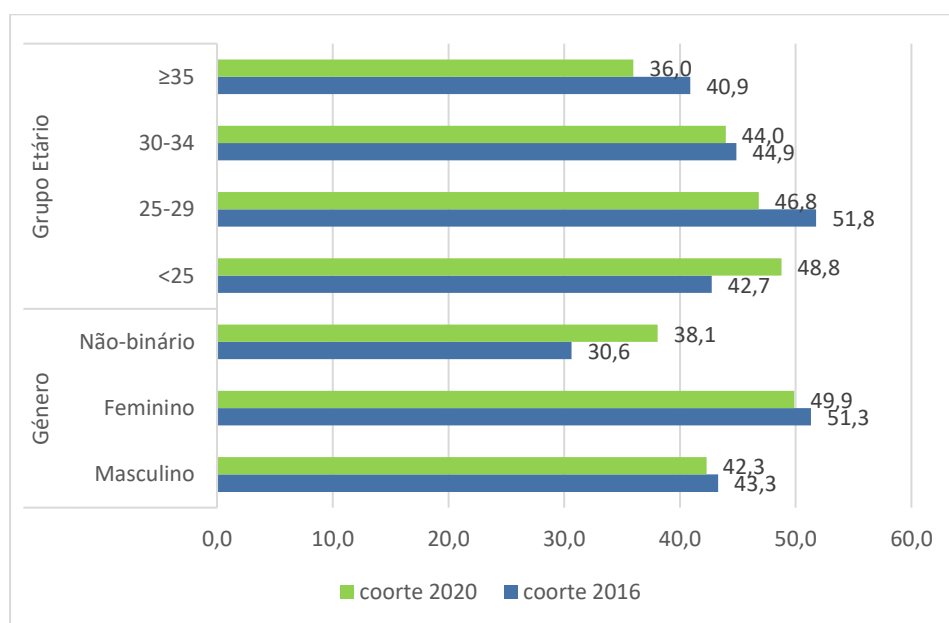
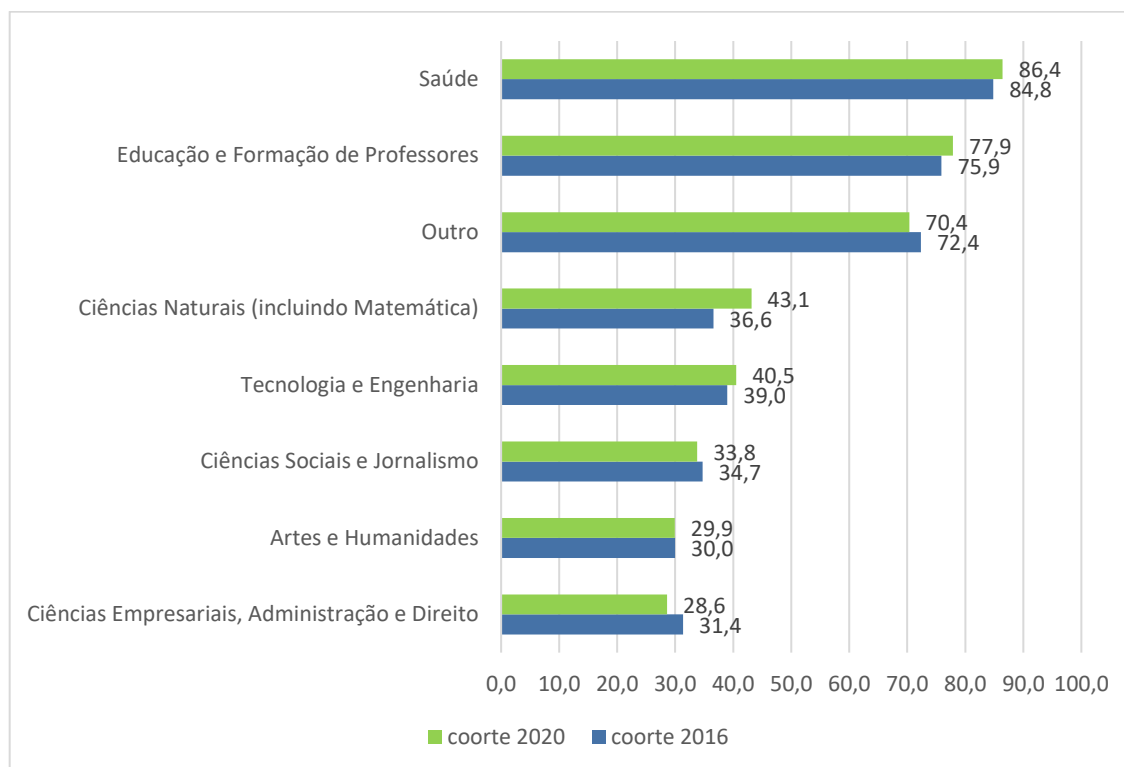


Figura 4.8: Proporção de diplomados com alguma experiência no mercado de trabalho relacionada com a formação superior, por áreas de educação e formação e coorte, %



4.4. Nível de satisfação com a formação superior

O nível médio de satisfação com a formação superior é de 3,8 (em 5) para a coorte de 2016 e de 3,9 (em 5) para a coorte de 2020, o que indica um nível bastante elevado de satisfação com a formação superior por parte dos recém-diplomados. O nível mais elevado de satisfação com a formação superior regista-se entre os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto e os diplomados com mais de 35 anos. Os diplomados de ciclos de estudo de mestrado estão ligeiramente mais satisfeitos com os seus estudos do que os diplomados de ciclos de estudo de licenciatura.

Os diplomados de IES privadas (universitárias e politécnicas) registam, em média, níveis de satisfação mais elevados do que os diplomados de IES públicas (Figura 4.9). Os diplomados do género masculino estão também mais satisfeitos com os seus estudos do que os do género feminino. Os diplomados com 35 anos ou mais de ambas as coortes estão mais satisfeitos com os seus estudos (Figura 4.10). Por áreas de educação e formação, o nível mais elevado de satisfação com a formação superior é observado nos diplomados nas áreas da saúde, TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção e o mais baixo nas áreas das artes e humanidades (Figura 4.11).

Figura 4.9: Satisfação com a formação superior por características educativas (tipo de IES, grau) (1 – muito insatisfeito, 5 – muito satisfeito), média

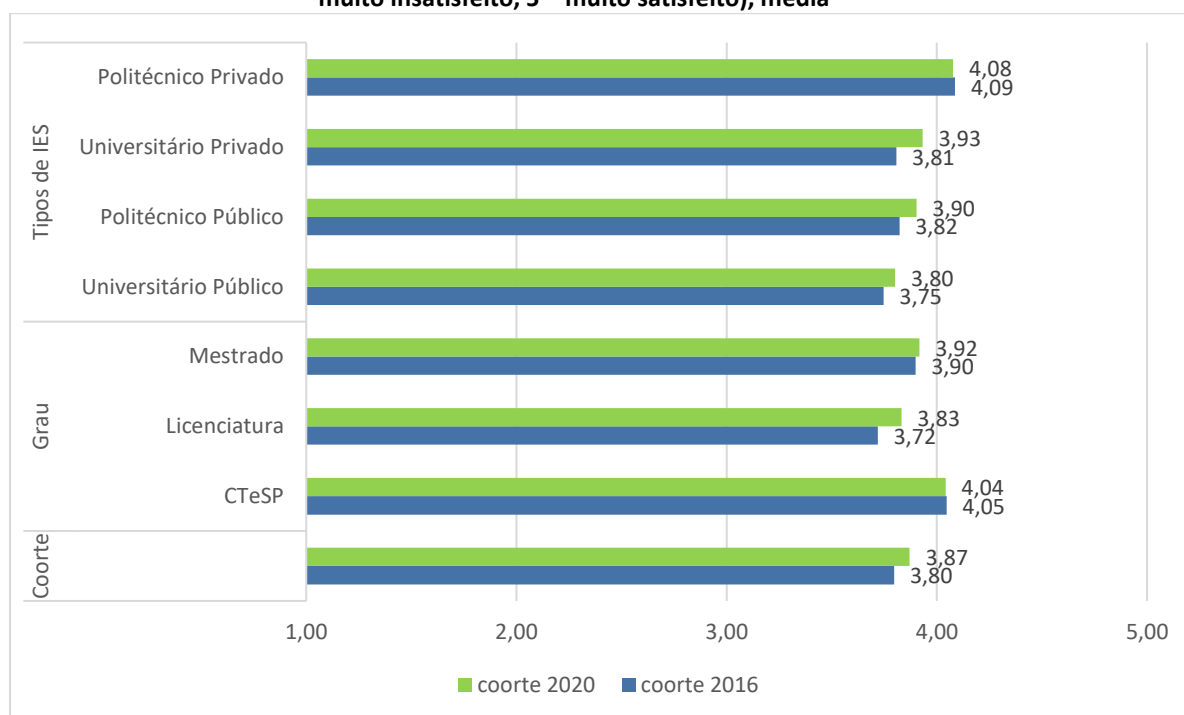


Figura 4.10: Satisfação com a formação superior por características sociodemográficas (idade, género) (1 – muito insatisfeito, 5 – muito satisfeito), média

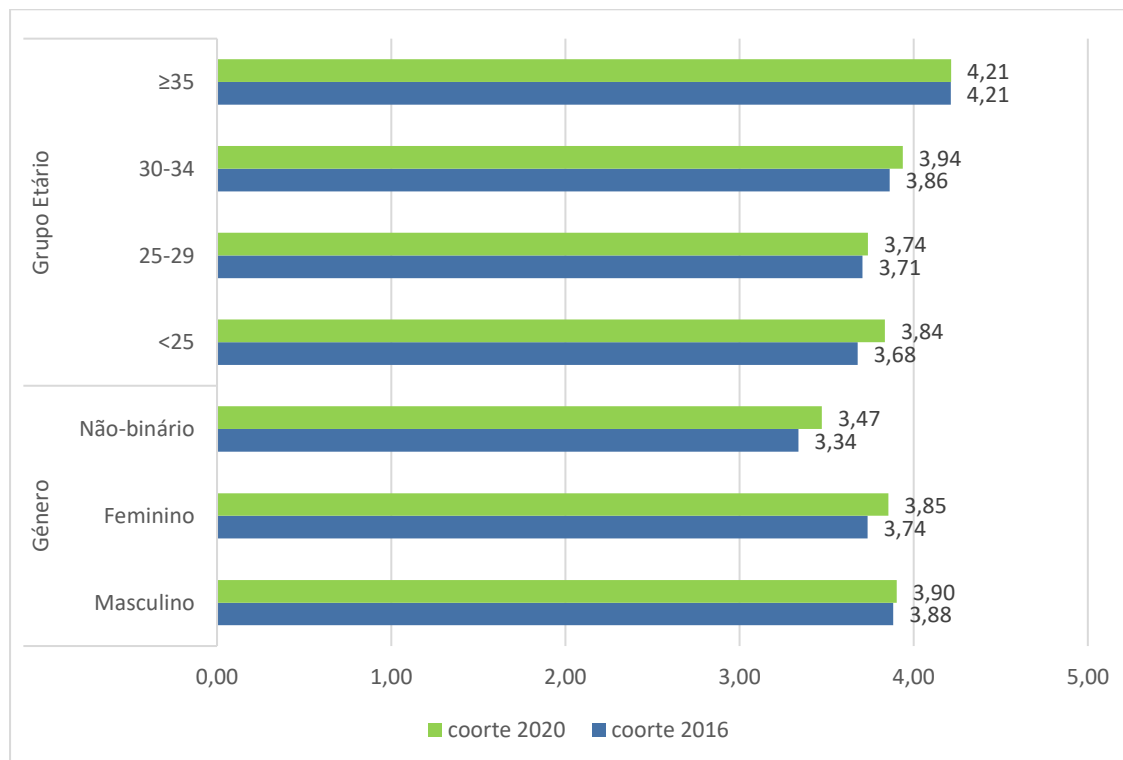
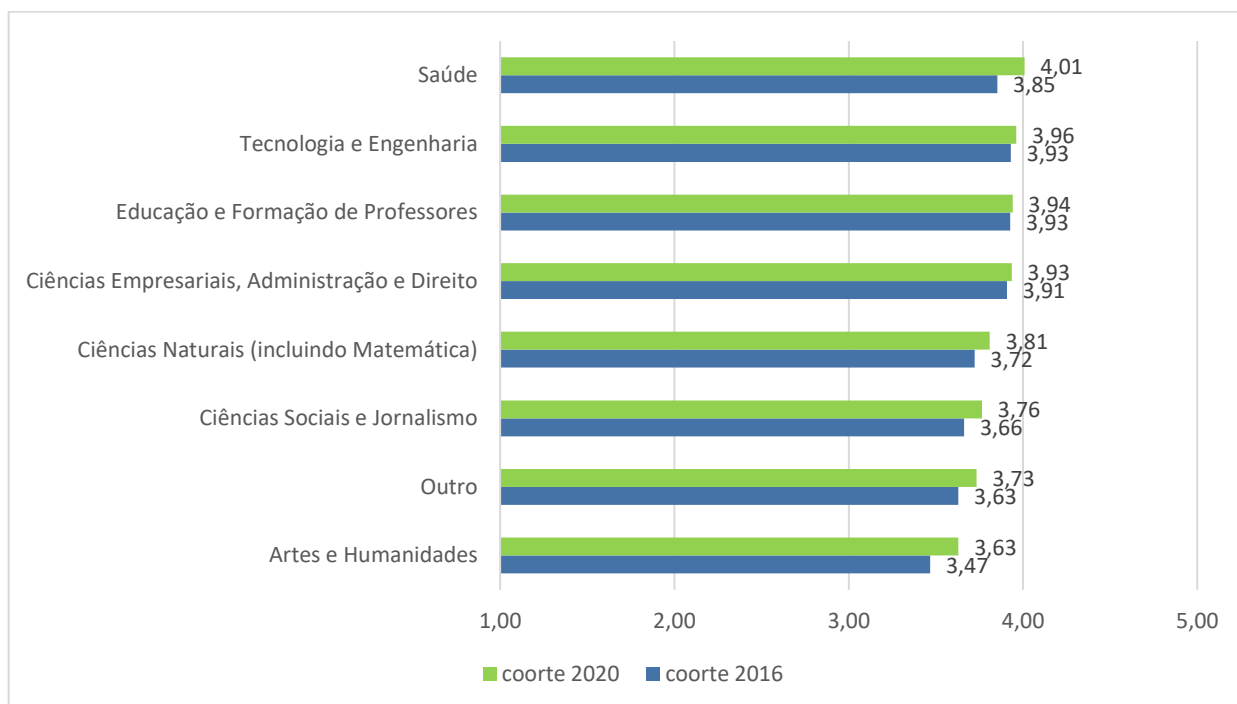


Figura 4.11: Satisfação com a formação superior, por áreas de educação e formação e coorte (1 – muito insatisfeito, 5 – muito satisfeito), média



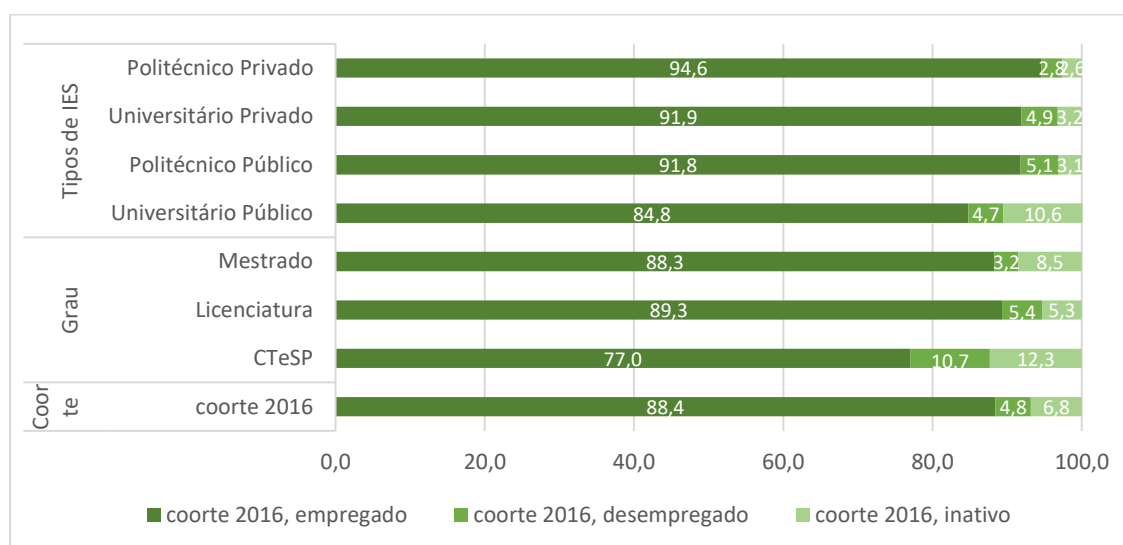
5. Participação e resultados no mercado de trabalho

5.1. Situação atual de emprego

A variável relativa ao emprego foi construída a partir de duas questões: uma questão principal em que o diplomado reporta a sua situação atual de emprego – podendo o diplomado colocar mais do que uma resposta. Existiam oito categorias: 1) Trabalhador por conta de outrem; 2) Trabalhador por conta própria (incluindo recibos verdes); 3) Desempregado; 4) Estudante; 5) Licença Parental; 6) Serviço militar; 7) Trabalho doméstico; 9) Outro. Caso o diplomado respondesse outro ou não respondesse à questão, aparecia uma segunda questão a perguntar se o diplomado exercia uma atividade remunerada.¹²

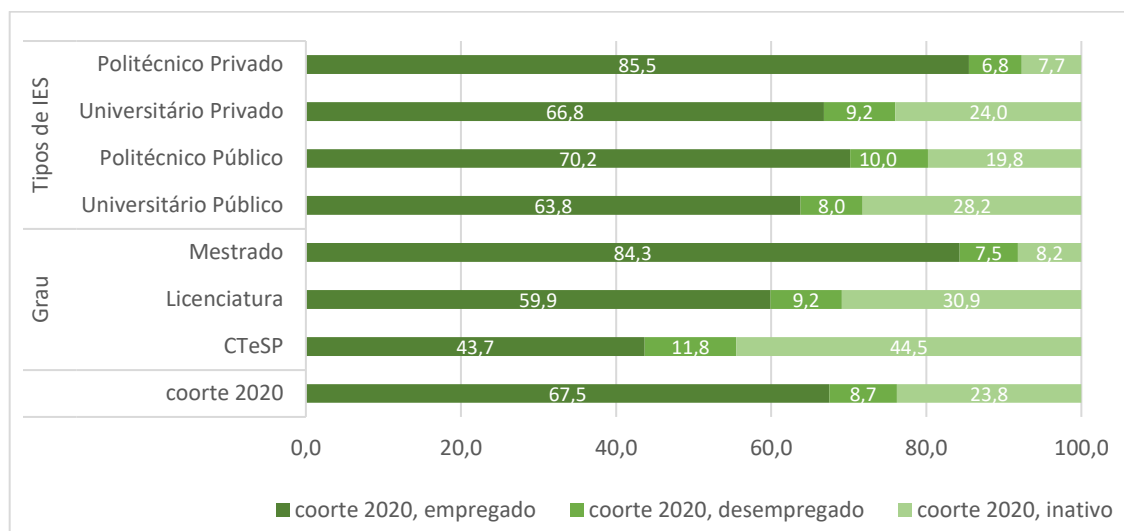
No que diz respeito à empregabilidade, é de notar que 88,4% dos diplomados de 2016 estão empregados, 6,8% estão fora da população ativa e 4,8% estão desempregados. No que diz respeito aos diplomados de 2020, 67,5% estão empregados, 23,8% estão inativos e 8,7% estão desempregados (Figura 5.1, Figura 5.2).

Figura 5.1: Diplomados da coorte de 2016 por situação de emprego atual e características educativas (tipo de IES, grau), %



¹² Um diplomado foi considerado empregado se respondeu à primeira questão “Trabalhador por conta de outrem” ou “Trabalhador por conta própria (incluindo recibos verdes)” ou se reportou que exercia uma atividade remunerada na segunda questão. Foram considerados desempregados todos os diplomados que reportaram uma situação de desemprego na primeira questão. Foram considerados inativos os diplomados que responderam a uma situação de inatividade na primeira questão ou que responderam não à segunda questão. Quem não respondeu a ambas as questões não foi considerado.

Figura 5.2: Diplomados da coorte de 2020 por situação de emprego atual e características educativas (tipo de IES, grau), %



A análise do desemprego por grupos de diplomados indica que o nível de desemprego reportado diminui com o nível de educação, sendo mais elevado entre os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto e mais baixo entre os diplomados de mestrado. Os diplomados do género feminino reportam uma prevalência de desemprego mais elevada do que os diplomados do género masculino (Figura 5.1, Figura 5.2, Figura 5.3, Figura 5.4).

Os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto reportam um nível de emprego inferior ao de outros diplomas. Os diplomados do género masculino reportam níveis de emprego mais elevados em ambas as coortes em comparação com os diplomados do género feminino, mas sobretudo em 2020. O nível de emprego reportado também aumenta com a idade dos inquiridos, particularmente na coorte de 2020. (Figura 5.1, Figura 5.2, Figura 5.3, Figura 5.4).

Figura 5.3: Diplomados da coorte de 2016 por situação de emprego atual e características sociodemográficas (idade, género), %

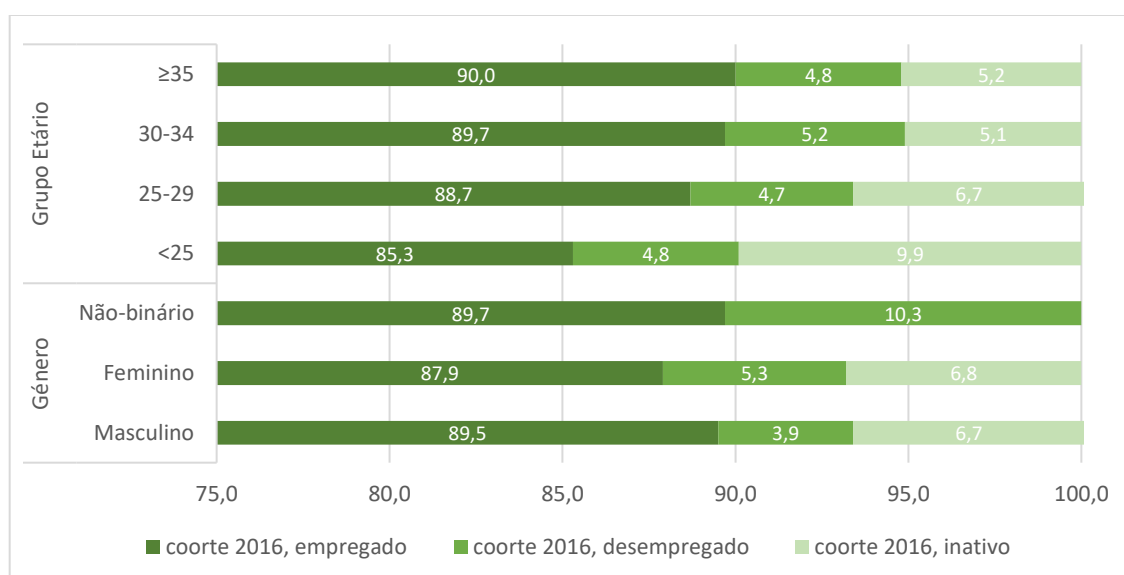
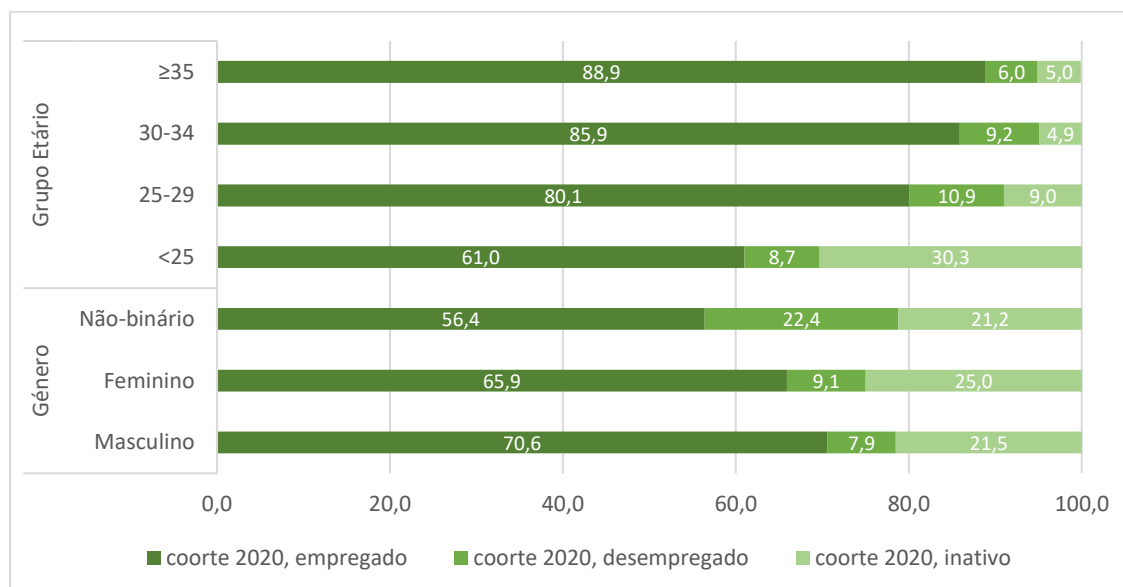


Figura 5.4: Diplomados da coorte de 2020 por situação de emprego atual e características sociodemográficas (idade, género), %

A situação de emprego reportado difere significativamente consoante as áreas de educação e formação. Na coorte de 2016, os diplomados nas áreas de ciências empresariais, administração e direito, reportam os níveis mais elevados de emprego, e os diplomados em Saúde e TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção reportam os níveis mais baixos de desemprego. O nível de emprego mais elevado para a coorte mais recente pode ser observado para os diplomados nas áreas da Saúde; Ciências Empresariais, Administração e Direito; Educação; e TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção. Os diplomados nestes domínios reportam também a menor prevalência de desemprego (Figura 5.5, Figura 5.6).

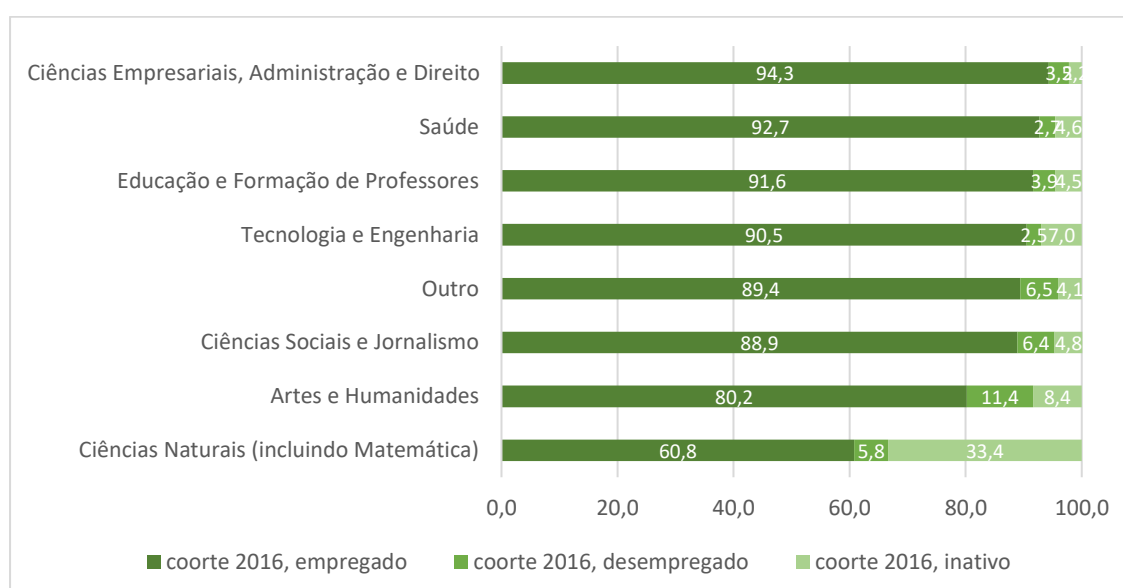
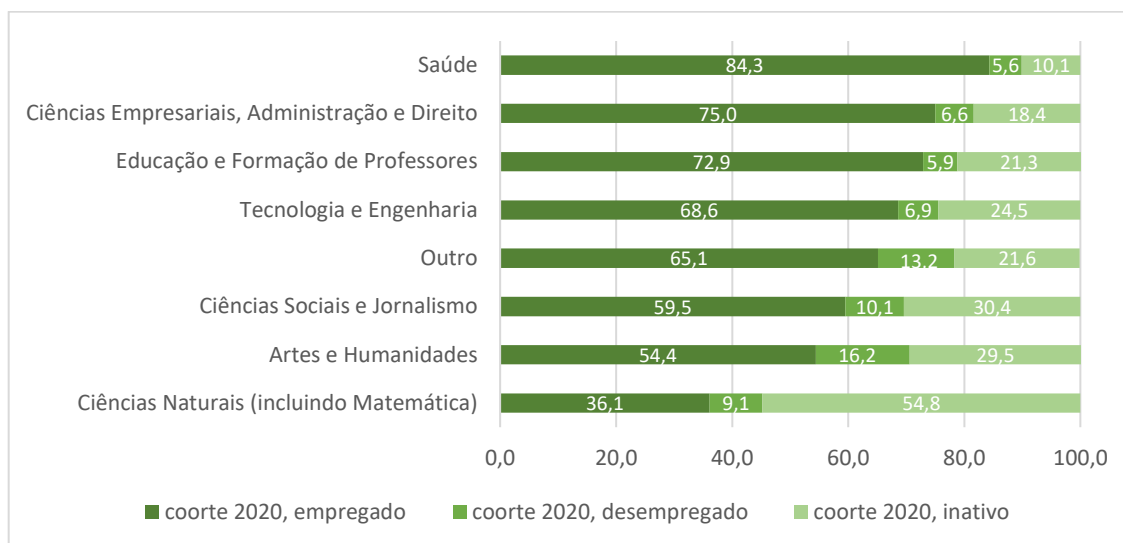
Figura 5.5: Percentagem de diplomados da coorte de 2016 por situação de emprego atual e áreas de educação e formação, %

Figura 5.6: Percentagem de diplomados da coorte de 2020 por situação de emprego atual e áreas de educação e formação, %

5.2. Estabilidade no emprego

Os níveis de estabilidade no emprego reportados diferem entre as coortes de diplomados. Entre os diplomados empregados de 2016, 80,9% respondem estar empregados ao abrigo de contratos sem termo ou por tempo indeterminado e 19,1% ao abrigo de contratos a termo certo. Entre os diplomados empregados de 2020, 60,8% indicam estarem empregados com base em contratos sem termo ou por tempo indeterminado e 39,2% com contratos a termo certo. Os diplomados do género masculino tendem a reportar uma maior estabilidade no emprego do que as diplomadas do género feminino em ambas as coortes. A estabilidade do emprego também aumenta com a idade dos diplomados (Figura 5.7, Figura 5.8).

Figura 5.7: Diplomados empregados com contrato de trabalho sem termo, por características educativas (tipo de IES, grau) e coorte, %

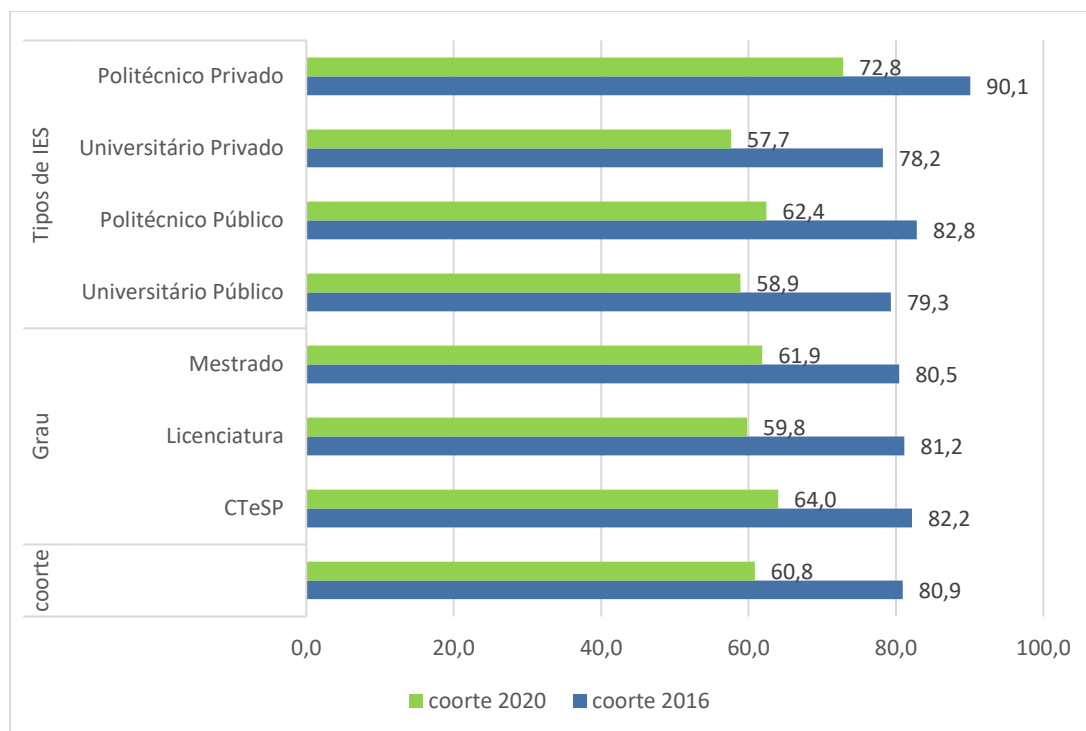
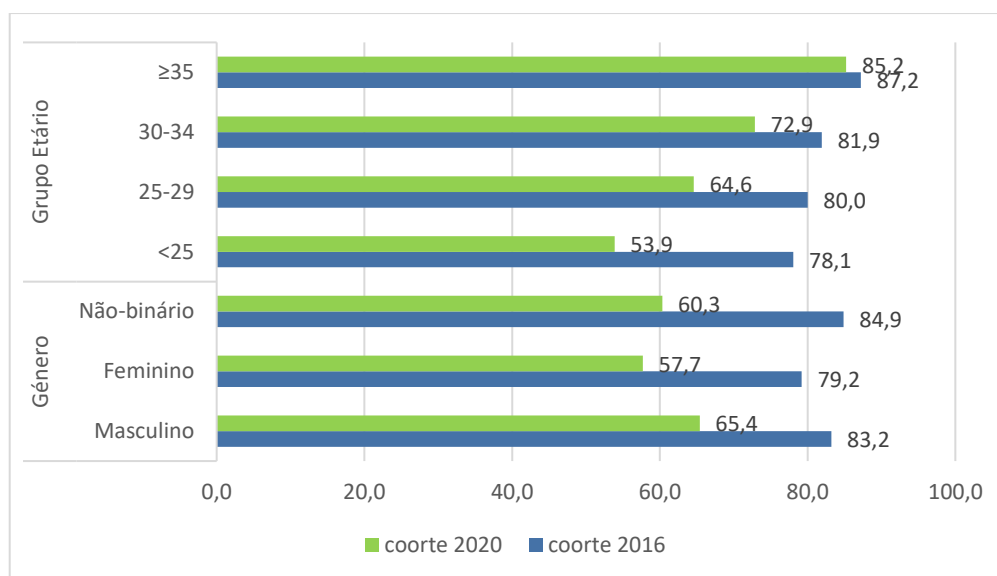
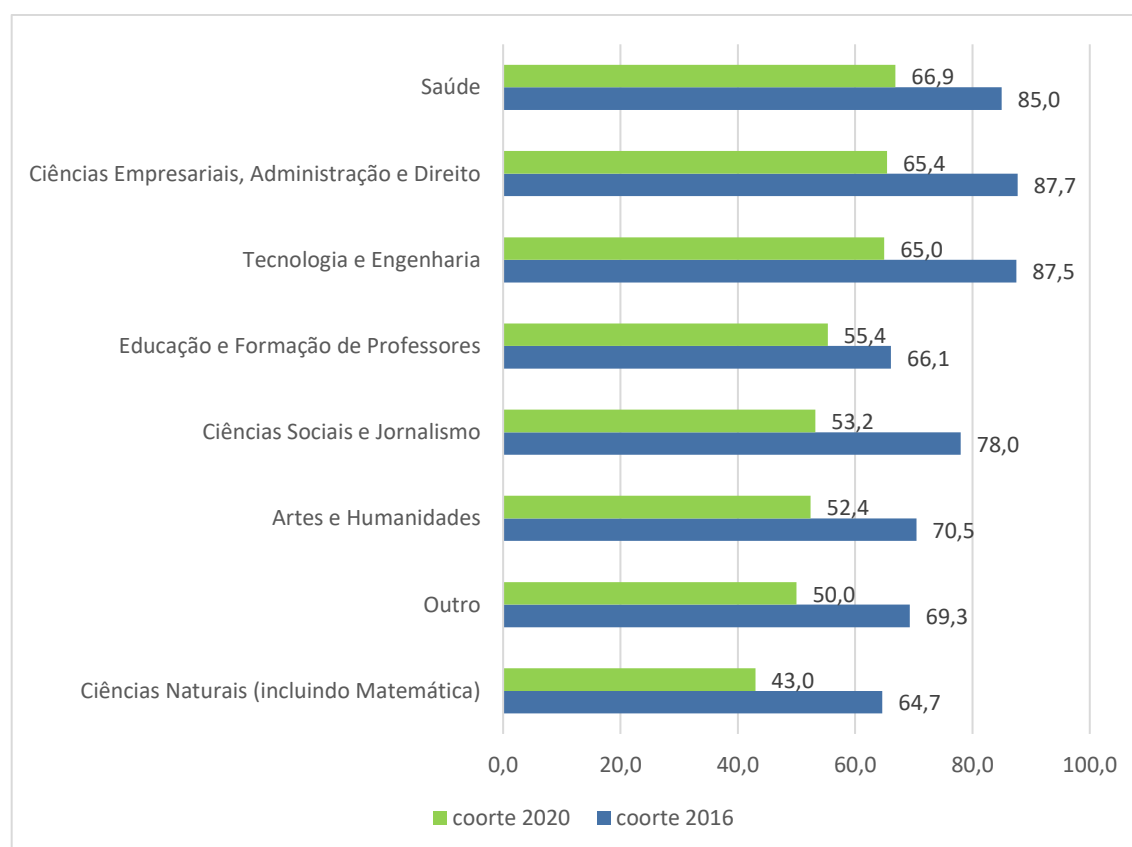


Figura 5.8: Diplomados empregados com contrato de trabalho sem termo, por características sociodemográficas (idade, género) e coorte, %



Por áreas de educação e formação, os diplomados em Saúde; Ciências Empresariais, Administração e Direito e TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção reportam situações laborais mais estáveis, enquanto os diplomados em Ciências Naturais e em outras áreas indicam uma maior prevalência de situações laborais menos estáveis (Figura 5.9).

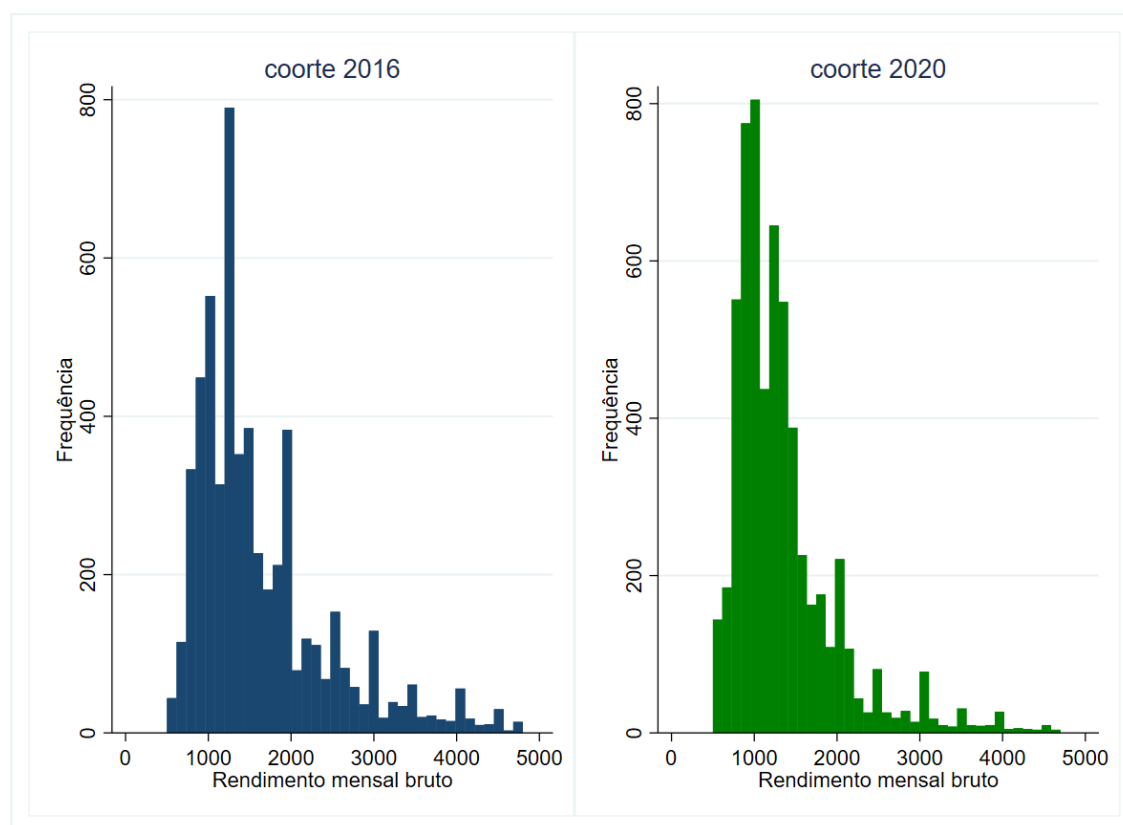
Figura 5.9: Diplomados empregados com contrato de trabalho sem termo, por áreas de educação e formação e coorte, %



5.3. Salários e horários de trabalho dos diplomados

Os diplomados foram também inquiridos quanto aos níveis salariais auferidos. Para a análise dos salários, excluímos os valores anómalos eliminando 3% das observações nas caudas superior e inferior da distribuição salarial. A distribuição final dos salários mensais bruto dos diplomados é apresentada na Figura 5.10.

Figura 5.10: Distribuição do salário médio mensal bruto dos diplomados da amostra (em euros)



Os salários médios mensais reportados pelos diplomados da coorte de 2016 são mais elevados do que os salários médios mensais reportados pelos diplomados da coorte de 2020 (1 640 e 1 360 euros, respetivamente). Os salários reportados aumentam com o nível de estudos. Relativamente aos diplomados dos programas de ensino superior de ciclo curto (CTeSP), os diplomados com grau de licenciatura indicam auferir 18-25% mais do que aqueles e os diplomados com grau de mestrado ganham 46-50% mais do que os diplomados de formações CTeSP (Figura 5.11).

Observam-se também outras diferenças entre grupos de diplomados. Os salários reportados pelos diplomados tendem a aumentar com a idade (Figura 5.12). Os diplomados das universidades públicas indicam ganhar, em média, mais do que os diplomados de outros tipos de IES. Os diplomados do género masculino reportam, em média, um salário médio superior em cerca de 19-23% ao reportado pelos diplomados do género feminino. Os diplomados que ad-

quiriram experiência internacional no âmbito da sua formação no ensino superior indicam auferir um salário superior em cerca de 17-20% do que os diplomados sem experiência internacional (Figura 5.11, Figura 5.12).

Figura 5.11: Salários médios mensais brutos dos diplomados no emprego atual, por características educativas (tipo de IES, grau, experiência de estudos internacionais) e coorte, em euros

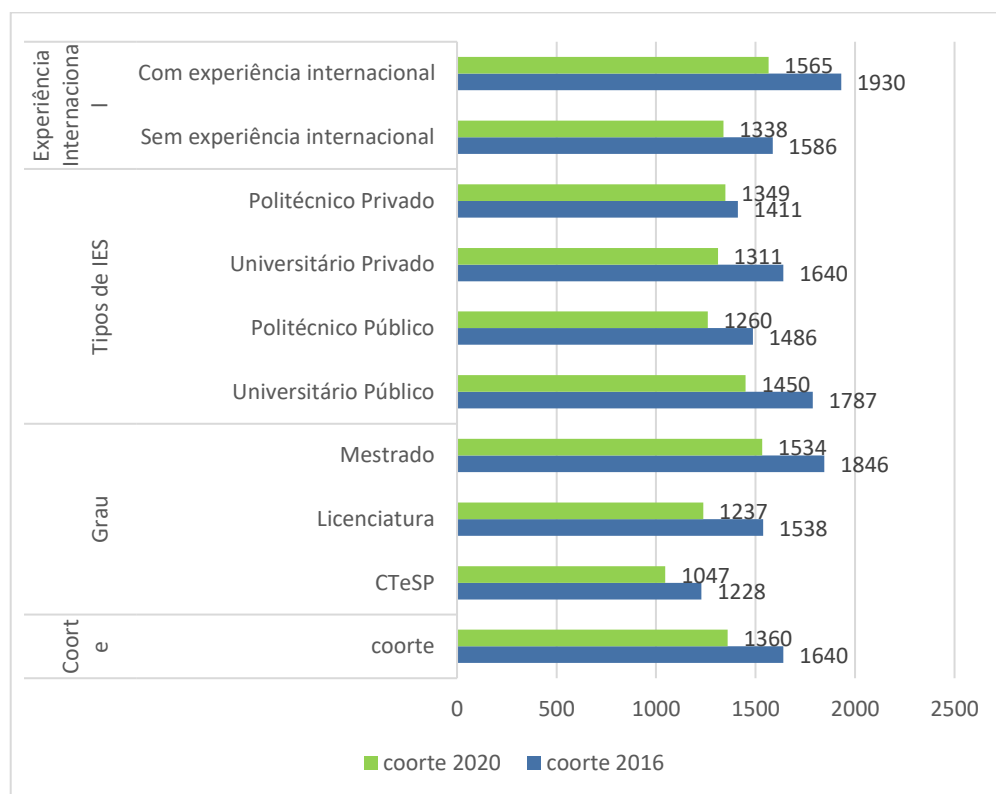
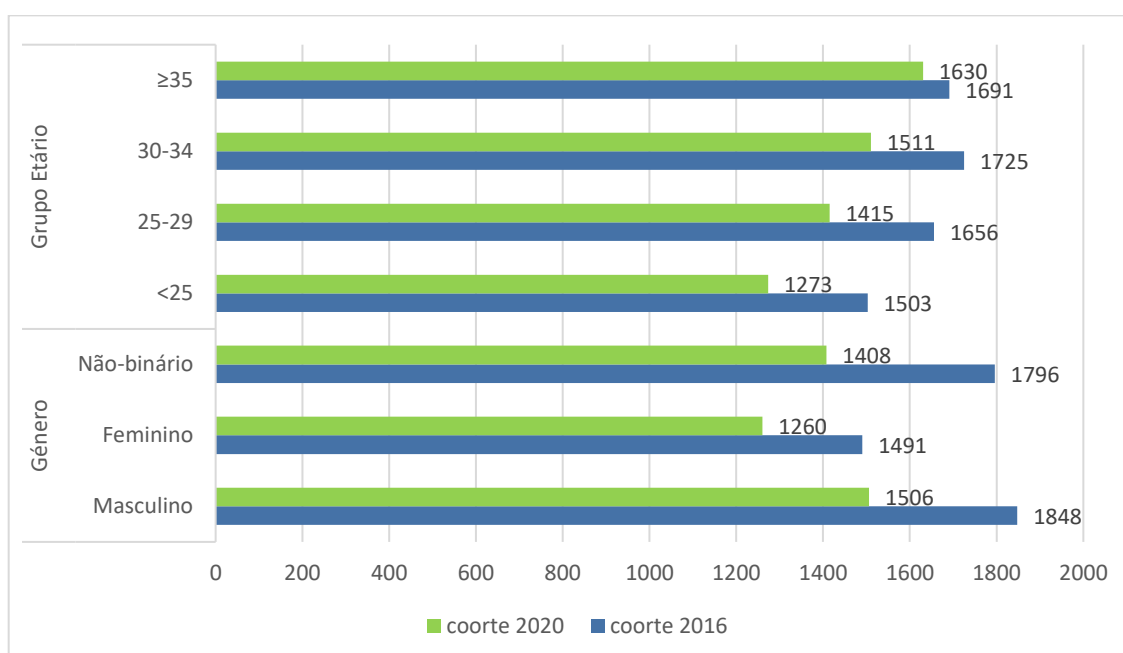
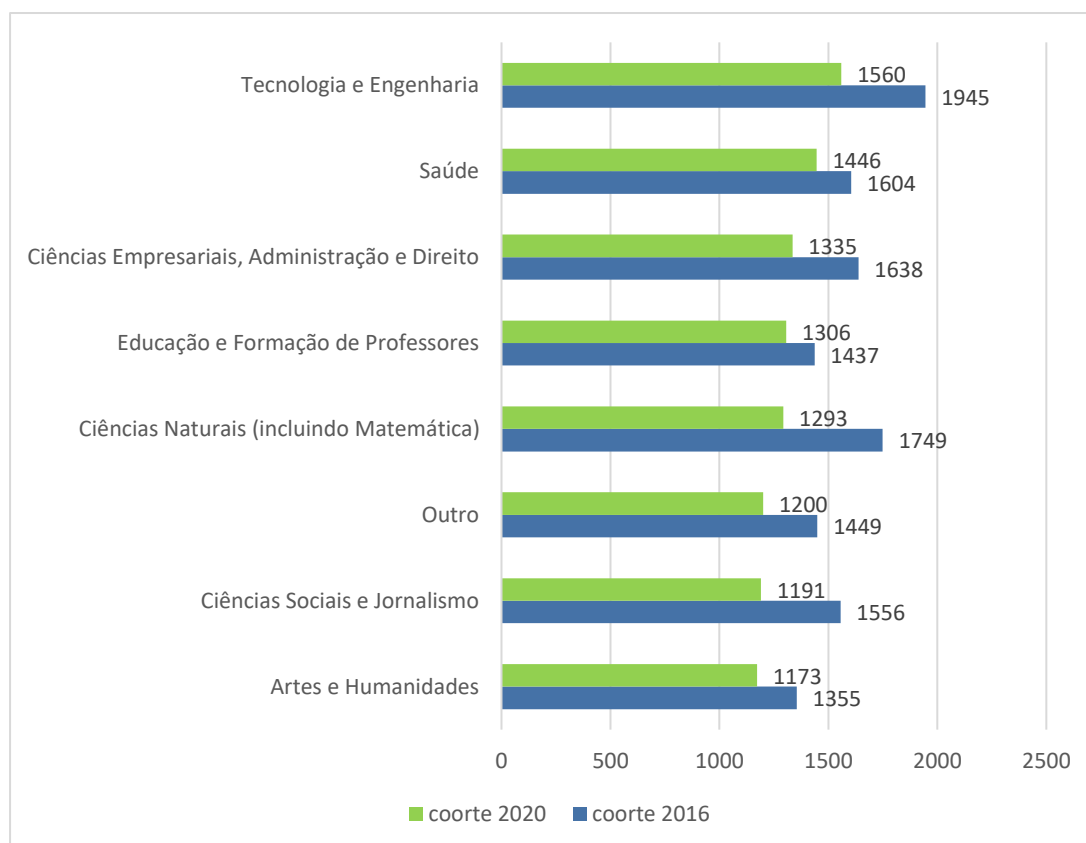


Figura 5.12: Salários médios mensais brutos dos diplomados no emprego atual, por características sociodemográficas (idade, género) e coorte, em euros



Por áreas de educação e formação, os diplomados nas áreas das TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção são os que reportam salários mais elevados. Os diplomados nas áreas das Ciências Naturais; Ciências Empresariais, Administração e Direito; e Saúde também auferem salários relativamente elevados. Os diplomados em áreas das Artes e Humanidades apresentam salários mais baixos em comparação com outras áreas de educação e formação (Figura 5.13).

Figura 5.13: Salários médios mensais brutos dos diplomados no emprego atual, por áreas de educação e formação, em euros



Outro indicador importante dos resultados dos diplomados no mercado de trabalho é o seu número efetivo de horas de trabalho por semana, que mede a intensidade do emprego. Em média, os diplomados da coorte de 2016 trabalham 40,8 horas por semana e os diplomados da coorte de 2020 trabalham 39,3 horas por semana (Figura 5.14). A intensidade do emprego aumenta com o nível de estudos. Os diplomados do género masculino tendem a declarar uma duração da semana de trabalho mais longa do que os do género feminino (Figura 5.15).

Figura 5.14: Média de horas de trabalho por semana dos diplomados empregados no emprego atual, por características educativas (tipo de IES, grau) e coorte, horas por semana

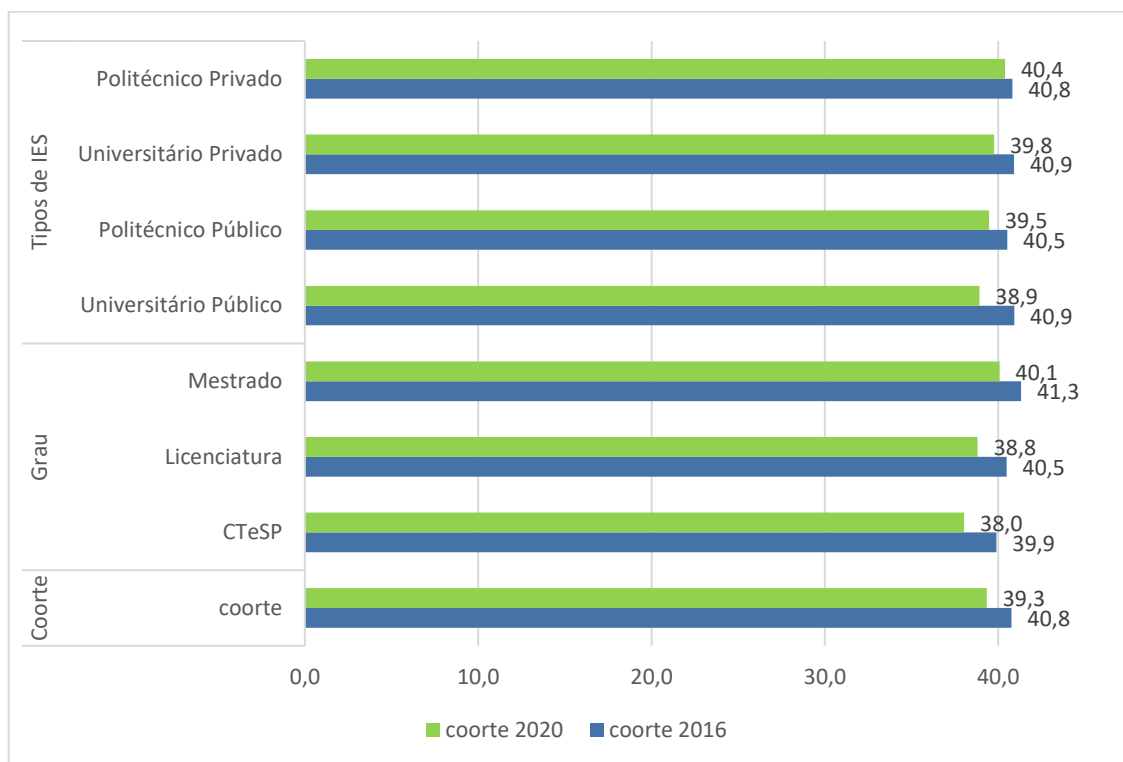
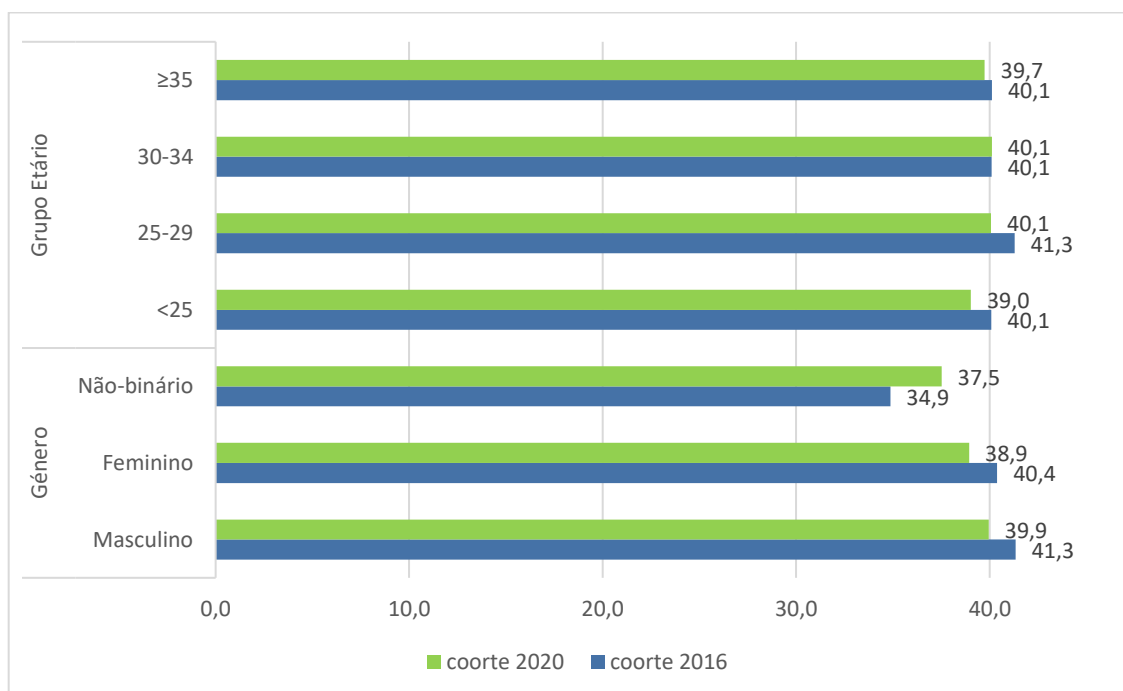
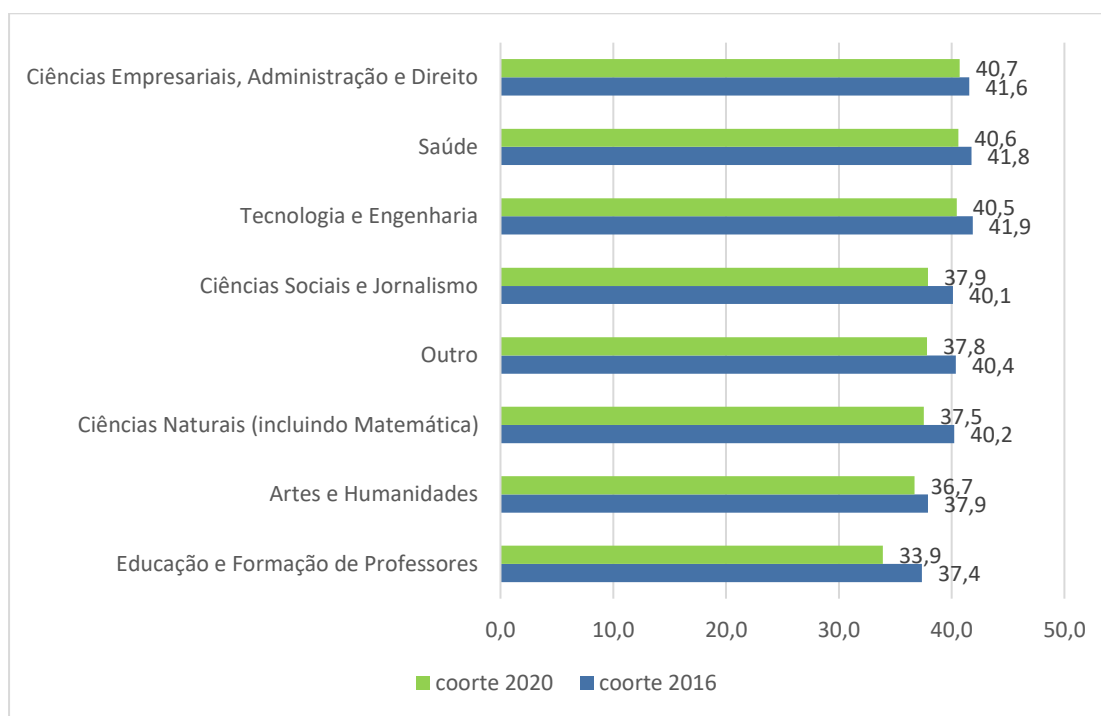


Figura 5.15: Média de horas de trabalho por semana dos diplomados empregados no emprego atual, por características sociodemográficas (idade, género) e coorte, horas por semana



Por áreas de educação e formação, os diplomados nas áreas das Ciências Empresariais, Administração e Direito; Saúde; TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção apresentam a maior intensidade de emprego, enquanto os diplomados em artes e humanidades e educação apresentam a menor duração da semana de trabalho, o que pode indicar uma maior prevalência de empregos a tempo parcial entre os diplomados destas áreas (Figura 5.16).

Figura 5.16: Média de horas de trabalho por semana dos diplomados empregados no emprego atual, por áreas de educação e formação e coorte, horas por semana



5.4. Profissões e setores de atividade

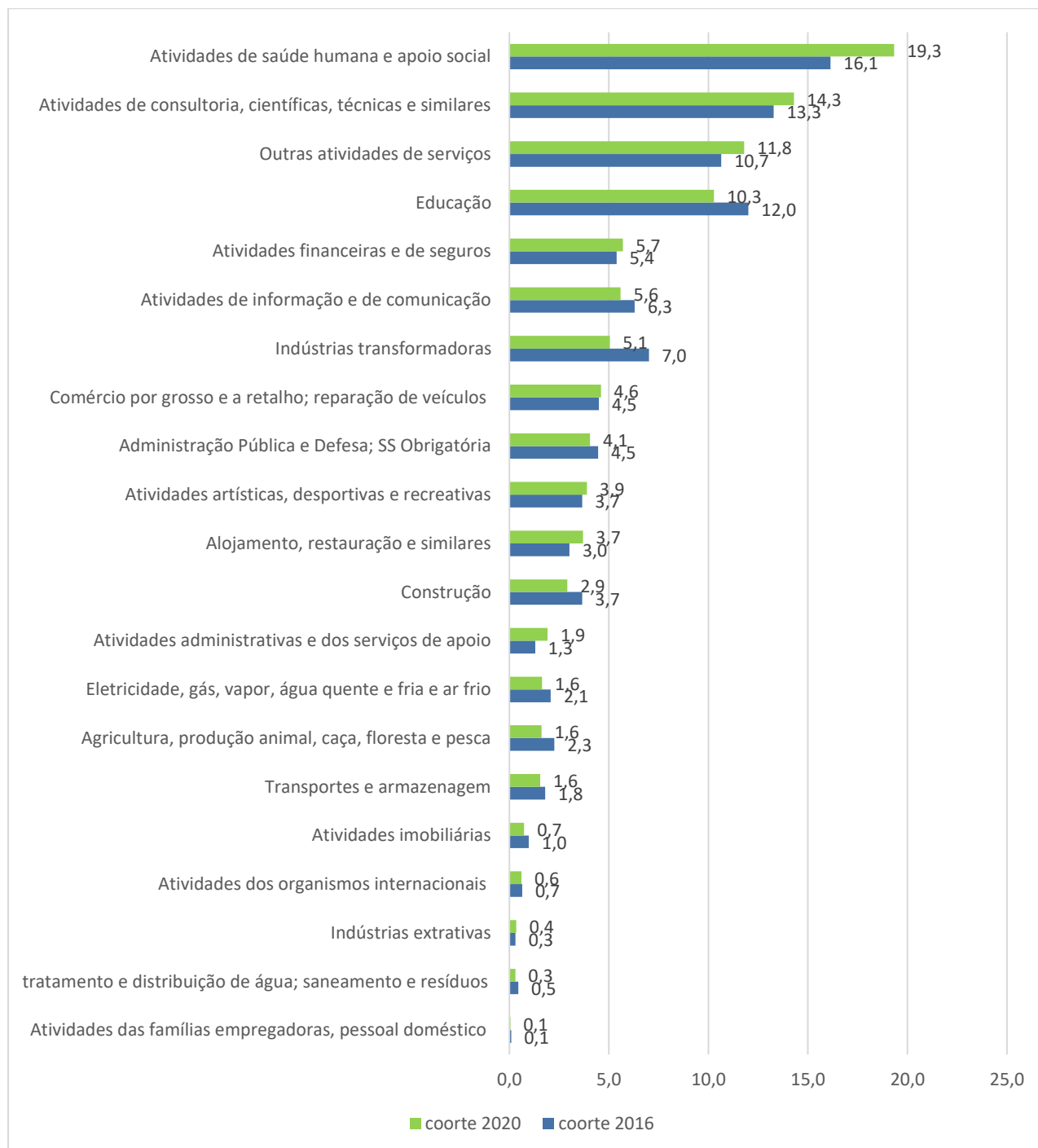
A distribuição pela classificação portuguesa das profissões (ISCO) pode ser considerada outro indicador dos resultados dos diplomados no mercado de trabalho. A análise mostra que a maioria dos diplomados trabalha como especialista das atividades intelectuais e científicas (37,2% na coorte de 2016, 36,9% na coorte de 2020) ou técnicos e profissões de nível intermédio (34,3% na coorte de 2016, 33,4% na coorte de 2020), o que corresponde a empregos de nível superior. Além disso, 3,6% dos diplomados da coorte de 2016 e 2,8% dos diplomados da coorte de 2020 pertencem ao grupo de dirigentes, diretores e gestores executivos. Os restantes 24,2% para a coorte de 2016 e 26,4% para a coorte de 2020 pertencem a grupos profissionais para os quais pode não ser exigido o ensino superior. Consoante a coorte, 13,3% a 15,8% dos diplomados trabalham como pessoal administrativo, 3,7% a 4,8% como trabalhadores dos serviços e vendas e 3,1% a 4,4% como trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices. Cerca de 1,4% dos diplomados da coorte de 2016 e 1,9% dos diplomados da coorte de 2020 estão empregados como trabalhadores não qualificados. Em geral, as hipóteses de trabalhar nos grupos que correspondem ao ensino superior aumentam com o nível de ensino. Mais de metade dos diplomados com grau de mestrado trabalham como especialista das atividades intelectuais e científicas. A probabilidade de trabalhar num emprego menos qualificado é maior para os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto (Tabela 5.1).

Tabela 5.1: Distribuição dos diplomados por profissões CITEP, nível ISCED, género e coorte, %

Profissões ISCO	Coorte		Nível ISCED			Género	
	2016	2020	ISCED 5 (ensino superior de ciclo curto)	ISCED 6 (Licenciatura ou equivalente)	ISCED 7 (Mestrado ou equivalente)	Masc.	Fem.
0 – Profissões das Forças Armadas	0,6	0,6	1,1	0,6	0,5	0,9	0,4
1 – Dirigentes, diretores e Gestores executivos	3,6	2,8	0,5	2,3	3,5	3,9	2,0
2 – Especialistas das atividades intelectuais e científicas	37,2	36,9	5,3	25,6	53,0	38,7	35,7
3 – Técnicos e profissões de nível intermédio	34,3	33,4	39,5	37,6	27,7	33,3	33,5
4 – Pessoal administrativo	13,3	15,8	19,0	21,7	8,2	11,1	18,8
5 – Trabalhadores de serviços e vendas	3,7	4,8	14,0	6,6	2,0	4,4	5,1
6 – Trabalhadores qualificados da agricultura, silvicultura e pesca	1,1	0,5	1,0	0,7	0,3	0,8	0,3
7 – Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	4,4	3,1	8,1	2,3	3,8	4,5	2,1
8 – Operadores de instalações e máquinas	0,3	0,3	3,7	0,3	0,2	0,6	0,1
9 – Trabalhadores não qualificados	1,4	1,9	7,8	2,4	0,9	1,8	2,0

A maior parte dos diplomados da amostra está empregada em atividades de saúde humana e apoio social (16,1% na coorte de 2016 e 19,3% na coorte de 2020); atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (13,3% na coorte de 2016 e 14,3% na coorte de 2020); outras atividades de serviços (10,7% na coorte de 2016 e 11,8% na coorte de 2020) e educação (12% na coorte de 2016 e 10,3% na coorte de 2020). Cerca de 6% dos diplomados trabalham nas atividades financeiras e de seguros e nas atividades de informação e de comunicação (Figura 4.17).

Figura 5.17: Distribuição dos diplomados por setores e coorte, %



5.5. Alinhamento entre educação e emprego

Outro indicador importante dos resultados dos diplomados no mercado de trabalho é o alinhamento entre o emprego e a educação. Existem dois tipos de alinhamento entre emprego e educação: vertical e horizontal. O alinhamento vertical analisa em que medida o nível de educação dos diplomados corresponde ao nível de educação exigido pelo seu emprego. Deste modo, existirá uma situação de sobre-educação quando o nível de educação exceder o nível de educação exigido para um determinado emprego. Pelo contrário, existirá uma situação de sub-educação quando o nível de educação for inferior ao nível de educação exigido para um determinado emprego. O alinhamento horizontal analisa em que medida o emprego ou ocupação atual corresponde à área de educação e formação de um diplomado.

Na coorte de 2020, 35,9% dos diplomados declararam ter formação superior à necessária para o seu emprego atual. Esse valor desce para 30,6% na coorte de 2016. Entre os diplomados da coorte de 2020, apenas 3,5% consideram estar numa situação de sub-educação. No entanto, esse valor cresce para 10,9% na coorte de 2016. Em ambas as coortes, cerca de 60% dos diplomados afirmam haver uma correspondência entre os níveis de emprego e de educação. A indicação de sobre-educação é mais frequentemente reportada pelos diplomados de ciclos de estudo de mestrado (Figura 5.18, Figura 5.19).

Figura 5.18: Diplomados da coorte de 2016 por situação de alinhamento entre emprego e educação e características educativas (tipo de IES, grau), %

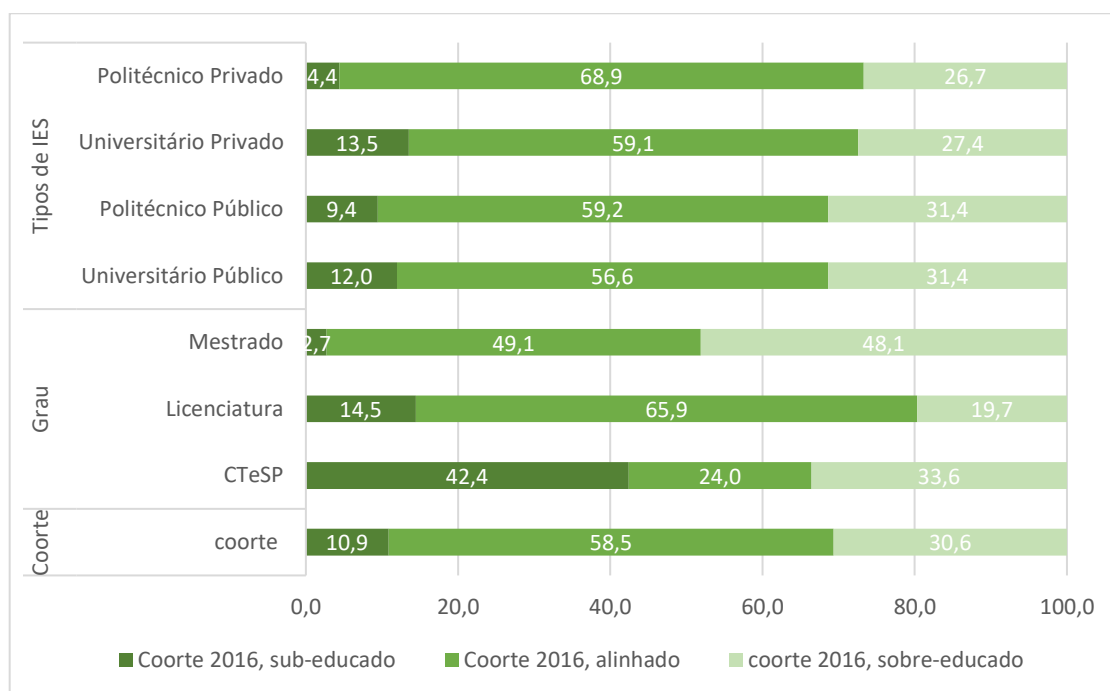
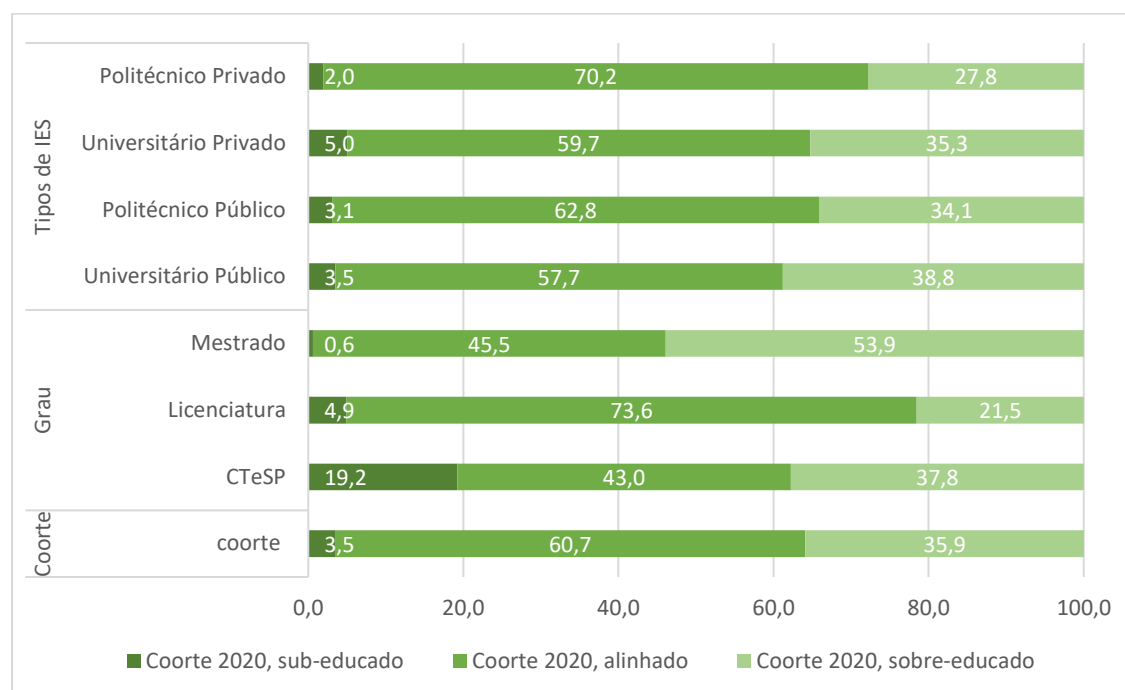


Figura 5.19: Diplomados da coorte de 2020 por situação de alinhamento entre emprego e educação e características educativas (tipo de IES, grau), %



A incidência da sobre-educação aumenta com a idade em ambas as coortes. As diferenças de género nos padrões de alinhamento entre emprego e educação não são muito significativas (Figura 5.20, Figura 5.21).

Figura 5.20: Diplomados da coorte de 2016 por situação de alinhamento entre emprego e educação e características sociodemográficas (idade, género), %

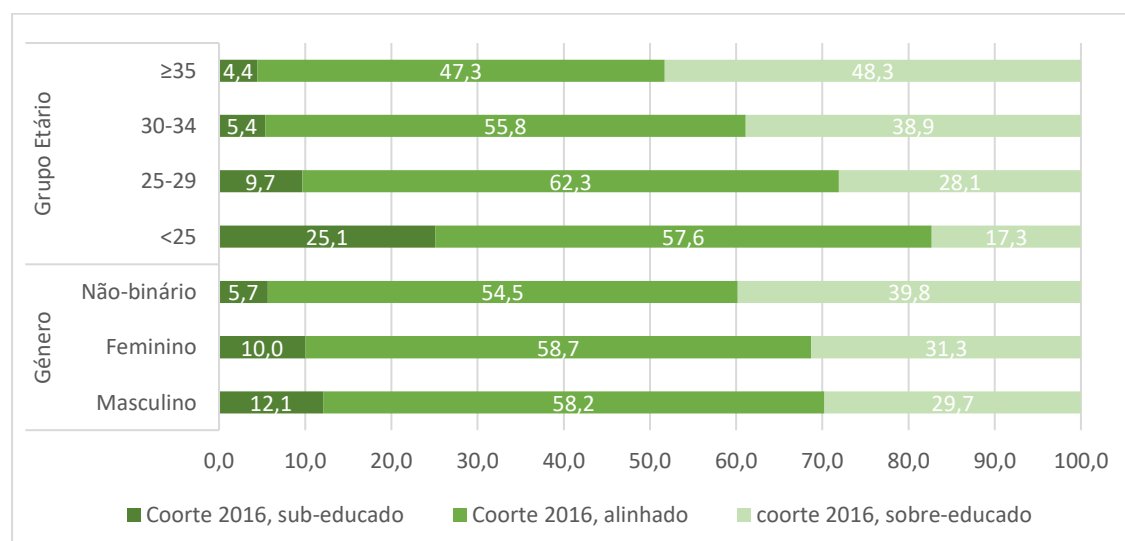
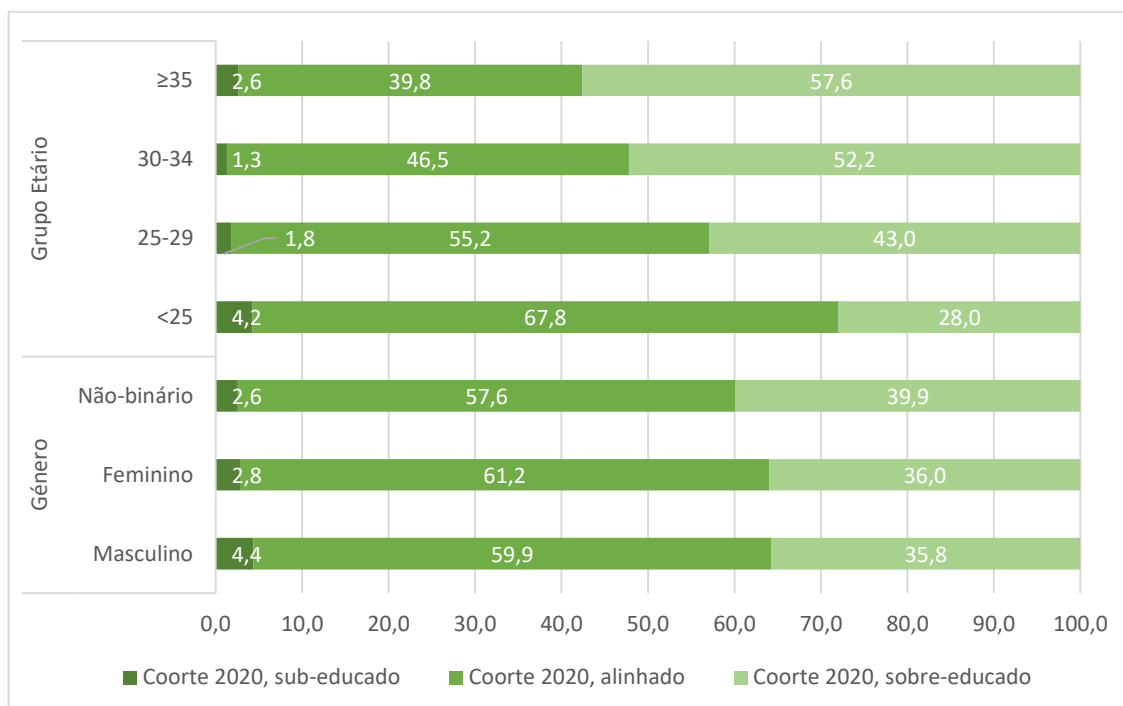
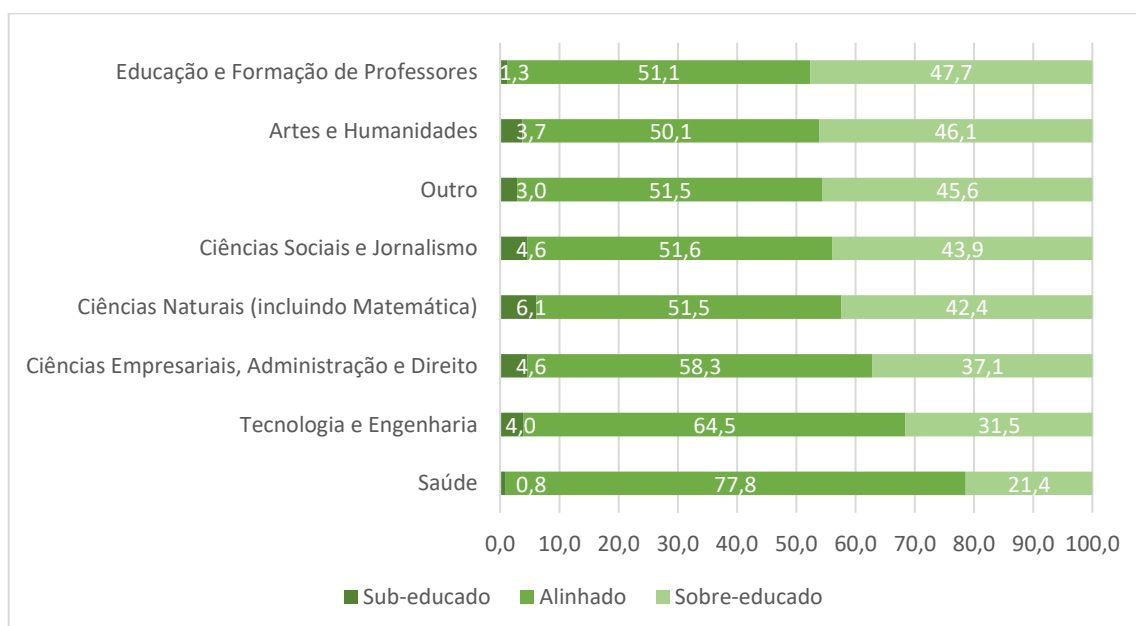


Figura 5.21: Diplomados da coorte de 2020 por situação de alinhamento entre emprego e educação e características sociodemográficas (idade, género), %



A percentagem mais elevada de diplomados com correspondência entre a educação e formação e o emprego na coorte de 2020 verifica-se nos diplomados na área da Saúde (77,8%), seguindo-se a área das TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (64,5%). A questão da sobre-educação é mais comum entre os diplomados em Educação (47,7%), bem como em Artes e Humanidades (46,1%). A sub-educação é mais frequentemente registada pelos diplomados em Ciências Naturais (Figura 5.22).

Figura 5.22: Correspondência entre educação e emprego dos diplomados por áreas de educação e formação na coorte de 2020, %



Ao contrário do alinhamento vertical, o nível de alinhamento horizontal foi determinado pela autoavaliação dos alinhamentos dos diplomados. Em média, os diplomados referem que o seu nível de alinhamento horizontal é de 3,89 para a coorte de 2016 e de 3,97 para a coorte de 2020, numa escala de 5, em que 1 representa o alinhamento absoluto entre educação e emprego e 5 o alinhamento absoluto. A autoavaliação do alinhamento entre educação e emprego aumenta com o nível de educação dos diplomados. Por tipo de IES, os diplomados de instituições privadas politécnicas registam o nível mais elevado de alinhamento horizontal entre educação e emprego (Figura 5.23).

Figura 5.23: Grau de alinhamento horizontal por características educativas (tipo de IES, grau) e coorte (média, 1 – desalinhamento absoluto, 5 – alinhamento absoluto)

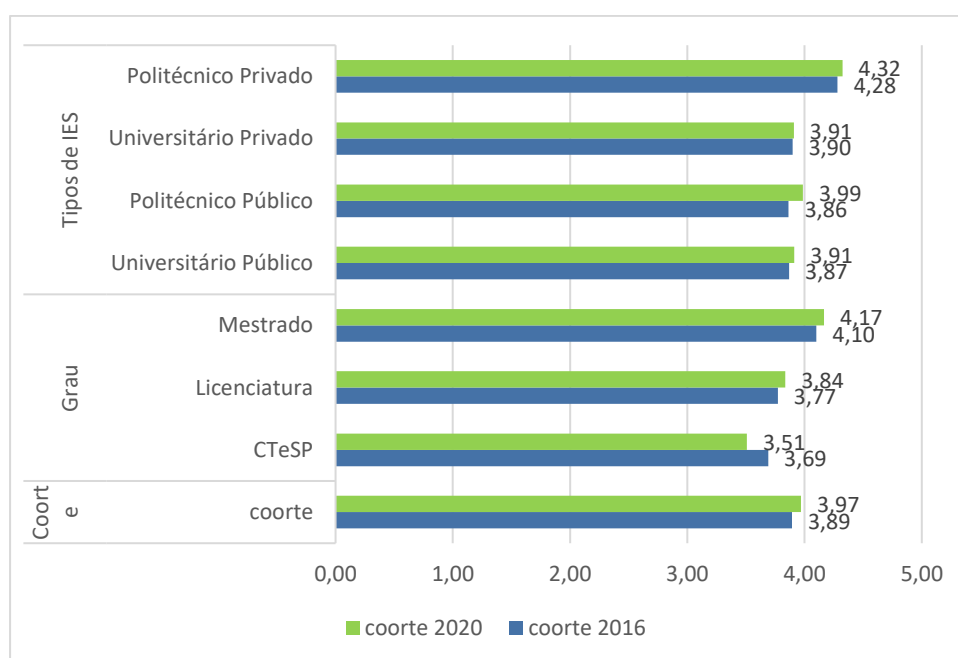
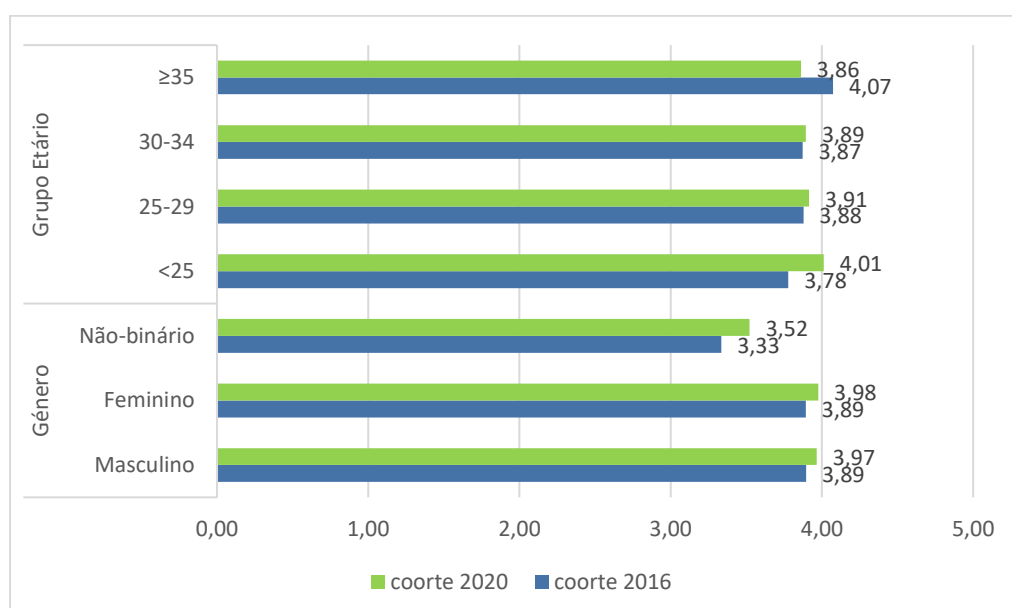


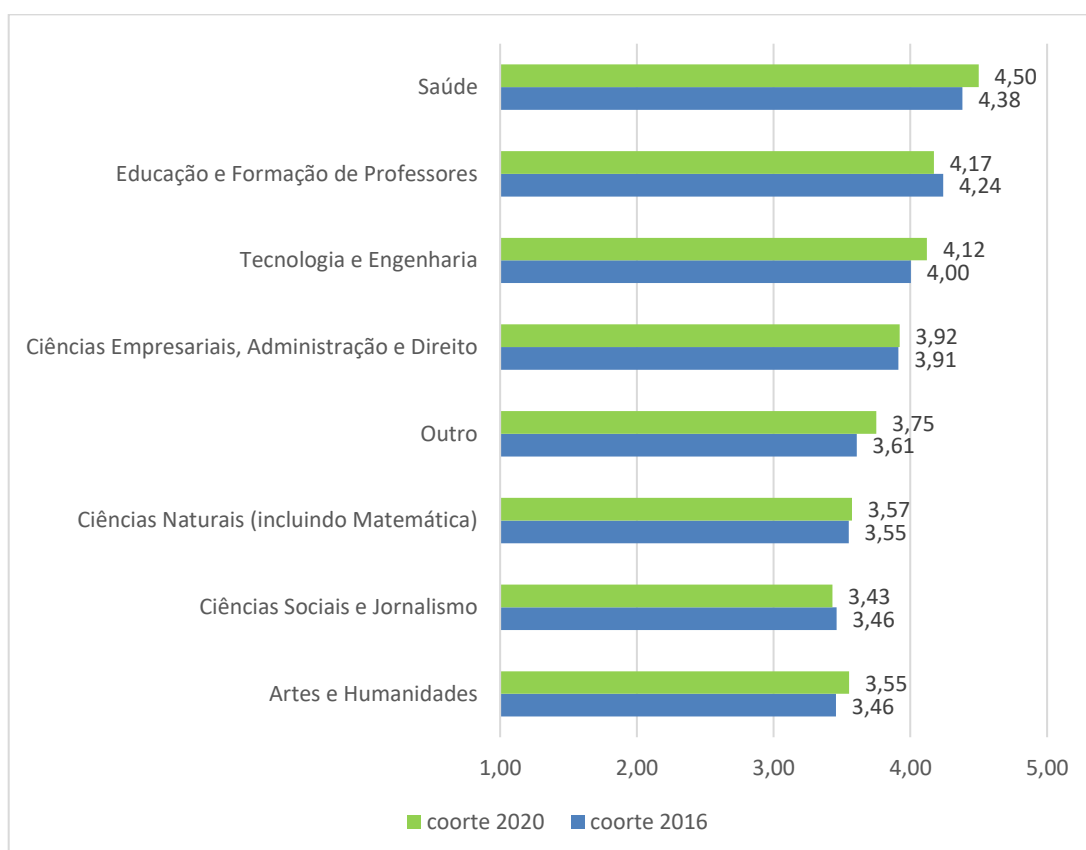
Figura 5.24: Grau de alinhamento horizontal por características sociodemográficas (idade, género) e coorte (média, 1 – desalinhamento absoluto, 5 – alinhamento absoluto)



Os diplomados de ambos os géneros registam níveis idênticos e elevados de alinhamento horizontal entre emprego e educação. O grau de alinhamento horizontal entre emprego e educação diminui com a idade (Figura 5.24).

Os diplomados nas áreas das TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção têm mais probabilidades de estarem horizontalmente alinhados, ao passo que os diplomados em Artes e Humanidades e Educação têm relativamente menos probabilidades de reportar alinhamentos horizontais entre formação e emprego (Figura 5.25).

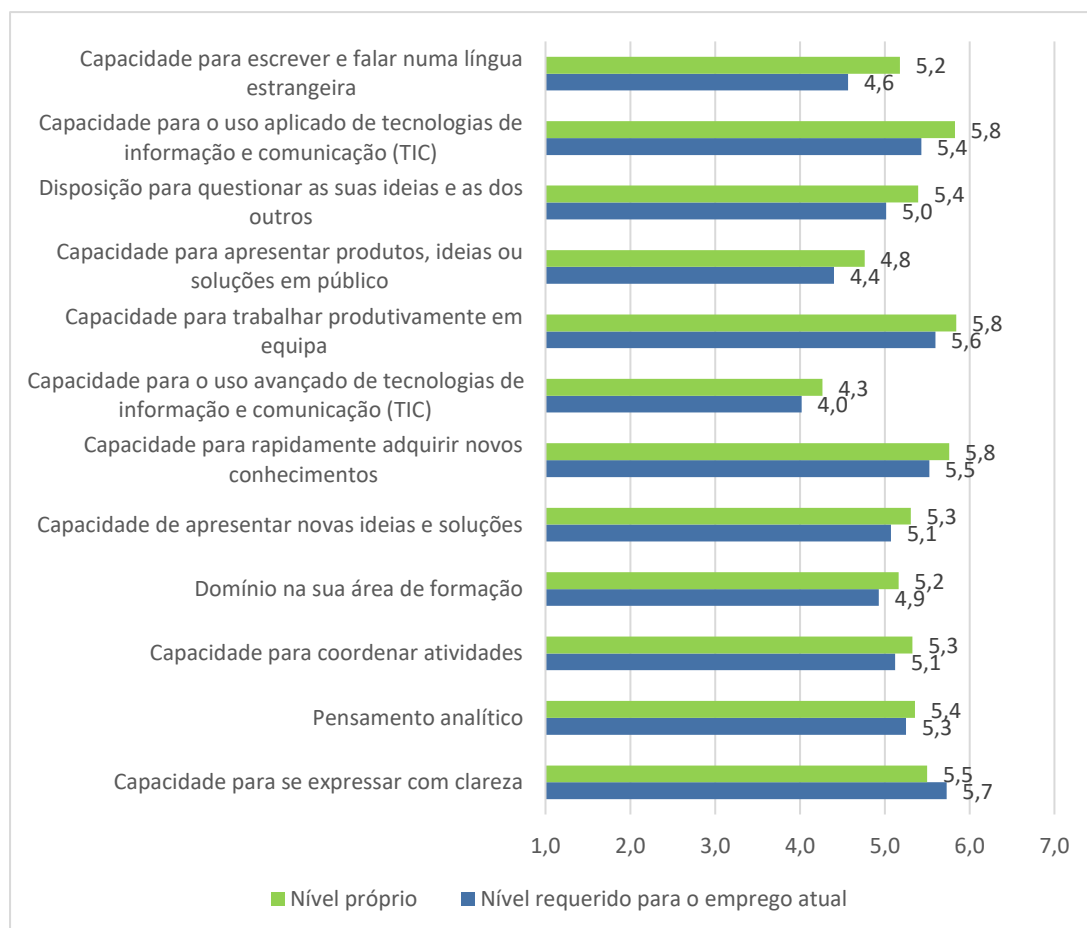
Figura 5.25: Grau de alinhamento horizontal por áreas de educação e formação e coorte (média, 1 – desalinhamento absoluto, 5 – alinhamento absoluto)



Outra dimensão para aferir a adequação entre o emprego e a educação está relacionada com a adequação das competências, ou seja, as diferenças entre o nível exigido no emprego atual e o nível de competências do próprio diplomado. Os resultados revelam que a única competência em que o nível exigido para o trabalho é mais elevado do que o nível detido pelos diplomados é a “capacidade para se expressar com clareza”. Para todas as outras competências, os diplomados consideram o seu próprio nível ligeiramente mais elevado do que o nível exigido pelo seu emprego atual. Os diplomados referem que o seu nível de competências é ligeiramente mais elevado em “capacidade de trabalhar produtivamente em equipa”, “capacidade para rapidamente adquirir novos conhecimentos” e “capacidade para o uso aplicado de TIC”. Já o seu nível próprio de competências é relativamente mais baixo no que se refere à “capacidade para

o uso avançado de TIC” e à “capacidade para apresentar produtos, ideias ou soluções em público”. A maior discrepância entre as competências adquiridas e as exigidas para um emprego é observada no que diz respeito à “capacidade para escrever e falar numa língua estrangeira”. (Figura 5.26).

Figura 5.26: Autoavaliação do nível atual de competências próprias e das competências exigidas no emprego atual, diplomados da coorte de 2020 (média, 1 – muito baixo, 7 – muito alto)



5.6. Satisfação profissional

O nível global de satisfação reportado pelos diplomados quanto à sua situação profissional é inferior ao nível de satisfação reportado face ao diploma. A coorte de 2016 está ligeiramente mais satisfeita com a sua situação profissional do que a coorte de 2020 (3,72 e 3,70 numa escala de 5, respetivamente). Na coorte de 2016, os diplomados de licenciatura e mestrado estão mais satisfeitos com a sua situação profissional do que os diplomados do ensino superior de ciclo curto, mas na coorte recente os diplomados de ciclo curto referem ter um nível mais elevado de satisfação com a sua situação profissional. Por tipo de instituição, os diplomados de universidades privadas registam o nível mais elevado de satisfação profissional (Figura 5.27).

Os diplomados do género masculino estão, em média, mais satisfeitos com a sua situação profissional do que os diplomados do género feminino. A satisfação profissional também tende a diminuir com a idade dos inquiridos (Figura 5.28). Os diplomados nas áreas das TICs e Enge-

nharia, Indústrias Transformadoras e Construção, bem como em Ciências Empresariais, Administração e Direito, estão entre os mais satisfeitos com a sua situação profissional. O nível mais baixo de satisfação profissional é reportado nos diplomados nas áreas da Educação, Artes e Humanidades (Figura 5.29).

Figura 5.27: Satisfação profissional por características educativas (tipo de IES, grau) e coorte (1 – muito insatisfeito, 5 – muito satisfeito), média

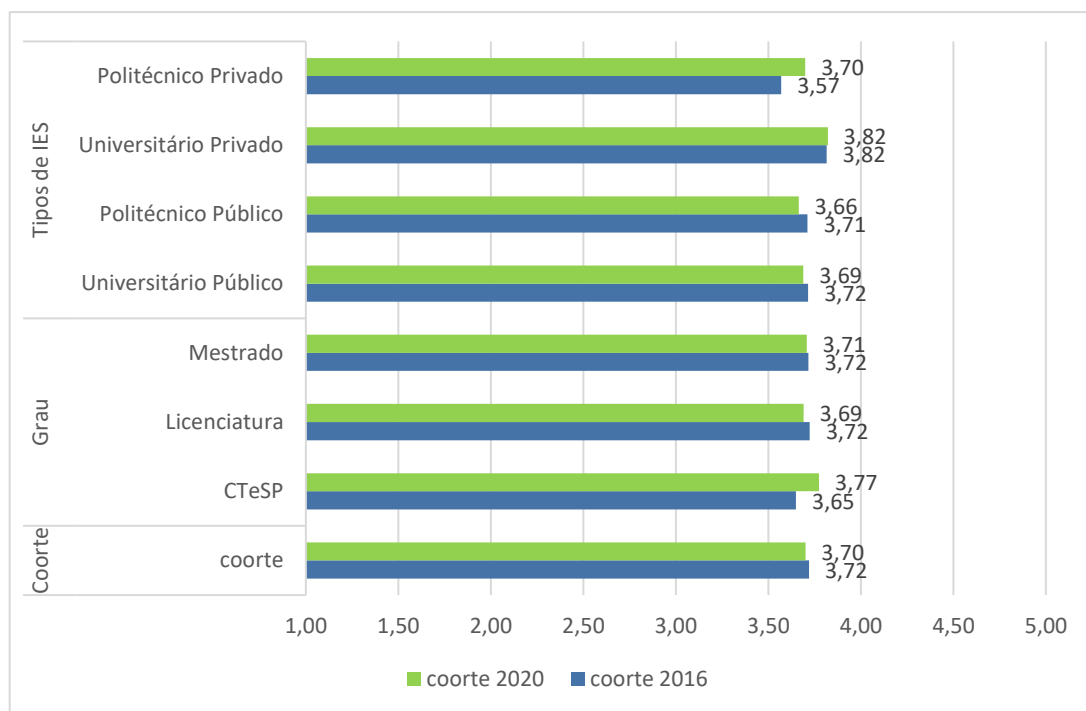


Figura 5.28: Satisfação profissional por características sociodemográficas (idade, género) e coorte (1 – muito insatisfeito, 5 – muito satisfeito), média

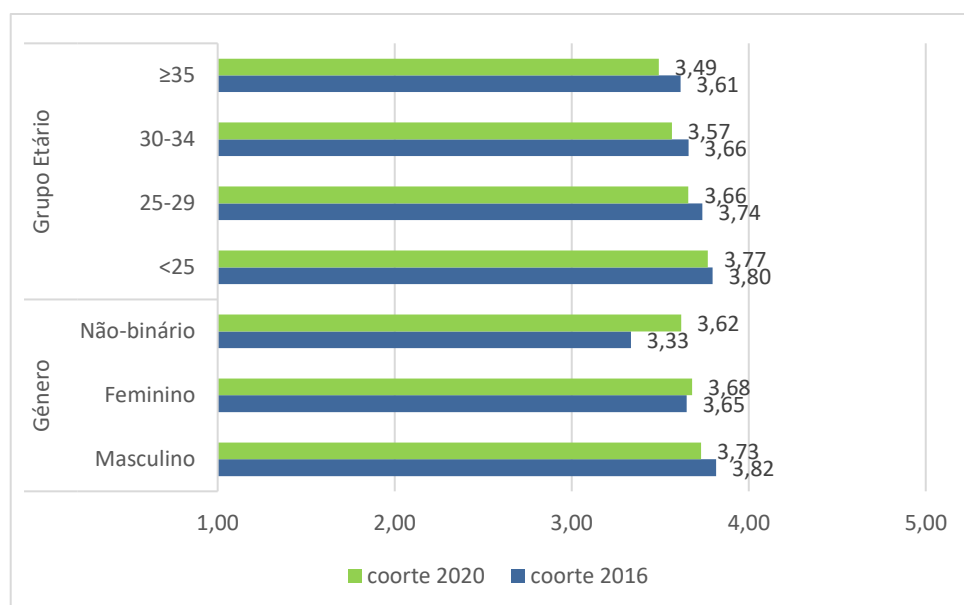
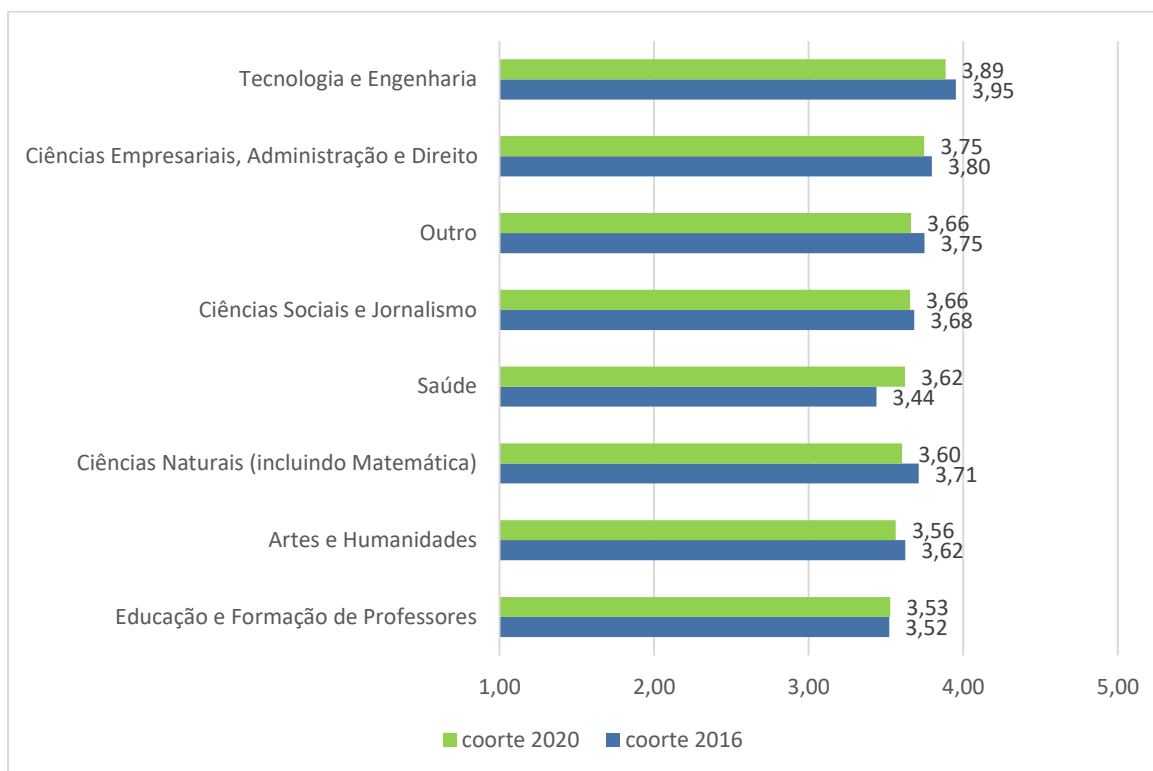


Figura 5.29: Satisfação profissional por áreas de educação e formação e coorte (1 – muito insatisfeito, 5 – muito satisfeito), média



6. Mobilidade internacional dos diplomados após a obtenção do grau

O inquérito procurou também recolher elementos sobre a mobilidade internacional dos diplomados após a conclusão da sua formação superior. Os diplomados de 2016 são os que reportam maior mobilidade internacional, nomeadamente quando comparados com os diplomados de 2020 (10% dos diplomados da coorte de 2016 e 6,6% da coorte de 2020 reportaram viver no estrangeiro). Os diplomados de ciclos de estudo de mestrado são os que reportam maior mobilidade internacional, nomeadamente quando comparados com os diplomados de licenciatura, e ambos os grupos são mais móveis do que os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto. Os diplomados das universidades públicas reportam maior mobilidade internacional, o que coincide com as tendências da mobilidade internacional no âmbito da sua formação no ensino superior reportadas anteriormente (Figura 6.1).

Os diplomados do género masculino reportam maior mobilidade internacional do que os seus homólogos do género feminino (Figura 6.2). Os diplomados das áreas das Ciências Naturais são os que reportam maior mobilidade internacional, e os diplomados das áreas de Educação são os que indicam menor mobilidade internacional (Figura 6.3).

Figura 6.1: Proporção de diplomados com mobilidade internacional após a obtenção do grau, por características educativas (tipo de IES, grau) e coorte, %

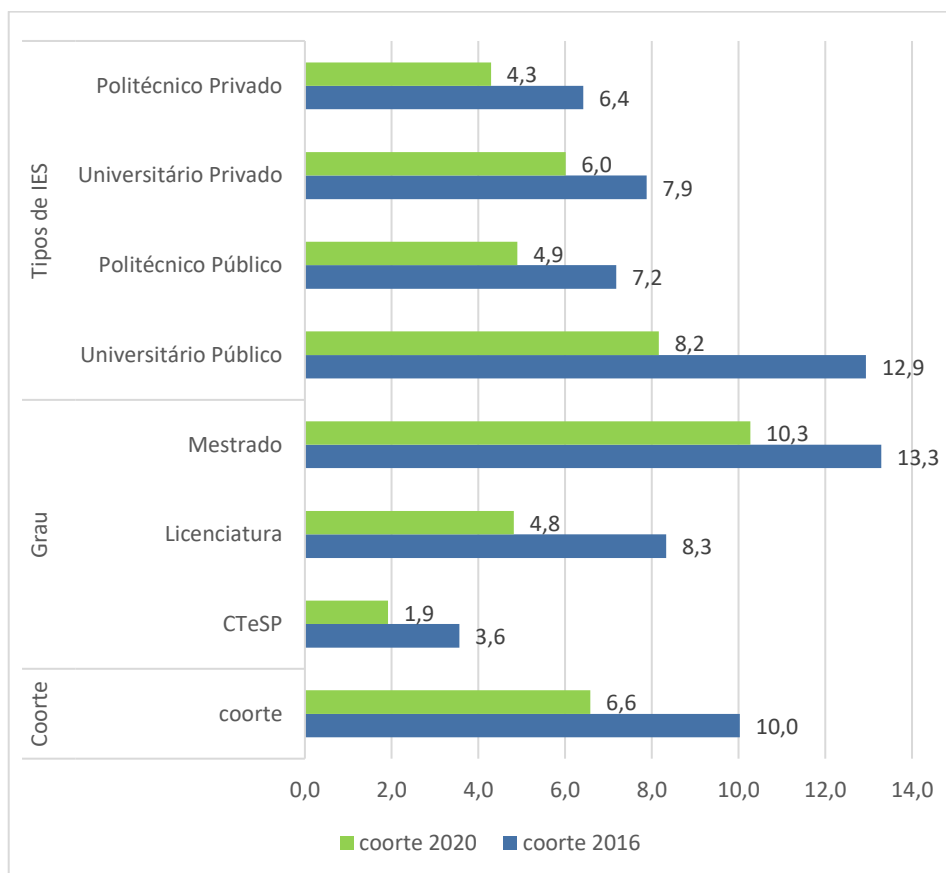


Figura 6.2: Proporção de diplomados com mobilidade internacional após a obtenção do grau, por características sociodemográficas (género, idade), %

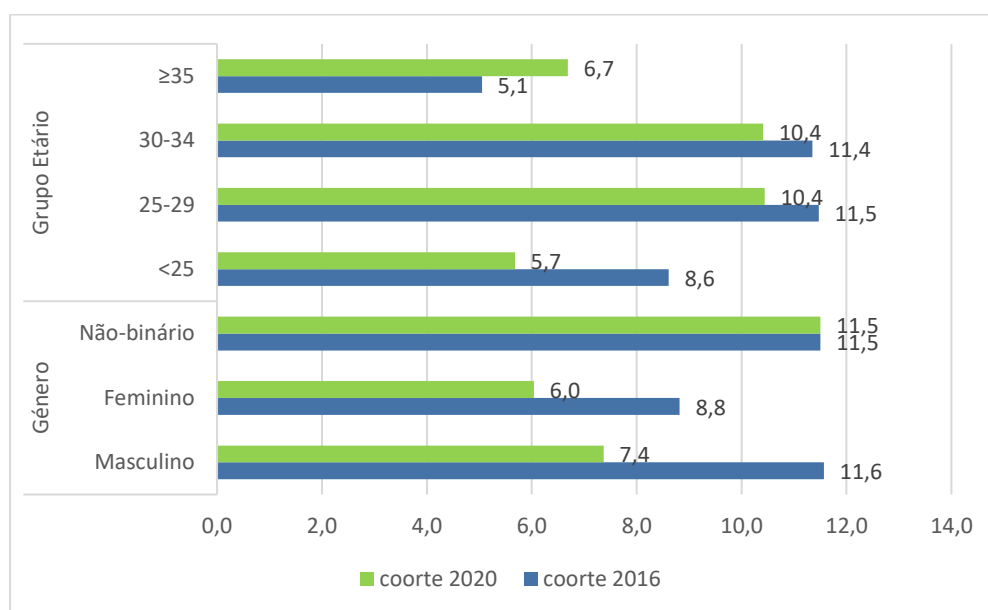
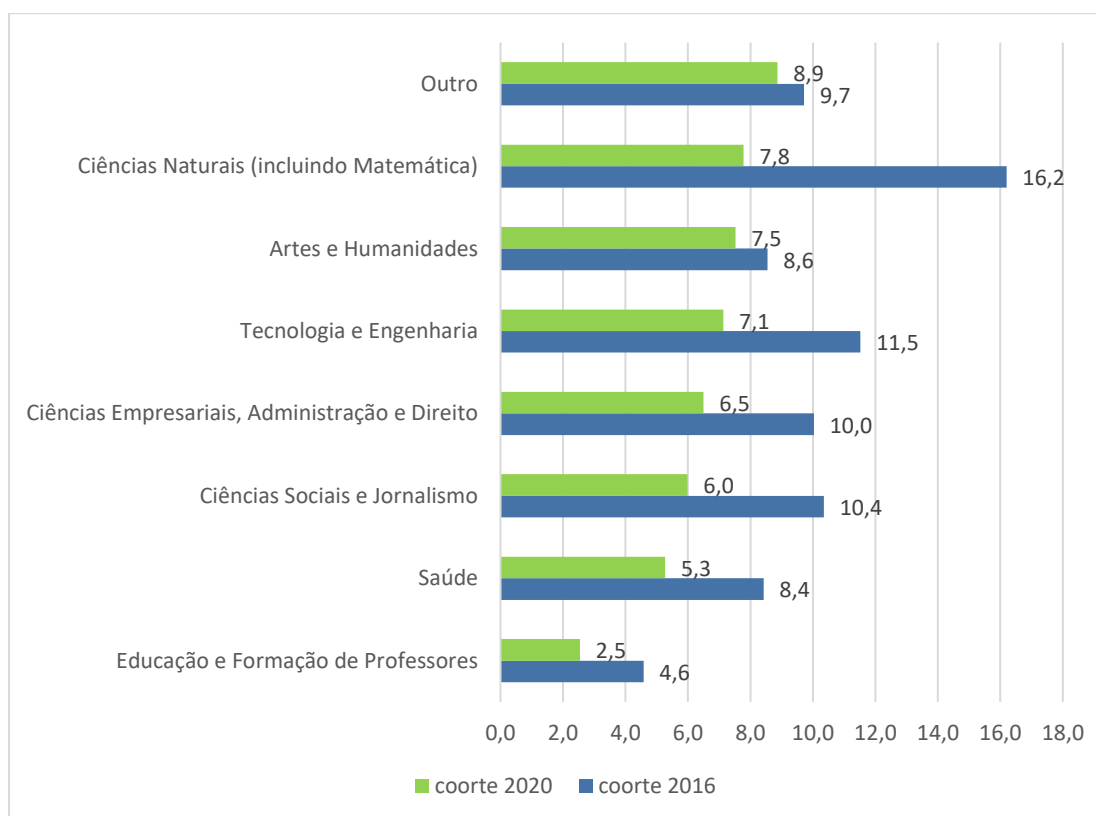


Figura 6.3: Proporção de diplomados com mobilidade internacional após a obtenção do grau, por áreas de educação e formação e coorte, %



7. Importância da democracia

Conforme mencionado anteriormente, o inquérito procurava também inquirir os diplomados acerca dum conjunto de valores e princípios. De acordo com os resultados do inquérito, a democracia é um valor importante para a grande maioria dos diplomados das IES portuguesas (9,27 e 9,22 valores em 10 para as coortes de 2016 e 2020, respetivamente). As maiores diferenças na importância da democracia são observadas em função do nível de educação e da idade. Os diplomados com mais habilitações tendem a valorizar mais a democracia. O valor mais elevado da democracia é observado para os diplomados de ciclos de estudo de mestrado, enquanto o valor mais baixo ocorre para os diplomados do ensino superior de ciclo curto. Os diplomados de instituições de ensino superior públicas valorizam mais a democracia do que os diplomados de instituições privadas (Figura 7.1).

Entre os diplomados da coorte de 2016, os diplomados do género masculino valorizam mais a democracia do que os diplomados do género feminino e, na coorte de 2020, a tendência é inversa. A importância da democracia aumenta com a idade dos inquiridos (Figura 7.2). Os diplomados em áreas como as Ciências Sociais, Jornalismo e Informação e a Educação, atribuem os valores mais elevados à democracia, ao passo que para os diplomados de TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção e de outras áreas a democracia é ligeiramente menos importante (Figura 7.3).

Figura 7.1: Importância da democracia segundo os inquiridos, por características educativas dos diplomados (tipo de IES, grau) (1 – Nada importante, 10 – Extremamente importante), média

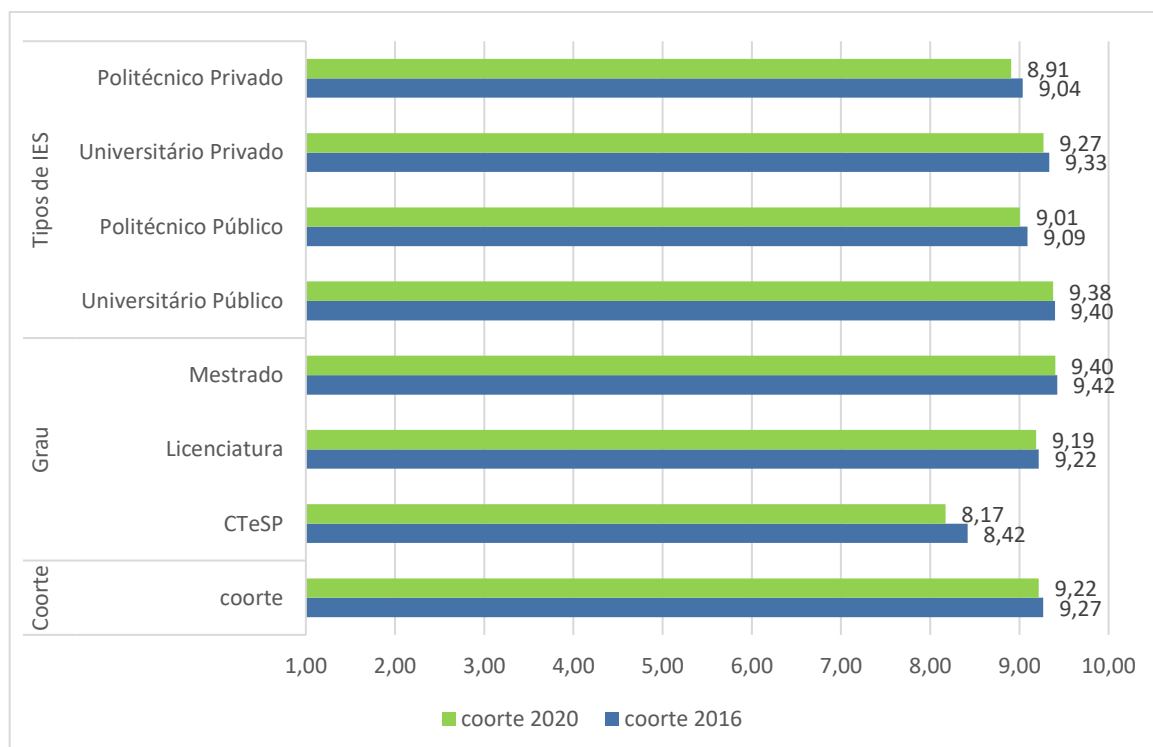


Figura 7.2: Importância da democracia segundo os inquiridos, por características sociodemográficas dos diplomados (tipo de IES, grau) (1 – Nada importante, 10 – Extremamente importante), média

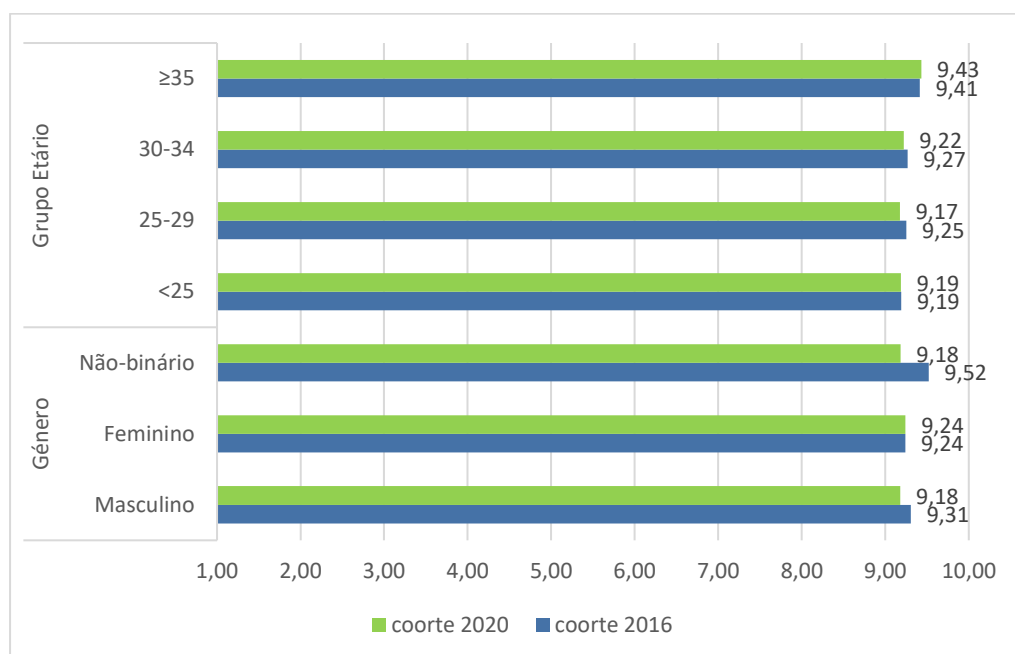
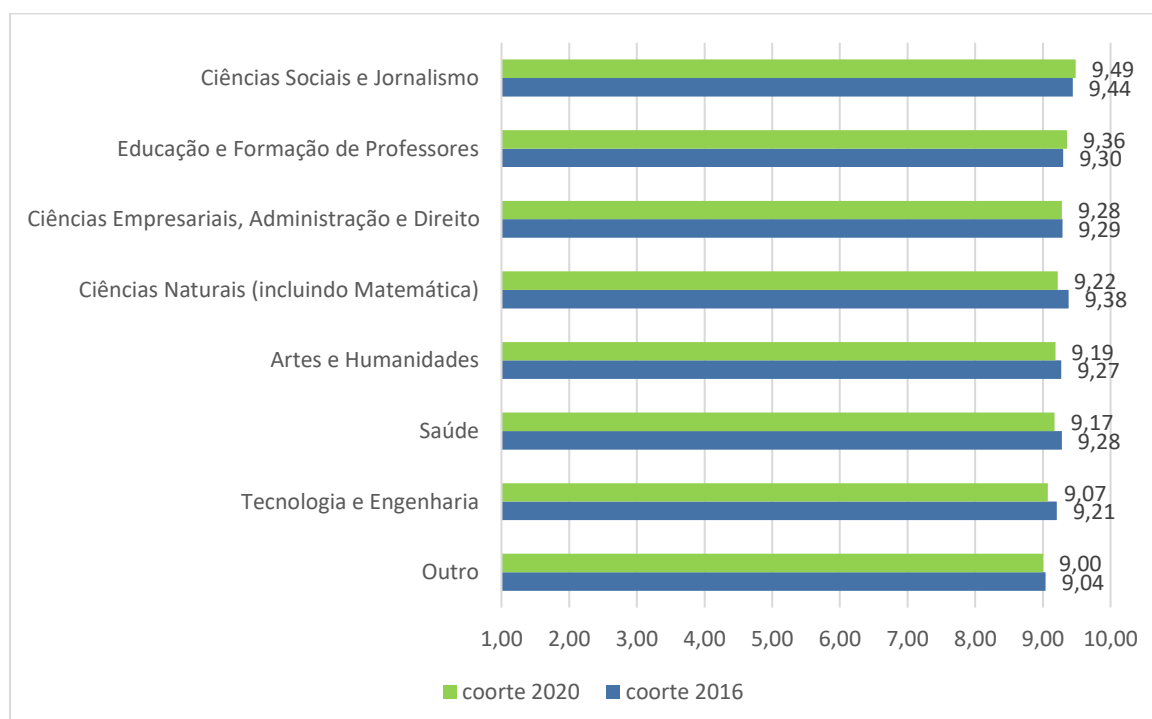


Figura 7.3: Importância da democracia segundo os inquiridos, por áreas de educação e formação e coortes (1 – Nada importante, 10 – Extremamente importante), média



8. Resultados Principais

De um modo geral, pode dizer-se que a análise revela diferenças entre as coortes de 2016 e 2020 e padrões relevantes nas características sociodemográficas e educativas dos diplomados de ensino superior, bem como na transição entre o ensino superior e o emprego dos diplomados em Portugal.

A análise das características sociodemográficas dos diplomados revela que os diplomados do género feminino predominam no ensino superior em Portugal. Os diplomados de género feminino têm mais probabilidades de estarem em ciclos de estudo de licenciatura e mestrado, enquanto os diplomados do género masculino estão sobre-representados em programas de ensino superior de ciclo curto. O nível de educação parental dos diplomados de ensino superior é relativamente baixo. Menos de 30% dos pais dos diplomados têm formação superior, e a maior parte dos pais tem apenas o ensino secundário inferior ou menos. Existe também uma associação positiva entre a saúde auto-reportada dos diplomados e o seu nível de educação.

De um modo geral, verificamos que um nível de educação mais elevado proporciona melhores resultados no mercado de trabalho em termos de salários e emprego. Os diplomados da coorte de 2016 demonstram melhores resultados no mercado de trabalho em termos de emprego e estabilidade no emprego, em comparação com os diplomados da coorte mais recente. O salário médio mensal dos diplomados da coorte de 2016 é superior ao da coorte de 2020. Os salários aumentam significativamente com o nível de estudos, sendo mais elevados para os mestres, seguidos dos licenciados e finalmente pelos diplomados dos programas de ensino superior de ciclo curto.

Os ciclos de estudos das áreas de Ciências Empresariais, Administração e Direito; TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção; e Saúde estão associados a níveis mais elevados de empregabilidade, salários e satisfação profissional, contratos mais estáveis e maior probabilidade de alinhamento entre o emprego e educação.

Em geral, os diplomados do género masculino têm melhores resultados no mercado de trabalho do que os seus pares do género feminino, nomeadamente ao reportar um nível de empregabilidade mais elevado, contratos mais estáveis, níveis mais elevados de satisfação profissional e um nível mais elevado de alinhamento entre o emprego e a educação.

A formação ao nível do mestrado está correlacionada com maior experiência internacional, ao passo que a experiência internacional dos diplomados do ensino superior de licenciatura e, sobretudo, de ciclo curto é significativamente inferior. A mais recente coorte de diplomados de 2020 tem menos experiência internacional em comparação com a coorte de 2016. Verifica-se, também, que existe uma associação positiva entre a experiência internacional adquirida no âmbito da sua formação no ensino superior e os salários.

Relativamente aos diplomados internacionais, Portugal regista, entre as duas coortes, um crescimento de 5% para 8% de diplomados com nacionalidade estrangeira. A maioria destes diplomados é oriunda de países de língua oficial portuguesa (por exemplo, Brasil e Angola).

Há um grande alinhamento vertical dos diplomados entre educação e emprego, o qual é reforçado para diplomados há mais tempo e para os diplomados das áreas da saúde, tecnologia e engenharia, e ciências empresariais, administração e direito.

Os diplomados das áreas de educação e formação que contribuem para a acumulação de capital humano especializado (por exemplo, TICs e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção) têm mais probabilidades de estarem alinhados horizontalmente entre emprego e educação. Para a maioria das competências, os diplomados consideram que o seu nível é mais elevado do que o nível exigido para o seu emprego atual.

A democracia é um valor importante para os diplomados em Portugal. O valor mais elevado é atribuído à democracia pelos diplomados dos níveis ISCED 6 e 7, enquanto os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto atribuem um valor consideravelmente menor à democracia. A importância da democracia também aumenta significativamente com a idade dos diplomados.

9. Recomendações para o acompanhamento dos diplomados em Portugal

O inquérito piloto *Eurograduate* 2022 – cujos resultados estão expressos neste relatório – faz parte de um conjunto mais alargado de obtenção de dados sobre os diplomados no Espaço Europeu de Educação. Esta iniciativa é sustentada na Recomendação do Conselho Europeu (2017/C 423/01), que recomenda aos estados-membros que melhorem a disponibilidade e a qualidade dos dados sobre as atividades dos diplomados e dos que abandonaram o ensino superior, com uma perspetiva longitudinal e comparativa entre os estados-membros.

Por conseguinte, esta secção apresenta recomendações da equipa que implementou o inquérito e tratou os dados com a DGEEC e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. As recomendações têm como objetivo melhorar o processo de acompanhamento dos diplomados em Portugal de forma consistente, bem como preparar o país para a próxima ronda do inquérito *Eurograduate* que deverá ser implementada no outono de 2026. Esta secção pretende também expor a forma como a iniciativa *Eurograduate* pode ser convertida num procedimento nacional de recolha de informação sobre os diplomados numa abordagem mais contínua, com o objetivo de melhorar a capacidade de recolha de dados sobre os diplomados do ensino superior no país. O projeto *Eurograduate* foi a primeira iniciativa de acompanhamento de diplomados em Portugal. Outros países como o Reino Unido (com o *National Student Survey*, NSS) ou a Itália (com a iniciativa *Alma Laurea*) têm sistemas bem estabelecidos de acompanhamento dos diplomados, enquanto Portugal está ainda numa fase inicial da sua implementação.

Cronograma do inquérito

Na tentativa de estabelecer um inquérito anual destinado a rastrear os diplomados na Europa, instituindo assim um mecanismo regular de acompanhamento de diplomados em Portugal, várias considerações críticas devem ser apontadas. O inquérito proposto – doravante designado por *Ptgraduate* – deverá ser de natureza mais concisa, concebido para ser preenchido num período mais curto, não superior a 5 minutos. A sua principal função seria oferecer uma breve panorâmica sobre o prosseguimento de estudos dos diplomados e a sua situação em termos de empregabilidade. Os inquéritos aprofundados sobre aspetos como a experiência no curso, as características do emprego, a saúde e as inclinações políticas seriam reservados para os exercícios do *Eurograduate* t+1 e t+5, que serão realizados de 4 em 4 anos. Esta abordagem sugere que o inquérito *Ptgraduate* seja realizado numa base anual, constituindo um censo abrangente dos diplomados, e que, de quatro em quatro anos, este seja substituído pelo inquérito nacional no quadro do *Eurograduate*. Esta mudança estratégica no sentido da brevidade do formato do inquérito tem como objetivo aumentar as taxas de resposta quando comparadas com o inquérito *Eurograduate*, mais extenso, e também para obter mais frequentemente a informação mais relevante sobre os diplomados.

Seguem alguns motivos que justificam a opção por um inquérito de natureza anual:

1. **Tomada de decisões informada:** Um inquérito anual oferece um recurso inestimável aos futuros estudantes, ajudando-os a fazer escolhas informadas sobre os seus objetivos educativos.

2. **Melhorar a qualidade do ensino:** Ao recolher a opinião dos diplomados sobre a qualidade dos seus ciclos de estudos, o inquérito fornece uma base fundamental para as instituições de ensino superior (IES) melhorarem a experiência global dos diplomados e aperfeiçoarem continuamente as suas ofertas educativas.
3. **Avaliação dos resultados no mercado de trabalho:** Conforme estipulado no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES, art. 24.º n.º 2), as IES têm a responsabilidade de avaliar os resultados dos diplomados no mercado de trabalho. Os dados recolhidos através do inquérito facilitarão às IES o cumprimento desta obrigação, fornecendo ainda à A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior) indicadores robustos de empregabilidade.
4. **Responsabilidade pública:** A realização de um inquérito regular contribui para uma maior transparência e responsabilidade pública no sector do ensino superior. Os atores relevantes, incluindo as entidades governamentais e o público em geral, terão acesso a informações mais completas sobre a situação do ensino superior e o seu alinhamento com as exigências do mercado de trabalho.

A transição de um sistema de inquéritos específicos fragmentados por cada instituição para um inquérito único e de âmbito nacional, tal como proposto, apresenta vantagens distintas. Assegura a uniformidade e a consistência na recolha de dados e na elaboração de relatórios em todas as IES em Portugal. Adicionalmente, é imperativo o estabelecimento de diretrizes claras para a implementação do inquérito nacional. Assim, o inquérito *Ptgraduate* deve envolver a participação de todas as IES em Portugal, deverá ser gerido pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) em nome do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Esta abordagem centralizada promove a coerência e permite uma análise mais robusta dos dados recolhidos, servindo, em última análise, os interesses de todas as partes envolvidas. Durante as reuniões com as Instituições de Ensino Superior para divulgar o Inquérito *Eurograduate*, a realização de um inquérito centralizado foi frequentemente considerada vantajosa, sendo a principal motivação a eficiência de custos de ter uma única entidade a realizar o inquérito.

Como realizar o inquérito *Ptgraduate*: Centralizado ou descentralizado?

A decisão fundamental relativa à execução do inquérito aos diplomados em Portugal gira em torno da adoção de uma abordagem centralizada ou descentralizada. Como clarificação, uma abordagem centralizada implica que a DGEEC ou uma autoridade estatística comparável contacte diretamente os diplomados e administre o inquérito sem o envolvimento intermediário das Instituições de Ensino Superior. Por outro lado, uma abordagem descentralizada confia às IES a distribuição dos convites para o inquérito aos seus diplomados.

A metodologia atual do inquérito *Eurograduate* seguiu esta última abordagem devido a existência de constrangimentos, como a ausência de informação de contacto dos diplomados na DGEEC, a ausência de pré-requisitos legais para a partilha desta informação, e o desafio logístico de contactar um número substancial de diplomados.

Centralizado

A execução centralizada oferece várias vantagens teóricas:

1. **Metodologia uniforme:** Assegura que a distribuição do questionário, incluindo o contacto inicial, os lembretes e a metodologia, se mantêm consistentes em todas as IES, aumentando a comparabilidade dos dados.
2. **Consistência de dados:** O inquérito produz dados padronizados entre instituições, eliminando discrepâncias que podem surgir quando a recolha de dados administrativos é realizada seletivamente por algumas instituições.
3. **Inclusão:** Todos os diplomados das IES do sistema têm a mesma oportunidade de participar no inquérito, independentemente das capacidades administrativas ou das decisões de liderança das IES.
4. **Eficiência Operacional:** Reduz os erros no processo de inquérito, minimizando os intermediários para a distribuição e atenuando os erros de transmissão de informação entre as equipas operacionais e as IES.
5. **Gestão de dados:** Simplifica o tratamento de dados, uma vez que não há necessidade de fundir conjuntos de dados díspares de diferentes instituições.
6. **Eficiência de custos:** Reduz a carga de recursos das instituições em comparação através duma abordagem descentralizada.

Para facilitar o enquadramento legal da implementação do inquérito *Ptgraduate* num modelo centralizado, são aconselháveis vários passos:

1. **Sensibilização dos estudantes:** Durante a inscrição dos estudantes nas IES, estes deverão ser devidamente informados e consentir de que serão contactados após a conclusão dos seus estudos para participarem no inquérito aos diplomados Portugueses. Além disso, as informações de contacto fornecidas, tais como endereços de correio eletrónico e números de telefone, deverão ser partilhadas com a DGEEC para este efeito.
2. **Medidas legislativas:** Deverá ser adotada legislação, designadamente no âmbito do RJIES (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior), que promova a partilha dos dados de contacto relevantes para o inquérito entre as instituições de ensino superior e a DGEEC através, por exemplo, do inquérito RAIDES (na sequência do ponto anterior).
3. **Atualizações dos contactos dos diplomados:** Deverá ser estabelecido um mecanismo, no momento da obtenção do diploma, para que os diplomados registem os seus endereços de correio eletrónico e números de telefone pessoais junto da DGEEC. Em alternativa, as

IES poderão facilitar o processo, recolhendo informações de contacto atualizadas dos diplomados. A certificação do diploma poderá ser associada à conclusão desta atualização de informação, à semelhança do que é feito aquando dos procedimentos de inscrição.

4. **Recolha de dados administrativos:** Paralelamente, deverá ser criado um sistema de recolha de dados administrativos. Este processo representa um desafio considerável na abordagem centralizada, uma vez que exige a criação de um portal de comunicação entre as IES e a DGEEC, abrangendo a transmissão de microdados relativos aos diplomados. O aproveitamento da experiência do RAIDES com as IES poderá acelerar o desenvolvimento de um tal quadro de comunicação.
5. **Subconjunto anual de Eurograduate:** Deverá ser concretizado um inquérito anual e mais conciso do inquérito *Eurograduate*, para manter um acompanhamento regular dos diplomados em Portugal. Este inquérito deverá ser mais curto, não levando mais de 5 minutos a preencher, e fornecerá uma imagem regular da situação dos diplomados em termos de educação e empregabilidade. Os inquéritos mais pormenorizados sobre as experiências do diploma, as características do emprego, a saúde e as filiações políticas deverão ser reservados para uma periodicidade quadrienal. O inquérito anual poderia também servir para testar e aperfeiçoar os procedimentos do inquérito, envolver os diplomados no processo de recolha de dados e, potencialmente, aumentar as taxas de resposta para o inquérito global *Eurograduate*.

A adoção de uma abordagem centralizada para o *Ptgraduate* apresenta vantagens distintas, mas a sua implementação bem-sucedida necessita de ajustamentos legais e processuais. Esta estratégia reflete a abordagem adotada pelo Reino Unido na criação do inquérito "Graduates Outcomes"¹³, que constitui um precedente que vale a pena considerar como referência. No momento em que Portugal pondera o caminho a seguir, é essencial considerar cuidadosamente estes passos para garantir a robustez e a eficácia da obtenção de dados sobre os diplomados em Portugal.

Descentralizado

No caso de se optar por uma abordagem descentralizada como estratégia preferencial para o acompanhamento dos diplomados em Portugal, e com base na experiência-piloto do *Eurograduate*, são apresentadas várias recomendações para melhorar a atual metodologia de recolha de dados:

1. **Reforço das capacidades das instituições de ensino superior (IES):** É imperativo capacitar as IES para melhorar as suas capacidades de contacto com os diplomados. A diversidade de experiências institucionais em termos de mecanismos de acompanhamento dos diplomados conduziu a variações na qualidade dos contactos disponíveis da população. Algumas instituições têm redes de diplomados consolidadas, enquanto outras dependem de endereços de correio eletrónico institucionais para o contacto com os diplomados. Para resolver este problema, deverão ser lançadas iniciativas de reforço das capacidades para normalizar e melhorar a capacidade de cada IES para contactar eficazmente os seus diplomados.

¹³ Para mais informações sobre o "Graduates Outcomes questionnaire" do Reino Unido, consultar [aqui](#).

2. **Procedimentos de instrução simplificados e pontos focais institucionais:** A preparação abrangente e os procedimentos de instrução são cruciais para o êxito da recolha descentralizada de dados. As apresentações individuais com representantes de cada IES foram consideradas essenciais durante o exercício atual. Os esforços futuros devem incluir o seguinte:
 - As instruções deverão ser entregues e explicadas pessoalmente às IES, de preferência em colaboração com uma equipa especializada.
 - Deverá ser prestada assistência às instituições que possam necessitar de apoio no envio de mensagens de correio eletrónico de forma personalizada – visto que cada inquirido terá um link próprio – eventualmente através da oferta de software ou de orientações processuais, salvaguardando simultaneamente a privacidade das informações dos diplomados.
 - O estabelecimento de pontos focais institucionais a partir do pessoal técnico numa fase inicial do processo será essencial para um acompanhamento eficaz dos diplomados.
3. **Preparação para a recolha de dados administrativos:** As IES deverão estar equipadas para recolher dados administrativos de forma mais eficaz. Alguma da informação necessária, tais como os pormenores de nível micro sobre os diplomados (por exemplo, curso, data de início, data de conclusão, média de curso, sexo, idade) e potencialmente outras variáveis (por exemplo, realização de mobilidade internacional, regime de ingresso), poderá ser facilmente obtida. Recomenda-se a definição de um conjunto normalizado de variáveis administrativas que as IES devem recolher e fornecer juntamente com os dados dos diplomados. Isso asseguraria a disponibilidade de informação fiável sobre variáveis-chave e reduziria a duração global do inquérito. É crucial garantir que todos os procedimentos de recolha de dados estejam em conformidade com o RGPD.

Em conclusão, quer se opte por uma abordagem centralizada ou descentralizada, recomenda-se a adoção de uma abordagem de recenseamento em vez de amostragem para o acompanhamento dos diplomados. O atual projeto-piloto do *Eurograduate* demonstrou a eficácia desta abordagem, uma vez que a amostragem não oferece uma redução significativa da carga de trabalho necessária para realizar o inquérito. Estas recomendações visam, coletivamente, melhorar o processo de recolha de dados e aumentar a qualidade global do acompanhamento dos diplomados em Portugal.

Resultados

Em ambas as opções, defende-se a disponibilização pública de indicadores abrangentes derivados do inquérito *Ptgraduate* através de uma plataforma *online* acessível. Esta plataforma serviria como um recurso valioso, fornecendo não só dados sobre ciclos de estudos e Instituições de Ensino Superior (IES) potencialmente ligados ao “Infocursos”, mas também informações sobre o processo de implementação do inquérito. Esta prática está em consonância com os modelos seguidos por vários outros países, incluindo o Reino Unido, a Itália e a Roménia, onde existem tais plataformas públicas para divulgar informações e resultados de inquéritos. A plataforma proposta deve abordar as seguintes questões e considerações fundamentais:

1. **Transparência na implementação do inquérito:** A transparência relativamente ao processo de implementação do inquérito é vital. A plataforma deverá elucidar os procedimentos seguidos na recolha de dados, incluindo as funções e responsabilidades das IES, da DGEEC e de quaisquer outros atores relevantes.
2. **Indicadores sobre os resultados dos diplomados:** A plataforma deverá incluir um conjunto de indicadores relativos aos resultados dos diplomados. Estes indicadores poderão incluir dimensões tais como as taxas de emprego, os perfis de prosseguimento de carreira no ensino superior, os salários médios, as trajetórias profissionais e os níveis de satisfação dos diplomados.
3. **Ferramentas de comparação:** Os utilizadores devem poder fazer comparações entre diferentes ciclos de estudos e IES. Esta funcionalidade permitirá que os estudantes e as suas famílias ponderem de modo mais eficaz as opções formativas disponíveis.
4. **Dados históricos:** Para identificar tendências e monitorizar melhorias, os dados históricos de iterações anteriores do inquérito deverão estar disponíveis na plataforma. Isto permitirá que os atores relevantes analisem as mudanças ao longo do tempo.
5. **Visualização de dados:** A plataforma deverá utilizar técnicas de visualização de dados, como tabelas, gráficos e infográficos, para apresentar os resultados do inquérito de uma forma facilmente interpretável. As representações visuais melhoram a compreensão e o envolvimento com os dados.
6. **Interface de fácil utilização:** Deverá ser concebida a plataforma com uma interface de fácil utilização para garantir a facilidade de navegação e a acessibilidade. Esta deve, ainda, ser dirigida a um público diversificado, incluindo estudantes, pais, educadores, investigadores e decisores políticos.
7. **Privacidade e segurança dos dados:** Deverá ser assegurado que as medidas de privacidade e segurança dos dados são implementadas de forma sólida, para salvaguardar as informações sensíveis e cumprir o RGPD.
8. **Mecanismo de feedback:** Dever-se-á incorporar um mecanismo de feedback que permita aos utilizadores darem o seu contributo sobre a usabilidade, o conteúdo e a funcionalidade da plataforma.
9. **Acessibilidade e suporte multilingue:** Dever-se-á tornar a plataforma acessível a pessoas com deficiência e oferecer suporte em várias línguas, para atingir um público mais vasto.
10. **Envolvimento dos atores relevantes:** Dever-se-á colaborar com os atores relevantes, incluindo as IES, os organismos governamentais e o público, para recolher contributos e feedback sobre a conceção e o conteúdo da plataforma.

Ao abordar estas questões e considerações fundamentais no desenvolvimento da plataforma *online*, Portugal pode criar um recurso valioso que promove a transparência, informa as escolhas educativas e facilita a tomada de decisões baseadas em dados no sector do ensino superior. Uma plataforma deste tipo não só beneficia os futuros estudantes, como também reforça a responsabilização e a qualidade do sistema educativo. Incluímos aqui algumas questões que devem ser respondidas na plataforma, numa secção de perguntas frequentes:

- Porquê responder ao inquérito?
- O que é o inquérito *PTgraduate*?
- O que é perguntado no inquérito?
- Quem é elegível para responder ao inquérito?
- Como são utilizados os resultados do inquérito?
- Como é que os diplomados podem desistir do preenchimento do inquérito se encontrarem alguma objecção?
- Onde posso encontrar os resultados do inquérito?
- Quando é que vou ser inquirido? Como é que vou ser inquirido?
- Quais são as perguntas sobre bem-estar subjetivo presentes no inquérito?
- Quem me contactará sobre o inquérito?
- Como posso ter a certeza de que serei convidado a participar no inquérito?
- Como é que foi obtido o meu endereço de correio eletrónico/número de telefone?
- Quais são os resultados dos inquéritos anteriores?
- Quem dirige o inquérito *PTgraduate*?
- Onde posso obter mais informações sobre o inquérito?
- Privacidade e proteção de dados: Como é que as minhas respostas serão utilizadas? E se eu não quiser ser inquirido? Os meus dados de contacto são guardados em segurança? E se eu não quiser dar as minhas informações de contacto à minha instituição de ensino superior?
- O inquérito está presente em alguma plataforma de redes sociais?
- Como posso influenciar os outros a preencher o inquérito?
- Qual é a importância deste inquérito?

De facto, a abordagem destas questões e considerações críticas é fundamental para a conceção de uma iniciativa duradoura como o *PTgraduate*, que pode servir como uma ferramenta abrangente e fiável para as instituições de ensino superior nas próximas décadas. O desejo de dispor de um inquérito unificado e coerente em que as IES possam confiar sublinha a importância de estabelecer um quadro robusto e sustentável para este inquérito.

Recomendações finais

A criação de um grupo de trabalho em colaboração com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a DGEEC é um passo proactivo para garantir o sucesso da iniciativa. Seguem-se algumas ideias e passos adicionais a considerar neste esforço:

1. **Desenvolvimento do Quadro Legal:** Como referido supra, a criação ou o reforço do quadro legal para o inquérito aos diplomados é de extrema importância. Isso envolve a promulgação de legislação ou alterações que conduzam as IES a participar, a partilhar a informação

de contacto dos diplomados e a cumprir os regulamentos de privacidade de dados. A base legal deve também especificar os papéis, responsabilidades e obrigações de todos os atores relevantes.

2. **Colaboração inter-agências:** Estabelecer uma relação forte e de colaboração entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a DGEEC, as IES e quaisquer outros organismos governamentais relevantes. Este esforço de colaboração será essencial para o desenvolvimento de um modelo de inquérito unificado e sustentável.
3. **Protocolos normalizados:** Trabalhar em estreita colaboração com as IES para normalizar os protocolos de recolha de dados, assegurando a coerência na administração do inquérito e na elaboração de relatórios. Isto simplificará o processo e aumentará a fiabilidade dos dados recolhidos.
4. **Implementação piloto:** Antes de um lançamento a nível nacional, deverá ser considerada a realização de uma implementação piloto do inquérito para identificar e resolver quaisquer desafios ou problemas potenciais. Esta fase piloto pode servir como uma valiosa experiência de aprendizagem e ajudar a aperfeiçoar a metodologia do inquérito.
5. **Melhoria contínua:** Implementar um sistema de melhoria contínua baseado no feedback e na avaliação. Avaliar regularmente a eficácia do inquérito, a satisfação dos utilizadores e a qualidade dos dados recolhidos. Efetuar os ajustamentos necessários para melhorar a sua utilidade.
6. **Sensibilização e envolvimento do público:** Lançar uma campanha de sensibilização do público para informar os estudantes, os diplomados e outros atores relevantes sobre a importância do inquérito aos diplomados. Envolver as IES, as associações de estudantes e as redes de diplomados para obter apoio e incentivar a participação.
7. **Financiamento a longo prazo:** Assegurar o financiamento a longo prazo da iniciativa para garantir a sua sustentabilidade. Considerar modelos de financiamento que envolvam contribuições públicas e privadas, bem como explorar potenciais parcerias com organizações relevantes.
8. **Governança e segurança dos dados:** Implementar medidas rigorosas de governança e segurança dos dados para proteger a privacidade e a confidencialidade das informações dos diplomados de forma a cumprir o RGPD.
9. **Investigação e análise:** Incentivar a investigação e a análise dos dados do inquérito, a fim de obter informações úteis que possam servir de base a decisões políticas e melhorar a qualidade da oferta formativa do ensino superior.
10. **Benchmarking internacional:** Comparar o inquérito *PTgraduate* com as melhores práticas internacionais para garantir o seu alinhamento com a qualidade e eficácia dos mecanismos de acompanhamento dos diplomados e de avaliação do ensino superior.

Ao abordar meteticulosamente estes aspetos, Portugal pode estabelecer uma iniciativa sustentável e fiável de inquéritos de diplomados que sirvam as necessidades das IES, dos estudantes, dos decisores políticos e da comunidade educativa em geral. Esta iniciativa pode contribuir para melhorar a qualidade e a responsabilidade do ensino superior no país, fornecendo simultaneamente informações valiosas para a tomada de decisões informadas nas próximas décadas.

10. Conclusão

Este relatório apresenta os principais aspetos do contexto, metodologia e resultados relativos à participação portuguesa no inquérito-piloto *Eurograduate* 2022. Como referido ao longo do relatório, este foi o primeiro procedimento centralizado de recolha de dados sobre diplomados de licenciaturas e mestrados no país. A recolha de dados revelou-se bem-sucedida, com uma taxa de resposta válida de 13%, decorrente de uma abordagem censitária, e com uma amostra de resposta que se revelou representativa em todas as principais variáveis consideradas, com exceção da sub-representação dos politécnicos públicos. Tirando partido da representatividade dos dados, a análise dos resultados foi efetuada com recurso a uma abordagem de ponderação com o objetivo de generalização para a população de diplomados do Ensino Superior português.

Embora o relatório forneça informações sobre a demografia dos diplomados, os padrões educativos, os resultados no mercado de trabalho, as experiências internacionais e as perceções da democracia dos diplomados portugueses, a análise dos resultados apresentados neste relatório utiliza apenas um pequeno subconjunto das variáveis incluídas no questionário. A base de dados contém informação mais aprofundada sobre a experiência do diplomado no seu curso e mais variáveis relativas à sua trajetória no mercado de trabalho e ao seu posicionamento face à democracia. Além disso, neste relatório, apenas é adotada uma abordagem estatística descritiva para analisar os dados. O subconjunto de dados portugueses, e também o conjunto de dados internacionais, permitirão responder a uma enorme variedade de questões de investigação, desde que sejam utilizados outros métodos de análise de dados, como a estatística inferencial. Durante 2024, tanto a nível nacional como a nível do consórcio do projeto, o conjunto de dados será disponibilizado para uso em investigação e os dados poderão ser explorados muito para além do que é apresentado neste relatório.

Por fim, com o objetivo de dar continuidade à abordagem centralizada do acompanhamento dos diplomados no país, é apresentada uma série de recomendações. O presente trabalho no âmbito do *Eurograduate* 2022 prova que é viável ter uma abordagem censitária no sistema português, e que esta pode ser alinhada com as necessidades das instituições de ensino superior do país. Há também ganhos de eficiência em ter um exercício centralizado e comparável, em vez de todas as instituições desenvolverem os seus próprios exercícios de acompanhamento dos diplomados e incorrerem em esforços de recolha de dados. O potencial para a recolha de dados de acompanhamento de diplomados em Portugal é enorme, e os autores esperam que o trabalho que conduziu a este relatório seja apenas o primeiro passo de um percurso bem-sucedido em direção a este objetivo.